

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História**



**O CABEÇO REDONDO
UM EDIFÍCIO DA IDADE DO FERRO PÓS-ORIENTALIZANTE
NA HERDADE DO METUM (MOURA)**

**Rui Manuel Gusmão Monge Soares
Mestrado em Arqueologia
2012**

**Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História**



**O CABEÇO REDONDO
UM EDIFÍCIO DA IDADE DO FERRO PÓS-ORIENTALIZANTE
NA HERDADE DO METUM (MOURA)**

**Rui Manuel Gusmão Monge Soares
Mestrado em Arqueologia
Dissertação orientada pela Professora Doutora Ana Arruda
2012**

“Arrendão-se a herdade do Motum, no termo de Moura, que consta de grande e
excellente montado, terras de sementeira e de pastagens” *In* Gazeta de Lisboa, nº 121,
23 de Maio de 1817

Resumo

Esta dissertação analisa as evidências materiais e estratigráficas, registadas no Cabeço Redondo (Moura), obtidas através da recolha de artefactos descontextualizados após a destruição do sítio e da realização de uma escavação arqueológica.

Os resultados confirmam a presença de uma ocupação rural e de um espaço edificado profundamente remodelado ao longo de várias fases construtivas. Os dados estratigráficos e a análise dos artefactos revelam uma cronologia do século V a.C., ao mesmo tempo que confirmam a presença de um edifício monumental e singular na margem esquerda do Baixo Guadiana, com paralelo nos existentes no Guadiana Médio.

A análise efectuada revela, ainda, evidências de um regionalismo visível na margem esquerda do rio Ardila e, conseqüentemente, na margem esquerda do rio Guadiana.

Palavras chave: Idade do Ferro, margem esquerda do rio Guadiana, rio Ardila, edifício monumental e singular, cultura material.

Abstract

This dissertation analyses the material and stratigraphic evidences recorded on Cabeço Redondo (Moura), which result from decontextualized artifacts recovered after the destruction of the site and from archaeological excavations.

The results confirm the presence of a rural occupation and an edified space profoundly remodeled along several constructive phases. The stratigraphic data and the analysis of the artifacts reveal a chronology which covers the whole 5th century B.C., and, at the same time, confirm the presence of a singular and monumental building on the left bank of the Low Guadiana, parallelizable with the ones existing on Medium Guadiana.

This analysis also reveals evidences for a visible regionalism on the left bank of the Ardila river and, consequently, on the left bank of the Guadiana river.

Key words: Iron Age, left bank of the Guadiana river, Ardila river, singular and monumental building, material culture

Agradecimentos

Uma vez concluído o trabalho que aqui apresentamos, é chegado o momento de expressar o reconhecimento às numerosas pessoas e entidades que, por vários motivos, merecem ser aqui recordadas, ressalvando que a ordem pela qual serão referidas, não possui qualquer significado valorativo.

Assim, começo por agradecer aos meus pais, por todo o apoio e suporte (a todos os níveis) com que me possibilitaram as condições ideais e a estabilidade necessária para me poder dedicar a este trabalho. Sem eles verdadeiramente esta tese nunca teria sido concluída.

À Professora Ana Margarida Arruda, agradeço a amizade, a orientação, os conselhos e as sugestões, com que sabiamente me foi conduzindo ao longo de um intenso ano de trabalho.

Ao pessoal da Herdade do Metum e da Herdade dos Lameirões, em especial o Engenheiro Francisco Borges, o Engenheiro Rosarinho e o senhor Luís, agradeço a abertura e entusiasmo com que nos receberam e apoiaram, ao longo da investigação do Cabeço Redondo.

Ao Rui Mataloto, à Patricia Bargão e ao Carlos Pereira, um agradecimento especial pela amizade, pelos preciosos ensinamentos e por todo o apoio e incentivo.

A Ana Sofia Antunes, agradeço as frutuosas conversas em torno da Azougada e do Cabeço Redondo e a amizade com que sempre me recebeu em Serpa.

À valente equipa de escavação do Cabeço Redondo, nomeadamente, Catarina Furtado, Vitor Martins, Diogo Morais e Miguel Dias, equipa de “belas cnémides” e “valorosos em auxílio”, impassível perante o ataque de animais selvagens e tempestades de granizo e trovoada, agradeço a amizade, o entusiasmo, a dedicação, o sacrifício e a paciência, com que aceitaram submeter-se às ordens do “ditador”.

A Susana Correia, pelas preciosas informações sobre a história do Cabeço Redondo.

A todo o pessoal da Câmara Municipal de Moura, em especial a José Gonçalo Valente, pela amizade e entusiasmo com que sempre me ajudou e recebeu em Moura; a

Santiago Macías e Vanessa Gaspar pelo apoio concedido; a Yaqub al-Gharbi, pelas valiosas fotografias; ao pessoal do registo Histórico de Moura, por toda a ajuda prestada.

Ao pessoal do Museu Nacional de Arqueologia, nomeadamente, ao Professor Luís Raposo, à Carmo, à Dra. Luísa, à Dra. Ana Isabel e ao Luís, agradeço todo o apoio prestado e o acesso às colecções do Museu.

Ao pessoal da Biblioteca do Igespar, ao Fernando, à Dina e à Fernanda, pelo apoio e interesse.

Ao Professor Amílcar Guerra, à Professora Mariana Diniz e ao Professor Carlos Fabião, agradeço o auxílio prestado em algumas importantes questões sobre o Cabeço Redondo.

A Javier Jiménez Ávila agradeço o interesse pelo Cabeço Redondo e a ajuda na identificação do torno de oleiro.

A Aurélio Pérez Macías, ao Rui Boaventura, a Manuela Deus, ao Samuel Melro, ao Pedro Barros, a Elisa Sousa, à Professora Catarina Viegas e à Teresa Costa, agradeço todo o apoio, interesse, sugestões e incentivo.

A todos os meus colegas de Mestrado e amigos, em especial à Diana Nukushina, Vincenzo Soria, Micael Rodrigues, Francisca Beija e Bruno Bento, o meu reconhecimento pela amizade que me dedicaram ao longo dos dois anos de curso e um pedido de desculpas pela “eremitagem”.

Ao Luís Monge e à Joana Rosa, agradeço todo o apoio e ânimo com que me incentivaram.

À Helena Reis, um agradecimento especial por me ter acompanhado nesta aventura que foi escrever sobre o Cabeço Redondo.

Se alguém foi esquecido nesta listagem de agradecimentos, fica aqui um pedido antecipado de desculpas, e a certeza de que é apenas uma das consequências de um ano de trabalho já demasiado longo.

Índice

| | |
|--|-------------|
| 1. Introdução | p.1 |
| 2. História e enquadramento do Cabeço Redondo | p.2 |
| 3. Em torno ao século V na “micro-região” do Cabeço Redondo | p.5 |
| 3.1 Os séculos VIII-VI | p.7 |
| 3.2 O século V e a primeira metade do IV | p.8 |
| 3.2.1 Moura | p.8 |
| 3.2.2 Azougada | p.11 |
| 3.2.2.1 Arquitectura | p.13 |
| 3.2.2.2 Materiais | p.21 |
| 3.3 Os séculos IV-III | p.30 |
| 3.4 A “micro-região” e o século V– Apreciações globais | p.31 |
| 4. O Cabeço Redondo - Intervenção arqueológica | p.32 |
| 4.1 Evidências estratigráficas | p.33 |
| 4.2 Arquitectura | p.34 |
| 4.3 Análise e faseamento | p.39 |
| 5. O Cabeço Redondo – Análise material | p.40 |
| 5.1 Metodologia | p.40 |
| 5.1.1 Nota prévia..... | p.40 |
| 5.1.2 Tipologia | p.41 |
| 5.1.3 Métodos quantitativos | p.46 |
| 5.1.4 Representação gráfica | p.47 |
| 5.1.5 Grupos de Fabrico | p.47 |
| 5.2 Formas cerâmicas..... | p.48 |
| 5.2.1 Formas pequenas abertas..... | p.48 |
| 5.2.1.1 Tigelas..... | p.48 |
| 5.2.1.2 Pratos | p.55 |
| 5.2.2 Formas pequenas fechadas..... | p.57 |
| 5.2.2.1 Pequenos recipientes fechados..... | p.57 |
| 5.2.2.2 Potes com asa de cesto | p.60 |
| 5.2.2.3 Queimador/incensário | p.61 |
| 5.2.3 Fundos pequenos | p.64 |
| 5.2.4 Formas grandes abertas..... | p.66 |

| | | |
|---------|--|-------|
| 5.2.4.1 | Grandes recipientes abertos..... | p.66 |
| 5.2.4.2 | Bacias/alguidares | p.70 |
| 5.2.5 | Formas grandes fechadas..... | p.71 |
| 5.2.5.1 | Grandes recipientes fechados..... | p.71 |
| 5.2.5.2 | Ânforas..... | p.73 |
| 5.2.6 | Fundos grandes | p.76 |
| 5.2.7 | Cerâmica Ática..... | p.77 |
| 5.3 | Recipientes cerâmicos - apreciações globais..... | p.78 |
| 5.4 | Outros materiais | p.85 |
| 5.4.1. | Bronze..... | p.85 |
| 5.4.2. | Ferro..... | p.88 |
| 5.4.3. | Elementos de produção têxtil..... | p.89 |
| 5.4.4. | Líticos..... | p.91 |
| 5.4.5. | Outros | p.93 |
| 6. | Conclusões | p.94 |
| 7. | Referências Bibliográficas | p.101 |
| 8. | Anexos | |
| | I - Imagens | |
| | II – Quadros | |
| | III – Estampas | |
| | IV – Inventários de materiais | |

1. Introdução

Com o presente trabalho procuramos analisar o Cabeço Redondo, um sítio da Idade do Ferro, não só através do estudo de artefactos descontextualizados e de outros recuperados em contexto estratigráfico, mas também através dos vestígios arquitectónicos e estratigráficos registados em escavação. Ao mesmo tempo, efectuou-se uma reanálise dos sítios que têm marcado a compreensão da Idade do Ferro na margem esquerda do rio Guadiana em território português, em meados do 1º milénio, permitindo assim perceber e contextualizar correctamente os dados analisados.

Assim, no Capítulo **2**, abordamos a história da descoberta do Cabeço Redondo por José Fragoso de Lima e a série de acontecimentos que desde então conduziram à realização deste trabalho. Em **3**, analisamos e debatemos o povoamento conhecido na região envolvente do Cabeço Redondo, revendo alguns dados já conhecidos e introduzindo algumas novidades, que nos permitem compreender e enquadrar correctamente os dados discutidos em **4**, relativamente à estratigrafia e estruturas observadas em escavação, bem como enquadrar cronologicamente de forma correcta, a análise efectuada em **5**, sobre os artefactos objecto de estudo deste trabalho.

As conclusões finais encontram-se em **6**, apresentando uma visão do que terá sido o Cabeço Redondo e da sua funcionalidade, ao longo da sua existência, ao mesmo tempo que apresentamos o modelo explicativo do povoamento sidérico da margem esquerda do Guadiana e do rio Ardila. Por fim, em **7** encontram-se as referências bibliográficas.

Fazemos notar, desde já, que todas as referências cronológicas mencionadas neste trabalho correspondem a datações tradicionais e a momentos anteriores ao nascimento de Cristo, pelo que, por razões de economia, dispensamos a menção a.C..

2. História e enquadramento do Cabeço Redondo

O Cabeço Redondo é um sítio arqueológico localizado no distrito de Beja, concelho de Moura, freguesia de Sobral da Adiça (Fig. 1). Encontra-se na Herdade do Metum, também referida por vezes como Motum, Matum ou Mutum. Esta herdade, integrada no Núcleo Experimental da D.R.A.P.¹ do Alentejo (sito na Herdade dos Lameirões), localiza-se na planície (Fig. 17) que se estende ao longo do interflúvio da Ribeira da Toutalga com a Ribeira de São Pedro (Fig. 2 e 3), ambas tributárias do Rio Ardila que, por sua vez, desagua no rio Guadiana, a Noroeste de Moura. A implantação do Cabeço Redondo no meio da planície do Metum, coloca-o a cerca de 260 metros da ribeira de São Pedro e a 380 metros da ribeira de Toutalga, a uma cota média de 165 metros de altura em relação ao nível do mar, encontrando-se rodeado, a Este, pela elevação designada como Monte Molinos, e a Oeste, pela serra da Preguiça.

O Cabeço Redondo foi por diversas vezes referido (Lima, 1984, p. 413; 1988, p. 29, 32, 39, 59, 71 e 73; Alarcão, 1988, p. 36, mapa III; Gamito, 1988, p. 20, nº 28; Fabião, 1998, vol. II, p. 160; Monge Soares, 2001, p. 63; Mataloto, 2004, p. 178; Piçarra *et. al.*, 2007, p. 40; Antunes, 2009, p. 78, 445, 449, 451 e 453; Costa, 2010, p. 85 e 91; Albergaria *et. al.* (no prelo)), embora até há pouco tempo nunca tenha sido alvo de qualquer tipo de intervenção arqueológica. Importa ainda referir que é frequente a confusão sobre a localização e designação do sítio arqueológico do Cabeço Redondo (Lima, 1988), situado na Herdade do Metum, dado que, por vezes, se diz localizar na Herdade dos Lameirões, com a qual extrema, como ocorre na base de dados ENDOVÉLICO do IGESPAR (CNS 7092)², informação que é reproduzida por alguns dos autores anteriormente referidos.

O Cabeço Redondo foi inicialmente identificado por José Fragoso de Lima (Lima, 1988, p. 29), que o terá visitado em Abril de 1942, identificando-o como um “...outeiro sozinho em plena planície do Motum.” e que “...todo o seu aspecto indica que não é natural, mas sim feito pelo homem”. Dadas as grandes dimensões do monte artificial de terra, Fragoso de Lima colocava ainda a hipótese de que este escondesse “...algum gigantesco dolmen”, comparando e referindo a similitude das suas dimensões com o Dólmen do sítio das Antas (Lima, 1988, p. 32), mencionando para este a

¹ Direcção Regional de Agricultura e Pesca do Alentejo

² www.igespar.pt (acedido em 1/07/2012)

estimativa de um monte de terra com cerca de catorze metros de diâmetro. Segundo informações recentemente recolhidas junto do ex-encarregado da herdade, o engenheiro Francisco Borges, o monte artificial do Cabeço Redondo teria entre 2 a 3 metros de altura, com as devidas reservas que uma avaliação por estimativa acarreta. No entanto, as suas dimensões tornaram possível a sua visualização em fotografias aéreas prévias à sua destruição (Fig. 4).

O Cabeço Redondo foi também visitado em Outubro de 1944, por Manuel Heleno, então director do Museu Nacional de Arqueologia e mentor de José Fragoso Lima, tendo deixado registado nos seus apontamentos (Heleno, 1944, p. 24 e 25) uma breve nota sobre a visita ao Cabeço Redondo, limitando-se a indicá-lo como um dos “Castros” do Sobral e como um dos sítios da Idade do Ferro “a estudar”, o que aparentemente não se verificou.

Posteriormente, em Outubro de 1945, numa carta enviada a Manuel Heleno, José Fragoso de Lima (1945) referia que “Por agora, torna-se impossível a exploração do Cabeço Redondo (a possível necrópole da Idade do Ferro). É muito grande e, além disto, longe de Moura (uns 25 quilómetros); quando se explorar não podemos dormir em Moura, mas sim no Sobral ou em Safara”. Esta carta revela assim uma nova interpretação de Fragoso Lima, em relação à natureza do sítio, provavelmente em resultado da já referida visita de Manuel Heleno ao local, identificando-o agora como uma possível necrópole da Idade do Ferro de grandes dimensões.

Em relação aos materiais arqueológicos, José Fragoso de Lima (1988, p. 29) identificou a presença de mós de granito semi-circulares e tijolos de adobe, que o levaram a considerar que se encontrava na presença de um sítio com ocupação coeva da Azougada, um sítio da Idade do Ferro recentemente estudado por Ana Sofia Antunes (2009). Fragoso de Lima referia ainda o conhecimento do Cabeço Redondo por parte da população local, que associava ao Cabeço Redondo diversas lendas que incluíam a existência de “...minas enterradas e guardadas por mouros.” (Lima, 1988, p. 29).

Apesar de José Fragoso de Lima indicar a autorização e o entusiasmo por parte do proprietário da herdade para efectuar escavações no local (1988, p. 29), estas nunca se terão realizado e o sítio terá permanecido esquecido até ao final do mês de Julho de 1990, data em que foi destruído parcialmente, com recurso a máquinas, na sequência de trabalhos agrícolas com o fim de instalar um sistema de rega de tipo “*Pivot*”, cuja marca no terreno é ainda visível em fotografia aérea (Fig. 2). Durante essa destruição, procedeu-se ao desmonte da elevação artificial, tendo as suas terras sido simplesmente

espalhadas em redor do local onde outrora se implantava a elevação, sendo esta uma informação fornecida pelos trabalhadores da herdade e que é corroborada pelas fotografias obtidas por Santiago Macias após a destruição do sítio, em que se observa uma mancha de terra dispersa numa grande área (Figs. 5 e 6). Esta área corresponde, de modo razoável, à mancha de dispersão de materiais que ainda é possível observar hoje em dia no local (Fig. 2). Tal como ficou registado no relatório elaborado pela D.R.A.P.³, durante esses trabalhos de destruição, em virtude do surgimento de vestígios cerâmicos, foram destacados alguns trabalhadores rurais para efectuar a recolha dos materiais arqueológicos que iam surgindo, entre os quais, abundantes asas de secção circular, mós “em quarto de círculo”, um “objecto de bronze semelhante a uma tampa”, pesos ovalados de cerâmica e escória ou adobes vitrificados.

Este espólio foi, posteriormente, depositado no Museu Municipal de Moura e o sítio do Cabeço Redondo terá caído novamente no esquecimento, sem que as autoridades responsáveis efectuassem sequer uma sondagem, que permitisse diagnosticar o resultado da destruição. Por outro lado, a grande maioria destes materiais depositados no Museu Municipal de Moura acabaram, acidentalmente, misturados com espólio proveniente da Azougada, bem como com materiais provenientes de outros sítios arqueológicos, sendo actualmente extremamente difícil, ou mesmo impossível, distinguir com clareza a sua correcta proveniência, dadas as semelhanças entre o espólio cerâmico da Azougada e do Cabeço Redondo. O sítio foi, desde então, continuamente afectado pela lavoura e pela construção de uma estrada de terra batida (Fig. 2), a qual parece situar-se sobre vestígios preservados, na zona onde inflecte.

Decorridos 21 anos após a sua destruição, o Cabeço Redondo foi finalmente intervencionado arqueologicamente por António Monge Soares, durante o mês de Abril de 2011, através da realização de 2 sondagens perpendiculares, cada uma com vinte e quatro metros de comprimento, por um metro de largura (Fig. 7), precisamente com o objectivo de diagnosticar se a destruição teria sido total ou apenas parcial, ao mesmo tempo que delimitaria, se possível, a extensão do sítio, caso se concluísse que a destruição não havia sido total. Por fim, os resultados da escavação permitiriam avançar uma caracterização preliminar do tipo de ocupação, da arquitectura e dos artefactos recuperados.

³ Relatório da D.R.A.P. (Processo S-7092 do IGESPAR)

Como resultado desta intervenção, verificou-se a existência de, pelo menos, cerca de um metro e trinta centímetros de estratigrafia preservada, ao longo da qual se registou a presença de recipientes cerâmicos completos, fragmentados *in situ*, pisos de argila compactada, estruturas negativas, paredes de adobe, estruturas de combustão e estruturas pétreas. Não foi, contudo, possível perceber e delimitar a área de ocupação, uma vez que em toda a extensão das sondagens foi verificada a existência deste tipo de estruturas. Desta forma, os resultados da escavação colidiram com a estimativa de uma elevação com apenas 14 metros de diâmetro, efectuada por Fragoso Lima (1988, p. 32), facto que permitirá formular algumas hipóteses explicativas, no decorrer deste trabalho.

3. Em torno aos séculos V e IV na “micro-região” do Cabeço Redondo

Regionalmente, o Cabeço Redondo insere-se na área superior do Baixo Alentejo, numa zona verdadeiramente de fronteira entre o Alentejo Central, a Extremadura espanhola e a Andaluzia Ocidental (Fig. 1). A análise pormenorizada de cada uma destas regiões foi já recentemente efectuada e extensamente debatida por diversos autores (por exemplo, Berrocal-Rangel, 1992; Arruda, Guerra e Fabião, 1995; Fabião, 1998; Arruda, 1999-2000, 2001, 2005 e 2008; Jiménez Ávila, 2001; Mataloto, 2004; entre outros), pelo que nos escusamos de as re-analisar, num exercício que seria pouco mais que fastidioso e redundante. Pensamos que, actualmente, sem um acontecimento que traga uma grande quantidade de dados novos, como foi, por exemplo, o que se verificou com as várias intervenções arqueológicas inseridas no Empreendimento do Alqueva (Silva, 1999), as hipóteses de investigação de cronologias sidéricas deverão centrar-se primeiro a um nível regional, dado que é aí que poderão ser encontradas importantes novidades, possíveis de serem intuídas e compreendidas mediante o estudo articulado e comparado de vários sítios próximos, coevos cronologicamente. Partilhamos, portanto, a proposta expressa por Ana Arruda, Amílcar Guerra e Carlos Fabião (1995, p. 254), sobre a necessidade de “...aprofundar a investigação sítio a sítio, região a região, sem preconceitos, para tentar reconstituir um tecido cultural...”, sendo esta proposta posteriormente reafirmada por Carlos Fabião (Fabião, 1998, vol. I, p. 114), ao indicar que “...antes de se insistir em perspectivas globalizantes, haverá que indagar as realidades regionais (se não mesmo “micro-regionais”), para tentar depois partir para as visões de conjunto”. Evidentemente, para a área que nos interessa em particular, as recentes monografias sobre o Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e

Silva, 2010) e sobre a Azougada (Antunes, 2009), permitiram o conhecimento de importantes dados para a margem esquerda do Guadiana, a par dos dados conhecidos na margem direita (Mataloto, 2004). Contudo, pensamos que os conhecimentos obtidos não esgotaram a necessidade de mais investigação, para conhecer em profundidade o “tecido cultural” da área em questão, mas apenas permitem uma visão geral, pautada por importantes interrogações. Deste modo, a análise e enquadramento de um único sítio, como o Cabeço Redondo, a um nível regional, como por exemplo, o Baixo Alentejo, ou a margem esquerda do Guadiana; ou supra regional, como a grande área do sudoeste peninsular, continua a fazer sentido, mas pensamos que dificilmente poderá gerar dados suficientemente relevantes se não puder ser primeiramente articulado com outros sítios dentro da sua “micro-região”, não só pelos limites impostos a este tipo de trabalho académico, mas também pelo estado actual dos conhecimentos. Desta forma, remetemos a integração supra-regional do Cabeço Redondo para as conclusões finais deste trabalho, focando, por agora, a atenção na análise da micro-região em que se insere.

Para o Cabeço Redondo, dado que apenas nos interessa aqui definir um território próximo, como ponto de partida para a análise dos sítios arqueológicos aí conhecidos, definimos esta micro-região como uma área perfeitamente arbitrária, de cerca de 30 quilómetros em linha recta ao seu redor (Figura 8), sem tomar em conta a topografia e os acidentes naturais do terreno. Teoricamente, esta seria uma distância possível de vencer confortavelmente num espaço de tempo reduzido, digamos, em um ou dois dias, tendo em vista que uma hora de marcha humana em zonas planas corresponderá, em média, a uma distância de cerca de 5 quilómetros (Renfrew e Bahn, 2004, p. 264). A área assim definida corresponde em grande medida à margem esquerda do Guadiana, fundamentalmente, ao concelho de Moura, a boa parte do concelho de Serpa e às suas regiões limítrofes (Figura 8), abrangendo ainda parte da zona de fronteira do território espanhol. Consideramos como proposta teórica, que seria desta área que o Cabeço Redondo poderia ter recebido e produzido as suas influências locais/regionais mais imediatas, verificáveis por exemplo, na produção oleira local/regional, ainda que estejamos conscientes da arbitrariedade desta proposta.

A descoberta de novos sítios de cronologia sidérica nesta área pouco evoluiu (ainda que não tenha estagnado) desde os trabalhos de Fragoso Lima (1988), ou da recolha de Irisalva Moita (1965), não tendo a elaboração da carta arqueológica de Serpa (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997) resultado no conhecimento de uma grande quantidade

de novos locais inéditos com ocupação sidérica segura. Parte da área aqui analisada (Fig. 8), em especial o concelho de Moura, foi alvo de sínteses recentes por Samuel Melro (Albergaria *et al.*, no prelo) e Teresa Costa (2010, p. 90-100). Será, pois, este o espaço que analisaremos de forma mais detalhada, uma vez que pensamos ser aqui que se encontra a possibilidade de trazer algumas novidades ao debate científico. Na zona em questão, destacam-se alguns sítios, os quais passaremos a referir e comentar, mais ou menos pormenorizadamente, consoante a sua importância para a compreensão do Cabeço Redondo.

3.1. Os séculos VIII-VI

No concelho de Moura, começaremos por referir o Castro dos Ratinhos com uma ocupação do Bronze Final, na qual se registaram influências sidéricas na sua fase final, balizadas entre o final do século IX e o final do século VIII (Soares e Martins, 2010, p. 413). Ao Norte do concelho de Moura, haverá que referir ainda os pequenos sítios rurais localizados entre a ribeira do Zebro e do Alcarache, com ocupações dos séculos VIII-VII, em Estrela 1 e Monte da Pata (Albergaria *et al.*, no prelo). Já no concelho de Serpa, regista-se uma pequena instalação rural do século VI, no Passo Alto (Soares *et al.*, 2009), existindo ainda evidências de ocupação humana na primeira metade do milénio, em Torre Velha 3, durante o século VII (Alves *et al.*, 2010, p. 134 e 135; 2012, p. 35 e 36) e em Salsa 3, no século VI-V (Deus, Antunes e Soares, 2009, p. 519, 522).

Deveremos ainda supor a existência de uma outra ocupação sidérica dos séculos VII-VI no concelho de Moura, verificada pela presença do *Thymiaterion* de Safara (Vasconcelos, 1924, p. 34 e 35; Almagro-Gorbea, 1977, p. 245-47; Silva e Gomes, 1992, p. 263-D), o qual foi reclamado como pertencente ao Castelo Velho de Safara (Gamito, 1988, p. 26 e 27; Costa, 2010, p. 105) ou mesmo à Azougada (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 34). Na realidade, a questão não parece ser pacífica, dado que, como tivemos oportunidade de constatar, José Leite de Vasconcelos, em dois pequenos papéis de notas (Quadro I), registou que o *Thymiaterion* teria sido encontrado na década de 1870, durante escavações na vinha de António de Brito Pimenta, sita em Safara (Vasconcelos [s/d]). Esta vinha, que José Leite de Vasconcelos menciona, não parece

corresponder ao sítio do Castelo Velho de Safara, dado que este em 1939⁴, portanto, cerca de 60-70 anos após a descoberta do *Thymiaterion*, se encontrava completamente arborizado com montado, como sucede ainda hoje em dia (Costa, 2010, Figs.1-22), não sendo crível que, dada a sua localização, alguma vez nele tivesse sido plantada uma vinha. Pensamos que o local de proveniência correcta se deverá localizar, provavelmente, numa área mais próxima da aldeia de Safara, constituindo, portanto, uma ocupação sidérica ainda inédita e de paradeiro incerto. Apesar de conhecermos o nome do proprietário, não foi ainda possível detectar a localização do referido terreno, pois embora se encontre registado que António de Brito Pimenta era proprietário de terras em Moura⁵ e no Sobral da Adiça⁶, não existe nenhum registo de que fosse proprietário de terras em Safara, pelo que assumimos que a referida propriedade não se encontrava registada em seu nome. Desejamos, contudo, ressaltar o facto de as hipóteses de pesquisa não se encontrarem ainda totalmente esgotadas, estando a análise deste tema ainda em progresso.

Uma outra possível presença sidérica revela-se pela existência de um espeto de bronze recuperado no sítio das Cortes, a Sul de Safara (Lima, 1984, p. 242). Embora pouco mais se conheça sobre este sítio, não é, contudo, de desprezar a possibilidade de o *Thymiaterion* anteriormente referido poder provir também deste local, dada a sua proximidade de Safara.

3.2. O Século V e a primeira metade do IV

3.2.1. Moura

Já durante o século V e primeira metade do IV, começaremos por referir o caso da cidade de Moura, fundamentalmente a zona do Castelo, na qual é hoje evidente a presença de uma ocupação em meados do 1º Milénio (Beirão e Gomes, 1983, p. 230; Arruda, 1994, p.139; Macias, 1994, p. 674; Alarcão, 1996, p. 31).

Em 1980 e 1981, a zona do Castelo de Moura (Fig. 9) foi intervencionada por Jorge Pinho Monteiro, José Olívio Caeiro e Paloma Martín Amorós. O projecto de

⁴ Carta Militar dos Serviços Cartográficos do Exército, N° 502

⁵ Livro N° B-2, descrição N° 745. Conservatória do Registo Predial de Moura.

⁶ Livro N° B-15, descrição N° 5909. Conservatória do Registo Predial de Moura.

investigação do Castelo de Moura (Monteiro, Caeiro e Amorós, 1980-1981) parecia ter fundamentos para ser bem sucedido, contudo, a morte de Jorge Pinho Monteiro, pouco após a escavação de 1981, parece ter consistido numa fatalidade também para a investigação que estava em curso. O projecto foi abandonado, sendo que, dos dados obtidos, nada foi publicado, tendo, no entanto e felizmente, sido deixado um relatório bastante pormenorizado da intervenção de 1980. Este relatório é actualmente consultável no IGESPAR (Monteiro, Caeiro e Amorós, 1980-1981). Sobre este relatório, comentaremos apenas alguns aspectos respeitantes à Idade do Ferro, aguardando que, no futuro, se possa efectuar uma análise aprofundada e integral dos materiais, bem como dos dados resultantes dessas antigas escavações.

Analisando as observações preliminares referidas no relatório das escavações de 1980 (Quadro II) e no projecto de escavação para 1981 (Quadro III), constatamos a existência de uma complexa estratigrafia preservada da Idade do Ferro. Sobre os materiais recuperados (Quadro II, III e IV), é referido pelos responsáveis da escavação a existência de cerâmica ática de figuras vermelhas, abundante cerâmica pintada, cerâmica de engobe vermelho e cerâmica cinzenta. A existência de cerâmicas estampilhadas nunca é referida, tal como acontece com a presença de cerâmica grafitada. Se estes dois tipos cerâmicos se encontravam de facto ausentes, ou simplesmente não foram mencionados, reconhecidos ou valorizados, apenas podemos conjecturar. Contudo, notamos a seguinte evidência: em 1977, as cerâmicas estampilhadas encontravam-se já no debate científico sobre a Idade do Ferro em Portugal, graças ao artigo de José Arnaud e Teresa Gamito (1974-77). Por outro lado, Pinho Monteiro encontrava-se perfeitamente consciente da temática dos elementos “célticos” em oposição aos elementos “orientalizantes”, como prova o artigo do qual foi co-autor, no ano anterior ao início das escavações no Castelo de Moura (Beirão, Gomes e Monteiro, 1979, p. 8). A possibilidade de cerâmicas estampilhadas terem sido recolhidas abundantemente durante a escavação de 1980 parece assim reduzida.

Digno de nota é também o facto de a cerâmica ática mencionada na campanha de 1980 ser de figuras vermelhas e pouco abundante, facto que se repetiu na escavação de 1981, de onde aparentemente apenas se recuperou três fragmentos de *kylikes* (Arruda, 1994, p. 139). Sobre a referida cerâmica de engobe vermelho, desconhecemos se corresponde à mesma cerâmica de produção local, detectada na Azougada (Antunes, 2009, p. 105-109), igualmente detectada no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010, Estampa XXI, nº 555) num exemplar que tivemos oportunidade de observar

pessoalmente, e num outro já publicado (Soares, 2001, p. 61, nº 51). Contudo, é plausível supor que assim seja. Já a cerâmica bem alisada e depurada, de superfícies cinzentas escuras e negras, parece corresponder, pela descrição, a cerâmica cinzenta.

O segundo ponto notável, diz respeito às observações sobre a evolução das presenças/ausências e quantidades dos tipos cerâmicos referidos. Assim, partindo dos estratos mais antigos para os mais recentes (Fig. 10; Quadro III; Quadro IV), nota-se a existência de um fragmento de cerâmica ática de figuras vermelhas no nível 17, o mais antigo documentado. Já no nível 16, regista-se a presença de uma fíbula anular hispânica. Nestes dois níveis, segundo as descrições, são escassas as cerâmicas lisas, com superfícies escuras ou cinzentas bem alisadas, e abundam as cerâmicas de engobe vermelho, bem como as cerâmicas pintadas, mais representadas por bandas largas vermelho avinhadas, existindo, em menor número, exemplares com bandas estreitas, muito finas e com círculos concêntricos. Do nível 15 até ao nível 7, parecem ser abundantes as cerâmicas de pastas depuradas, alisadas, de superfícies cinzentas escuras e negras, em forma de potes altos e fechados, com bordos revirados, colos estrangulados e ombros bem marcados. As cerâmicas pintadas parecem diminuir ligeiramente a sua quantidade, estando agora presentes em maior número as cerâmicas com bandas estreitas, muito finas e com círculos concêntricos a vermelho avinhado sobre fundos alaranjados, sendo, em menor proporção, as de bandas largas, vermelho avinhadas. Começam também a ser em menor número, as cerâmicas de engobe vermelho.

Mais recentemente, na parte superior do Castelo (Fig. 9), foi efectuada uma escavação arqueológica, com vista a instalar um posto turístico, na qual foram detectados vestígios de níveis estratigráficos da Idade do Ferro. Nos materiais que tivemos oportunidade de ver pessoalmente⁷, destaca-se a grande quantidade de cerâmicas pintadas, as abundantes cerâmicas áticas da primeira metade do século IV, e a presença residual de cerâmica estampilhada.

Dado que se aguarda para breve o estudo destes materiais, não nos alongaremos na sua referência; contudo, não deixa de ser digno de nota a comparação dos dados das escavações de 1980 com os materiais resultantes da recente intervenção no Castelo de Moura. O primeiro facto digno de menção é a semelhança dos artefactos recuperados no Castelo de Moura, com o espólio recuperado na Azougada, os quais indiciam uma

⁷ Agradecemos a José Gonçalo Valente pela amabilidade em nos permitir a observação e referência dos materiais.

ocupação coeva. O segundo facto digno de nota corresponde à dimensão da área ocupada no Castelo de Moura. Entre a intervenção de 1980, próxima da torre Salúquia, e a recente intervenção para instalação do posto de turismo, existe uma distância superior a 100 metros (Fig. 9). Esta constatação permite supor que pelo menos boa parte da área (se não toda) do castelo estaria ocupada em cronologia sidérica. Os dados aqui mencionados sugerem pois a existência de um núcleo populacional com uma dimensão de alguma importância, implantado num local de defensibilidade evidente, possivelmente com áreas diferenciadas dentro do povoado, como poderão evidenciar as variações na concentração de cerâmica ática. Notamos que, se na escavação de 1980, a quantidade de cerâmica ática era escassa (ainda que não se tenha chegado ao fundo da estratigrafia, segundo os autores da escavação), nas escavações mais recentes, esta abunda. Um dado possivelmente importante nesta questão será o facto de as escavações mais recentes se terem efectuado na zona topograficamente mais elevada do Castelo, encontrando-se a área escavada em 1980 junto à torre Salúquia, numa zona mais baixa intra-muros.

3.2.2. Azougada

Sobre a Azougada, devido à forma como marcou a compreensão do povoamento na margem esquerda do Guadiana, a sua proximidade ao Cabeço Redondo e a aparente coincidência cronológica e cultural entre estes dois sítios, implica que efectuemos uma tentativa de análise e revisão mais pormenorizada da sua arquitectura e do seu espólio, sob pena de, pensamos, ser impossível analisar e compreender correctamente a ocupação do Cabeço Redondo, na sua vertente funcional, cronológica, económica, arquitectural, bem como todo o esquema de povoamento a um nível micro-regional. Efectuaremos, pois, uma revisão do que já foi avançado para o sítio por diversos autores, revendo alguns pontos relativamente ao espólio cerâmico e à arquitectura do sítio, introduzindo assim algumas novidades, baseadas nas informações constantes nos cadernos de escavação da Azougada, os quais, ainda que não se encontrem publicados, não poderemos deixar de analisar e sobre eles tecer algumas considerações, dado que se

encontram disponíveis para consulta livre no Museu Nacional de Arqueologia⁸ e na Internet⁹.

A Azougada foi, até há pouco tempo, parcamente estudada, tendo sido dada especial relevância ao seu espólio mais rico, sendo frequentemente referida e tecidas considerações a seu respeito (Gamito, 1990; Rouillard, 1991; Gomes, 1983 e 2001; Arruda, 1997; Fabião, 1998; Mataloto, 2004, p. 170). Este panorama foi recentemente alterado graças ao trabalho de Ana Sofia Antunes (2008; 2009), no qual foi finalmente estudado o espólio cerâmico.

Assim, começamos por referir que a Azougada se implanta num pequeno cabeço sobranceiro ao rio Ardila (Antunes, 2009, p. 43-46), localizando-se a cerca de vinte quilómetros do Cabeço Redondo e a cerca de três quilómetros do Castelo de Moura. Entre estes sítios, não existe qualquer barreira física natural, encontrando-se separados apenas por uma vasta planície. Esta inexistência de obstáculos naturais terá favorecido a existência de uma via em período romano, a qual, partindo de Moura, passaria próximo do Cabeço Redondo (Lima, 1988, p. 71; Alarcão, 1996, p. 36).

A história da descoberta da Azougada foi já descrita por Ana Sofia Antunes (2009, p. 47-66), pelo que nos limitamos a realçar a descrição efectuada por Fragoso de Lima, sobre os materiais recuperados à superfície, idênticos aos do Cabeço Redondo (Lima, 1988, p. 29 e 59).

Cronologicamente, a Azougada encontra-se datada entre finais do século VI e o primeiro quartel do século IV, através da recente análise do espólio cerâmico (Antunes, 2009, p. 339, 441, 442 e 447). Este estudo deu a conhecer em profundidade o conjunto de recipientes cerâmicos recuperados no sítio ao longo das escavações efectuadas por José Fragoso de Lima (Antunes, 2009, p. 27-29). De um modo geral, podemos afirmar que se encontram presentes os mesmos modelos tipológicos de cerâmica comum registados no Cabeço Redondo, bem como o mesmo tipo de ânforas e de cerâmica cinzenta de produção local. Contudo, a Azougada enriquece-se com a presença de várias peças de fabrico local/regional, integralmente cobertas com engobe vermelho, decoração grafitada em bandas alternadas com engobe vermelho, bem como um abundante conjunto de cerâmica cinzenta fina, numerosa cerâmica ática e cerâmica pintada, residindo aqui as principais diferenças com o Cabeço Redondo ao nível do

⁸ Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia.

⁹ <http://arquivos.mnarqueologia.imc-ip.pt/infogestnet/Default.aspx>

espólio cerâmico, não só pelas ausências e presenças de alguns materiais, mas também pelas quantidades maiores ou menores de outros.

Desta forma, mais do que as igualdades, são sobretudo as diferenças entre os dois sítios que merecem a nossa curiosidade, revelando-se, assim, a necessidade de encontrar um modelo explicativo que as torne compreensíveis. Várias são as opções em aberto, desde funcionalidades distintas entre o Cabeço Redondo e a Azougada, ligeiras diferenças cronológicas ou diferenças culturais/regionais.

Assim, para decidir qual dos modelos explicativos se adequa melhor à realidade detectada, passaremos, em seguida, a comentar em pormenor as referidas diferenças e alguns aspectos, como a arquitectura, sob pena de que, sem um modelo que permita articular a realidade regional, não seja possível compreender correctamente o Cabeço Redondo.

3.2.2.1. Arquitectura

A análise da arquitectura aqui efectuada baseia-se, fundamentalmente, nas informações constantes dos cadernos de escavação da Azougada, realizados na década de 1940, por José Fragoso Lima, Manuel Pedro Madeira e Manuel Heleno. As informações aí registadas provêm principalmente dos dados obtidos com a realização de dez sondagens na Azougada (Fig. 11), mandadas fazer por Manuel Heleno em 1944 (Heleno, 1944, p. 2 e 5), tendo a sua implantação sido desenhada num esboço, por Manuel Pedro Madeira (Madeira, 1944, p. 16). Antes de iniciar a análise da arquitectura propriamente dita, refira-se, a propósito da metodologia empregue nas escavações da década de 1940, que na primeira campanha extensa de escavações, em 1943, a ausência de uma metodologia originou que se efectuasse pouco mais do que um desentulhamento em busca de objectos, como bem explicitou Ana Sofia Antunes (2009, p. 49 e 50). Contudo, a partir do ano de 1944, terá sido introduzida uma metodologia de trabalho de campo, fundamentalmente sob a influência de Manuel Heleno (Antunes, 2009, p. 55), que terá permitido, pelo menos, manter intactas as estruturas construtivas que iam surgindo, ao mesmo tempo que se recuperavam os materiais arqueológicos sem os danificar, registando-se algumas anotações, embora pouco pormenorizadas, das suas proveniências.

Sobre a estratigrafia observada pelos escavadores, poucas são as notas deixadas nos cadernos de escavação, sendo fundamentalmente compostas por anotações sobre a

profundidade em relação à superfície do terreno, a que os objectos ou as estruturas eram detectadas. Esta situação parece derivar, pelo menos em parte, do facto de os escavadores não observarem estratos que considerassem corresponder a diferenças suficientemente relevantes na estratigrafia para efectuar individualizações, existindo, por exemplo, uma nota de Fragoso Lima (Lima, 1943, p. 3), referindo que: “Não encontro estratos, tal como no ano passado.”, isto apesar de já ter atingido o “Fundo de uma cabana...”. Posteriormente, deixaria registado que: “Sob o ponto de vista estratigráfico, a parte superior do Castro apresenta múltiplas facetas. As diferentes valas que abrimos não mostram estratigrafia definida. Numa terrível confusão, impossível de fixar na planta, alternam-se, entrecruzam-se, chocam-se, de decímetro para decímetro, as camadas de terreno. Não se nota, portanto, relação entre a antiguidade dos objectos e a sua respectiva profundidade [...] Saindo da parte superior do Castelo, onde encontramos quase todos estes objectos, removemos, no descambar da encosta, entulhos que tapavam muralhas e casas quadrangulares. As camadas estratigráficas, neste ponto, apresentam-se já regulares e permitem, por isso, o estabelecimento duma cronologia aproximada.” (Lima, [s/d], p. 9 e 11). Manuel Pedro Madeira também efectuou algumas referências (Madeira, 1944, p. 5, 6 e 19), as quais poderíamos supor que corresponderiam a estratos individualizáveis, como a menção de que na vala 1 teria começado “... a aparecer terra mais clara e mais solta.”, ou que “Tem aparecido alguma terra queimada e tão solta que dá impressão de terra mexida.”, ou ainda “... [na vala 8] se ainda nada deu é porque até 0,25 é terra de cultivo”. Por fim, também Manuel Heleno (1944, p. 17) anotou que “Na vala III há camadas de terra negra alternadas com avermelhadas. No centro parece ser um fundo de pedra a 50 cm de profundidade, não tendo nada para baixo.”. Estas anotações revelam que os escavadores tinham a sensibilidade necessária para reconhecer e diferenciar estratos distintos. Contudo, aparentemente, também revelam que não os consideraram suficientemente importantes para registar ocupações ou fases distintas no local.

Sobre a arquitectura, inicialmente, aceitava-se a existência de muralhas na Azougada, tendo-se, inclusivamente, os seus escavadores referido sempre a estas enquanto tal nos cadernos de escavação, e sendo também assim interpretadas por Teresa Júdice Gamito (1990, p. 25) ao referir-se ao seu “poderoso sistema defensivo”. As supostas muralhas foram posteriormente interpretadas como taludes ou plataformas fazendo parte de um circuito processional (Gomes, 2001, p. 108). Mais recentemente, a inexistência de muralhas foi reafirmada por Ana Sofia Antunes (2009, p. 441), referindo

a Azougada como um sítio aberto com cerca de um hectare, interpretando os taludes, como resultantes, pelo menos em parte, da deposição de sedimentos durante as escavações das décadas de 1940 e 1950 (Antunes, 2010, p. 50 e 66). Contudo, no diário de escavações na Azougada de 1944 (Madeira, 1944, p. 16), é possível observar um esquema em *croquis* do que seria a topografia geral do sítio (Fig. 11), sendo esta marcada por uma plataforma central circular, designada por “1º plano” e medindo, segundo Manuel Heleno (1944, p. 16), 28 metros de diâmetro Norte-Sul e 43 metros de diâmetro Este-Oeste. Esta plataforma circular era rodeada por dois taludes ou socalcos, designados sucessivamente por “2º plano” e “3º plano”, pelo que os taludes existiam de facto, como revelam as afirmações de Fragoso Lima ([s/d], p. 8 e 11), o qual deixou registado que “Saindo da parte superior do Castelo, [...] removemos, no descambar da encosta, entulhos que tapavam muralhas e casas quadrangulares...” e que “A parte superior do morro era coroada de muralhas, cujos vestígios ainda encontrámos, bem como os dos aterros.”.

No diário de escavações na Azougada de 1944 (Madeira, 1944, p. 27), é possível observar estruturas desenhadas (Fig. 12), identificadas como as “muralhas” da Azougada, sendo estas descritas como pertencendo à vala 5. Estas “muralhas” foram descritas por Manuel Heleno (1944, p. 17), quando visitou o sítio, deixando registado que “...na vala nº 5 observa-se uma tríplice muralha, sendo a interior mais larga.”

Do lado nascente (Este), Manuel Heleno (1946, p. 7) refere a existência da entrada na Azougada, ladeada pela “muralha”, a qual apresentava 90 centímetros de largura e era calcetada do lado interior, parecendo assim referir a existência de apenas um muro e não dos três muros verificados do lado Oeste. Refira-se também que a altura das ditas “muralhas” nunca é mencionada, antes pelo contrário, é Manuel Heleno (1944, p. 16 e 17) quem observa que “O Castelo apresenta uma plataforma superior de forma circular (...) [que] tem dois bordos ou parapeitos de cerca de 2,5 metros de altura e largura variável à roda de 2 metros”. Esta informação sugere que estas estruturas não se desenvolveriam em altura, antes eram aquilo que estava à vista nos desenhos (Fig. 12): um socalco de pedra destinado a criar a plataforma onde se implantavam as construções. Assim, colocamos a hipótese de que esta estrutura tivesse sido provavelmente interpretada pelos escavadores como uma muralha parcialmente arrasada ou desmontada pela acção do tempo, como parece indicar Fragoso Lima ([s/d], p.8), ao referir que “A parte superior do morro era coroada de muralhas, cujos vestígios ainda encontrámos, bem como os dos aterros.”. A reforçar a hipótese de estas estruturas não

se desenvolverem em altura está o facto de, hoje em dia, não ser observável no local qualquer estrutura semelhante. Pensamos, pois, que estas estruturas pétreas em degraus ou socalcos deveriam corresponder, na verdade, a muros de sustentação de terras, os quais seriam vitais, dada a vertente extremamente inclinada que rodeia parcialmente o sítio pelo lado Norte e Oeste. O melhor exemplo da necessidade de semelhante estrutura para os habitantes da Azougada provem precisamente dos próprios escavadores da década de 1940, através do episódio sofrido por Manuel Pedro Madeira (1944, p. 4), o qual deixou registado que “...caiu uma tromba de água com tal força, que se não é a humanidade de 2 trabalhadores que me agarraram na vertente do Castro, teria ido parar ao rio Ardila que passa junto deste e talvez tivesse perecido na cheia.”

Este modelo de implantação encostado a uma vertente de pendente muito acentuada, que cria a necessidade de construir uma estrutura de sustentação de terras, encontra-se presente a nível regional, na pequena ocupação sidérica do Passo Alto, onde, um pequeno conjunto de habitações em tudo semelhantes ao pequeno povoamento rural verificado em zonas planas, encontra-se implantado à beira de uma vertente muito inclinada sobre a ribeira do Vidigão, encontrando-se os referidos compartimentos construídos numa plataforma a meia-encosta, parcialmente criada e sustentada pela existência de estruturas pétreas de sustentação de terras (Soares *et. al.*, 2009, p. 545 e 546). Embora seja uma estrutura construtivamente muito mais pobre e menos sofisticada do que aparentam ser as estrutura descritas na Azougada, ambas parecem cumprir uma mesma função: a de criar e sustentar uma plataforma onde seja possível construir estruturas. A mesma situação poderia ser referida para Castañuelo (Amo, 1978), sendo que também este sítio se encontra implantado numa elevação, de vertentes muito inclinadas por um lado e menos inclinadas por outro, tendo sido identificada uma estrutura que parece corresponder à mesma descrição das “muralhas” da Azougada, para a qual também se equacionou a presença de uma muralha ou estrutura de contenção (Jiménez Ávila, 2009a, p. 5).

Retomando a descrição da zona de entrada na Azougada, efectuada por Manuel Heleno (1946, p. 7), esta revela, como já referimos, que se situaria do lado nascente (Este), possuindo 2,5 metros de largura e sendo rodeada pela muralha. O corredor de acesso ao pátio central (Fig. 13) possuía 8,20 metros de comprimento e localizava-se entre um compartimento calcetado (Fig. 14), a Norte, e um outro compartimento, a Sul (Fig. 15).

A existência de pequenos compartimentos de dimensão rectangular, em torno de um pátio central possivelmente lajeado, foi já referida por diversos autores (Gomes, 2001, p. 109; Antunes, 2008, p. 328; 2009, p. 442), facto possível de verificar no desenho constante dos cadernos (Fig. 13), existindo uma descrição que refere a existência de um “pavimento calcetado com pedra solta” (Madeira, 1946, p. 5). Esta característica de um pátio central levou a que fosse sugerida para a Azougada a existência de uma arquitectura de prestígio, com um modelo arquitectural idêntico aos verificados em Cancho Roano, La Mata ou mesmo em Abul (Antunes, 2009, p. 62, 438 e 442).

Contudo, a referida planta da Azougada (Fig. 13), com compartimentos de diversas formas e tamanhos, revela que lhe falta um importante componente que não deverá ser desprezado: a ortogonalidade reveladora de um planeamento prévio e rígido, verificável em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004) e Abul (Mayet e Silva, 2000). Pelo contrário, a planta da Azougada (Fig. 13), ainda que seja conhecida apenas por um *croquis*, revela uma arquitectura orgânica, onde aparentemente se constrói à medida das necessidades circunstanciais e das vicissitudes das condições do terreno, as quais condicionam a construção dos compartimentos, espartilhados entre o pátio lajeado e o precipício da vertente. Assim, este modelo assemelha-se mais à arquitectura orgânica usualmente detectada um pouco por todo o Baixo Alentejo, em pequenas ocupações rurais, como por exemplo, em Neves I (Maia e Maia, 1986, p. 37), Neves II (Maia e Maia, 1986, p. 29), Corvo I (Maia e Maia, 1986, p. 35), Porto das Lages (Correia, 1988/89) ou no Passo Alto (Soares et al., 2009), não esquecendo também as ocupações rurais do Alentejo Central, como por exemplo, Espinhaço de Cão (Calado, 2002), Casa da Moinhola 3, Miguens 10 e sítio do Gato (Mataloto, 2004, p. 104, 105 e 111).

Segundo os desenhos (Fig. 13 e 14), o compartimento a Norte do corredor de entrada na Azougada seria também lajeado e a representação sugere também a possibilidade de possuir dois banquetes ou poiais no seu interior, encostados à parede Oeste.

Já o edifício a Sul do corredor de entrada (Fig. 13 e 15) parece também possuir representado um chão lajeado, sendo, no entanto, indicada a presença de um chão de barro encarnado, com pedras (Heleno, 1946, p. 5). Este compartimento foi interpretado pelos escavadores como um possível templo ou torre (Heleno, 1946, p. 5 e 6), referindo-se a ele como “...uma construção curiosa de forma quadrangular, [e] paredes espessas”,

possuindo uma espécie de socalco na parte inferior a reforçar as paredes, medindo estas 95 centímetros na sua parte superior. Este socalco poderia também corresponder a um banco ou poial. No lado oeste exterior do compartimento, no que parece ser o pátio central, e encostado aos dois ângulos da parede, encontravam-se duas “construções” redondas, interpretadas como “fornozinhos”, visto possuírem cinzas no seu interior. Para a estrutura ou forno do canto sudoeste é indicada uma medida entre 90 e 113 centímetros de diâmetro. A presença de lareiras/fornos no pátio central da Azougada não deverá vista como invulgar, nem indiciadora de um qualquer significado especial para o compartimento em causa, uma vez que a função dos pátios centrais na arquitectura mediterrânica é conhecida (Mataloto, 2004, p. 160 e 161), sendo utilizados para as mais diversas funções domésticas ou artesanais, como cozinha ou oficina, pelo que é provável que as referidas estruturas se encontrem associadas a estas funções. Sobre a existência do referido “chão de barro encarnado” neste compartimento, é tentador associar a sua presença a um espaço com uma função importante e diferenciada, dado que se conhecem pisos de argila vermelha em compartimentos conotados como locais sacros, por exemplo, em Espinhaço de Cão (Mataloto, 2004, p. 101), entre muitos outros possíveis de citar. Contudo, também em outros sítios é possível encontrar pisos de argila vermelha, sem qualquer significado especial, como por exemplo, em Cancho Roano, na zona de acesso ao edifício (Celestino Pérez ed., 1996, p. 300), no ambiente IV da Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 40 e 44), ou no próprio Cabeço Redondo, no qual foram detectados pisos de argila vermelha, parecendo estes resultar do simples aproveitamento do substrato estéril local, pelo que, há falta de outros elementos, pouco mais haverá a dizer sobre o significado deste piso.

Já a planta da Azougada (Fig. 13) revela no interior deste compartimento, e sobre a parede norte, uma representação em zigue-zague. Apenas podemos especular sobre o que representa, dado que não se encontra indicado em parte alguma o seu significado. Talvez seja o símbolo representativo de uma escada, de um banco/poial, ou de um qualquer elemento decorativo presente na parede.

O compartimento localizado mais a Sul (Fig. 13 e 16) apresenta-se completamente quadrangular, parecendo possuir um muro divisório a meio, sendo indicado (Heleno, 1946, p. 4) que media 2,65 metros por 2,60 metros. O compartimento mais próximo do lado Oeste é sumariamente mencionado como medindo 2,60 metros por 3,15 metros. Entre estes compartimentos, parece existir um corredor (Fig. 13). Questionamo-nos se não existiria aqui outra entrada ou acesso, desde o exterior.

Refira-se ainda que Manuel Heleno, em 30 de Outubro de 1946, dezanove dias após a data em que a planta da Azougada parece ter sido efectuada (11 de Outubro de 1946), efectuou uma descrição (Heleno, 1946, p. 2 e 3) das estruturas que se encontravam à vista, não diferindo substancialmente do panorama apresentado pela planta (Fig. 13). A excepção ocorre com a menção a uma construção que não figura na planta, que terá surgido após o alargamento da sondagem efectuada no lado Norte, na qual apareceu uma “... construção redonda, com paredes circulares, de largura 0,40m feita de pedras irregulares ligadas com terra. Mede de diâmetro N-S 2 m (incluindo paredes) e E-W – o mesmo.”. Ignoramos que construção seria esta, contudo, a presença de estruturas circulares com um diâmetro aproximado de dois metros, não é estranha ao povoamento no sudoeste peninsular, sendo admitida a sua utilização enquanto fornos, estruturas de armazenagem ou compartimentos ligados a actividades pecuárias (Mataloto, 2004, p. 53-56 e 100), pelo que mencionaremos, apenas a título de exemplo, a sua presença na Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 52, fig. 15), Porto das Lages (Correia, 1988/89) ou Espinhaço de Cão (Calado, 2002).

Por fim, note-se que algumas das estruturas, pela forma como se encontram desenhadas (Fig. 13), sugerem a possibilidade de se encontrarem presentes muros meeiros.

Sobre os materiais construtivos, dispomos do testemunho de Fragoso Lima (1988, p. 29 e 59), o qual após visitar inicialmente o local, notou a existência de tijolos de adobe cozido idênticos aos do Cabeço Redondo, sendo actualmente possível observar alguns fragmentos no local. Posteriormente, no rascunho da conferência apresentada em Ponta Delgada, Fragoso Lima ([s/d], p. 11) afirmava que, “A fábrica dos muros é rude e tosca: pedras sobre pedras, ligadas por argamassas, taipas, raros ladrilhos, de aspecto grosseiro, cozidos ao sol. Não se nota apuro nessas construções.”.

Sobre o desenho aqui comentado (Fig. 13), o facto de este ter sido efectuado durante a 4ª campanha de escavações de 1946, aparentemente no dia 11 de Outubro, parece revelar o andamento dos trabalhos por esta altura. Assim, encontravam-se já à vista uma grande quantidade de estruturas, principalmente do lado Oeste e Norte, embora estas estruturas ou compartimentos pareçam estar “incompletos” no desenho. Esta situação, pensamos, deverá explicar-se pelo facto de que o que falta das estruturas não haver sido ainda escavado no momento de elaboração do desenho. Assim, a estratégia de escavação parece ter passado pela escavação do centro da elevação para o exterior, em direcção a Oeste e ao Norte, unindo as diversas sondagens iniciais à medida

que estas eram ampliadas, como é por vezes referido nos cadernos de escavação. Assim, procederam ao alargamento das valas (Lima, 1943, p. 3), indo ao encontro de outras (Madeira, 1947, p. 5); à junção das valas 3 e 4, ou mais especificamente, o alargamento da vala 8 e da vala 4, à medida que aparecia o afloramento (Madeira, 1944, p. 21, 22 e 25), resultando desta forma a grande área aberta evidente na planta. Esta parece também revelar que os lados Sul e Este não teriam sido extensamente escavados, dado existir uma grande área sem qualquer estrutura representada, em especial na zona Sudeste.

Entre a zona representada como calçada central e o compartimento conotado como torre ou templo, existe também uma larga faixa em branco, sem a continuação dos traços representativos da presença de calçada. Ignoramos se esta faixa em branco se deve à inexistência da continuidade da calçada, ou ao facto de corresponder a uma faixa de terra não escavada, ou à simples opção do desenhador.

Sobre a Azougada foi proposta a hipótese de que estariam presentes diversas fases construtivas (Antunes, 2009, p. 438 e 442), muito à semelhança do modelo de construção/destruição-aterro/construção, verificado em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 295-311). Estas diversas fases de ocupação/construção, revelavam-se, segundo a autora (Antunes, 2009, p. 442), não só nos materiais, mas igualmente pela existência de um acumular de muros, verificável actualmente no local, em sítios onde a escavação tinha sido mais profunda. Desta forma, as fases melhor documentadas pelos materiais seriam, por uma lógica de formação da estratigrafia e de escavação, as mais recentes, desconhecendo-se assim qual o momento de fundação da Azougada e correspondendo as estruturas identificadas à fase final de ocupação (Antunes, 2009, p. 438 e 442).

Sobre os materiais, mais adiante (Capítulo 3.2.2.2.) apresentaremos as nossas reservas à existência de elementos de cronologia recuada. Já sobre a planta aqui apresentada (Fig. 13) e comentada, esta também não revela qualquer indício da hipótese de diversas fases construtivas que se sucedam estratigraficamente como em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 295-311), tal como não existe nenhuma referência, observação ou comentário, nem o mais breve pormenor nos cadernos de campo, nem nas anotações que Manuel Heleno tirou nas suas visitas, ou na correspondência enviada por Fragoso Lima a Manuel Heleno, que levante a mínima possibilidade de existirem diversas fases construtivas na Azougada, verificáveis em estruturas sobrepostas. Antes pelo contrário, uma observação efectuada por Manuel Heleno (1944, p. 17) apontava que, na zona central do sítio, na vala III, teriam já chegado ao fundo calcetado, o qual se

encontrava a uns meros 50 centímetros de profundidade, sendo que por baixo deste, nada existia, o que nos leva a ponderar a existência do afloramento rochoso, actualmente visível no local, ou de um estrato estéril de regularização da plataforma superior.

Devemos ainda referir que, por diversas vezes, visitamos o local, observando atentamente todas as estruturas actualmente visíveis, sem que nos fosse possível detectar o mais pequeno indício de estruturas sobrepostas, indiciadoras de diferentes fases construtivas. As nossas observações colidem assim com outras já efectuadas (Antunes, 2009, p. 442) e parecem confirmar a existência de uma única fase de ocupação na Azougada, assemelhando-se assim ao que se verificou por exemplo, em El Castañuelo, sítio implantado numa elevação com algumas vertentes muito inclinadas, com uma única fase de ocupação e com o abandono de recipientes completos *in situ* nos seus momentos finais (Amo, 1978; Pérez Macías, 1991; Pérez Macías e Gómez Toscano, 1999; Jiménez Ávila, 2009a). Contudo, recordamos e concordamos com as palavras de Ana Sofia Antunes (2009, p. 442) ao afirmar que será de evitar o “...alongar em considerandos relativos à arquitectura do sítio, já que se podem tornar falaciosos sem um adequado levantamento e estudo das estruturas.”, pelo que esperamos que, num futuro não muito distante, uma desejada (e mais que urgente) intervenção arqueológica permita lançar nova luz sobre estas questões e preservar as estruturas que se encontram em degradação avançada no local.

3.2.2.2. Os materiais

Debruçando agora a nossa atenção sobre os materiais cerâmicos já analisados (Antunes, 2009), comentaremos apenas alguns aspectos particulares que nos parecem merecer debate, ressaltando que, em geral, concordamos com a análise da autora.

Iniciamos esta pequena análise pela cerâmica de engobe vermelho de produção local/regional da Azougada, a qual foi admitida como ligada à cerâmica de engobe vermelho de cronologia orientalizante, constituindo uma produção local que reinterpretava as importações dos séculos VII e VI (Antunes, 2009, p. 108 e 109).

Não podemos, contudo, deixar de apontar algumas questões que pensamos não serem de todo pacíficas.

No que toca ao exemplar nº 8 de produção local/regional (Antunes, 2009, p. 118), este foi classificado como um fragmento do fundo de um reservatório central, de

um prato com características do século VI-V (Antunes, 2009, p. 82). No entanto, como pudemos verificar pessoalmente, existiram algumas peças que, por infortúnio, não foram analisadas pela investigadora. Entre essas peças encontravam-se dois fragmentos pertencentes à referida peça nº 8, sendo um deles um bojo que cola com o fragmento publicado, e o outro, a continuação da carena até ao bordo, possuindo uma pequena asa horizontal que se desenvolve curvando para cima (inventário do MNA nº 2003.16.113). Como tal, uma vez desenhada a peça no seu conjunto, esta revela um recipiente diferente do que foi proposto pela autora. O seu perfil (Fig. 26), é idêntico ao de uma taça Cástulo, cuja possibilidade de imitação é reforçada pelo acaso de o referido pequeno fragmento de bordo possuir o arranque da asa horizontal.

Assim, pensamos ser pacífico afirmar que esta peça, com inspiração nas taças Cástulo, constitui um importante elemento cronológico para o engobe vermelho de produção local/regional, presente no conjunto cerâmico da Azougada.

Relembramos ainda que o engobe ou verniz vermelho de produção local/regional da Azougada, encontra-se presente no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010, Estampa XXI, nº 555) num exemplar que tivemos oportunidade de observar pessoalmente e num outro exemplar já publicado (Soares, 2001, p. 61, fig. 7, nº 51). Este engobe, ou verniz vermelho, pensamos que se aproxima, pelas suas características, do “barniz rojo ibero-turdetano” (Cuadrado, 1968, p. 272), presente em Capote (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 187-189) ou Garvão (Beirão *et al.*, 1985, p. 73, figura 24).

A confirmar o facto anteriormente mencionado, encontra-se o prato nº 11 (Antunes, 2009, p. 119). Este foi interpretado como uma peça de engobe vermelho importada, com cronologia do século VI; contudo, pudemos verificar, pessoalmente, que este prato depositado no Museu Municipal de Moura, é semelhante aos três exemplares importados, carenados e pintados do Cabeço Redondo (Estampa VIII), sendo o prato da Azougada, na realidade, pintado e não engobado, como deixa antever a presença da linha em reserva próxima do fundo.

No que diz respeito às peças nº 39 e nº 40, descritas como jarros piriformes de engobe vermelho, com cronologias dos finais do século VI (Antunes, 2009, p. 93 e 128, Estampa XIV), estas constituem dois pequenos fragmentos, os quais revelam muito pouca informação sobre a sua forma completa. Pensamos, assim, que é passível de debate a classificação da peça nº 36 (Antunes, 2009, p. 127) como um vaso carenado, e a diferenciação da peça nº 40 (Antunes, 2009, p. 128) como um jarro piriforme, e não também como um vaso carenado, quando a forma que os fragmentos revelam é,

basicamente, a mesma. Também a peça nº 39 (Antunes, 2009, p. 128) foi classificada como um jarro, atendendo à sua morfologia. Contudo, pensamos que não é possível, morfológicamente, diferenciar os fragmentos nº 39 e 40, da forma das garrafas presentes na Azougada (Antunes, 2009, p. 236, 296, 297 e 301) ou dos vasos ovoides de colo estreito (Antunes, 2009, p. 333, nº 231, 270 e 271). Não deixamos de sublinhar que a própria autora (Antunes, 2009, p. 93) reconheceu a presença dos jarros piriformes na Azougada como uma “...raridade num contexto interior peninsular...”. Assim, em nossa opinião, os fragmentos aqui mencionados dificilmente poderão ser sustentados enquanto jarros piriformes da segunda metade do século VI. Contudo, a presença de pequenos jarros na Azougada não seria de todo um facto estranho, tal como os exemplares de cerâmica manual comprovam (Antunes, 2009, p. 391), ainda que estes sejam associados a influências de finais do século VI (Antunes, 2009, p. 362 e 363). Pensamos, contudo, que poderão, na verdade, corresponder a peças mais tardias, pertencentes à segunda metade do milénio, nomeadamente ao século IV, uma vez que se regista a presença de pequenos jarros, por exemplo, no depósito votivo de Garvão (Beirão *et al.*, 1985, p. 68 e 103).

Concluindo, tal como a própria autora reconhecia relativamente à cerâmica de engobe vermelho (Antunes, 2009, p. 108), em virtude da sua presença significativa imitando as formas do período orientalizante nos finais do século VI, até aos finais do V, a Azougada ...“rompe, portanto, com o panorama definido, sendo para já impossível afirmar se este fenómeno conhece paralelo na margem esquerda do Baixo Guadiana”. Pensamos que, ao invés de romper com o panorama definido, a Azougada deverá na verdade ser um sinal do início do que se verifica no século IV e que se prolonga pelo menos até ao final do século III, com a aplicação de “barniz rojo ibero-turdetano”, um engobe ou verniz vermelho, visível como já referimos, em Capote (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 187-189) ou Garvão (Beirão *et al.*, 1985, p. 73, figura 24).

Pensamos que o engobe ou verniz vermelho tardio, apesar dos estudos de Cuadrado (1961; 1968), constitui uma decoração insuficientemente estudada e caracterizada, para a qual contribuiu a frequente confusão e mistura feita entre cerâmica de engobe vermelho do período orientalizante e as produções pintadas, engobadas ou envernizadas da segunda metade do milénio (Fernandez Rodríguez, 1988, p. 19-21), além do facto de o grupo da cerâmica de engobe vermelho “ibero-tartéssica” de Cuadrado englobar, não só as produções “indígenas”, mas igualmente as produções “pré-campanienses” de inspiração ática (Cuadrado, 1968, p. 273). Adicionalmente a esta

confusão, o facto de este motivo decorativo incorporar, provavelmente, diferentes fabricos regionais, muito pouco padronizados, revela a dificuldade que um qualquer estudo sistematizador poderá encontrar ao se debruçar sobre esta temática no espaço do interior do Sudoeste peninsular.

A abundância da cerâmica local/regional de “engobe” ou “verniz vermelho” na Azougada não deixa de contrastar com a sua escassez no Castelo Velho de Safara, nos exemplares já antes mencionados, e com a sua ausência total no Cabeço Redondo, nos já vários milhares de fragmentos cerâmicos recuperados em prospecção e escavação. Não afirmamos que seja impossível existir esta produção no Cabeço Redondo; contudo, os dados até agora não confirmam a sua presença.

O engobe vermelho presente na Azougada contrasta ainda com a sua ausência em La Mata (Rodríguez Díaz ed. 2004) e escassez em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 130 e 211, nº 10), sítio onde foram recolhidos apenas dois exemplares atribuídos a cerâmica de engobe vermelho. Sobre a existência de um prato de verniz vermelho no interior do edifício principal (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 130), desconhecemos qualquer representação ou descrição pormenorizada desse exemplar. Já o pequeno fragmento recuperado no sector Norte de Cancho Roano foi inicialmente descrito como possuindo restos de “pintura” (e não de engobe ou verniz) em círculos concêntricos (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 130, 182 e 211, nº 10), supondo em seguida os investigadores, que se o “pigmento” cobrisse totalmente a peça, esta seria idêntica aos exemplares de engobe vermelho recuperados nos estabelecimentos fenícios orientalizantes, no que estaria de acordo a forma do seu bordo. Neste ponto, notamos que o bordo em questão corresponde apenas a um pequeno fragmento, que permite conhecer pouco mais sobre a morfologia da peça. Sobre os exemplares referidos em Cancho Roano, não deixa de ser notável que pertençam exclusivamente à fase final de ocupação do sítio, datada do final do século V, não tendo sido registado qualquer outro fragmento atribuído às fases mais antigas, no que constitui um grande salto cronológico para estes pratos, caso fossem exemplares com ligações aos exemplares mais antigos conhecidos dos finais do século VI. Contudo, é referida pelos autores a possibilidade de existirem pratos semelhantes de engobe vermelho que se prolongam até ao século V, no Morro de Mezquitilla (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 130).

Concluindo o que diz respeito ao engobe vermelho, o único facto estranho ou invulgar na Azougada seria a abundância de peças com engobe vermelho, relativamente

a outros sítios sidéricos da segunda metade do milénio. Contudo, esta questão é desvalorizada, pelo facto de aparentar tratar-se de um regionalismo decorativo, à semelhança do que sucede com a aplicação da grafite, como adiante veremos.

Em relação à decoração com grafite da Azougada, aplicada em bandas, começamos por adiantar que, no Cabeço Redondo, todos os exemplares analisados são grafitados completos, estando esta decoração principalmente aplicada sobre recipientes fechados de média e grande dimensão, integralmente grafitados no exterior, embora também esteja presente, em menor quantidade, em pratos ou tigelas integralmente grafitadas. Posto isto, é digno de registo o exemplar nº 98 da Azougada (Antunes, 2009, p. 208), classificado como cerâmica de engobe cinzento, o qual pudemos observar pessoalmente no Museu Nacional de Arqueologia, tendo detectado que, na realidade, este corresponde a uma tigela integralmente grafitada no interior e no exterior, sendo o único exemplar com grafitado integral detectado até agora na Azougada. Notamos que o grafitado desta peça se encontra bastante danificado, provavelmente pelo seu uso ou por uma lavagem excessiva. O seu aspecto assemelha-se ao grafitado detectado no Cabeço Redondo e contrasta com os restantes grafitados em bandas da Azougada, nos quais a grafite tem um aspecto mais espesso e denso, adquirindo uma tonalidade algo mais escura. O facto de ser uma peça quase completa, leva a que admitamos que pudesse integrar a baixela cerâmica em uso no momento de abandono da Azougada.

Também algumas peças de cerâmica cinzenta da Azougada foram descritas como possuindo cronologia recuada, dos finais do século VI. Assim, as peças nº 70, 71 e 72 (Antunes, 2009, p. 161, Estampa XXIV), de fabrico local/regional, foram datadas de meados/finais do século VI (Antunes, 2009, p. 142 e 143), sendo assumidas como imitações das produções de engobe vermelho orientalizantes. A presença regional de uma peça da mesma forma no sítio de Estrela 1, datado do século III (Albergaria *et al.*, no prelo), é referida pela autora (Antunes, 2009, p. 143) como podendo provir de um possível estrato mais antigo (não documentado) do sítio, dada a afectação do contexto em que foi recolhida, ou, no caso de se verificar realmente a datação do século III, esta consistiria na perduração da forma a nível regional.

Uma vez mais, a análise e datação das peças classificadas com uma cronologia recuada na Azougada assenta sobre exemplares muito fragmentados, sem que se conheça o perfil completo. Face ao que já foi exposto para a cerâmica de engobe vermelho, interrogamo-nos sobre se não se verifica o mesmo fenómeno na cerâmica cinzenta da Azougada. Por um lado, o fabrico local, a ausência de exemplares

completos e a ausência de importações desta mesma forma, desaconselham a sua ligação directa aos exemplares do século VI, referidos pela autora (Antunes, 2009, p. 143). Por outro, a presença de peças de perfil canelado idêntico aos da Azougada, verifica-se numa zona próxima geográfica e cultural, em El Castañuelo (Pérez Macias, 1991, p. 19), cronologicamente enquadrado no século V (Jiménez Ávila, 2009a). Por fim, no que diz respeito ao sítio de Estrela 1, o exercício realizado pela autora poderia ser efectuado inversamente, isto é, assumindo que ao contrário de ser o exemplar de Estrela 1 que poderia possuir uma cronologia anterior ao século III, talvez os exemplares da Azougada possuam uma cronologia mais avançada, digamos, do século V ou mesmo do século IV, ao invés de uma datação recuada da segunda metade do século VI.

Já a enorme quantidade de cerâmica pintada foi enquadrada principalmente dentro do século V (Antunes, 2009, p. 315), recuando os exemplares classificados como *pithoi* (Antunes, 2009, p. 341, Estampa CXV) ao final do século VI. Segundo a autora (Antunes, 2009, p. 315), a cerâmica pintada denunciava a alteração de correntes de contactos e influências na ocupação humana do século V, na margem esquerda do Guadiana. Assim, os *pithoi* denunciariam importações dos finais do século VI e a restante cerâmica pintada seria, *grosso modo*, o resultado do início das importações da zona do Levante a partir da segunda metade do século V. No que diz respeito aos exemplares mais antigos de cerâmica pintada, nomeadamente os *pithoi* (Antunes, 2009, p. 341, Estampa CXV), a própria autora (Antunes, 2009, p. 312) refere que “Duvidámos quanto à classificação destes fragmentos, devido à sua exiguidade e à possibilidade de corresponderem a ânforas...”, pelo que a possibilidade de corresponderem a materiais dos finais do século VI, é discutível.

É indicado que a cerâmica pintada da Azougada alcança um valor de 19% face ao restante conjunto cerâmico, correspondendo a um total de 78 recipientes (Antunes, 2009, p. 306). No entanto, a autora refere que esta elevada expressão deverá ser matizada, dado que a cerâmica pintada corresponderia a um momento avançado de ocupação do sítio, pelo que por uma “lógica de escavação”, a cerâmica pintada da fase final de ocupação seria a primeira a ser recolhida e, portanto, uma das mais abundantes. Contudo, discordamos destas afirmações: em primeiro lugar porque, como já tivemos oportunidade de explicar anteriormente (Capítulo 3.2.2.1.), duvidamos da existência de vários momentos de ocupação na Azougada, equiparados pelo menos ao fenómeno construtivo verificado em Cancho Roano; em segundo lugar, porque se constata que

toda a cerâmica pintada da Azougada se encontra extremamente fragmentada, pelo que, se excluirmos talvez as peças nº 262, 270 e 271 (Antunes, 2009, p. 330 e 333), todas as restantes encontram-se em pequenos fragmentos, o que colide com a ideia de se tratar de cerâmica exclusiva da fase de abandono do sítio, pois, como se pode comprovar no restante conjunto cerâmico, abundam em grande número as peças inteiras. A própria autora reconhece, para a cerâmica de engobe vermelho (Antunes, 2009, p. 94), que a lógica dita que as cerâmicas fragmentadas são provável sinal de utilização antiga. Assim, pensamos que, na verdade, o conjunto de cerâmicas pintadas da Azougada se encontrava possivelmente em utilização desde o início da ocupação do sítio, a qual, como mais adiante veremos, dificilmente poderá prolongar-se para momentos anteriores à segunda metade do século V.

Vejamos pois, como em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004), tal como em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 129) e em El Turuñuelo (Jimenez Ávila e Domínguez de la Concha, 1995, p. 136 e 139, nº 1), apesar de presente, a cerâmica pintada não alcança nem se aproxima, da enorme quantidade detectada na Azougada. Já em El Castañuelo (Amo, 1978; Celestino Pérez, 1991) não existe um único exemplar documentado, tal como em Neves-Corvo (Maia e Correa, 1985; Maia e Maia, 1986, 1996; Maia, 1987, 1988; 2008), Sapatoa (Mataloto, 2004), Fernão Vaz (Beirão, 1986), entre outros. Por fim, também no Cabeço Redondo a cerâmica pintada apresenta uma expressão irrisória (Quadro IX), encontrando-se presente apenas um fragmento de cerâmica policroma, de uma larga faixa vermelho-vinhoso, enquadrada por faixas finas de tom negro (Estampa XLIX), não se encontrando presente nenhum exemplar semelhante às cerâmicas pintadas da Azougada, à excepção dos já referidos três pratos carenados pintados de vermelho (Estampa VIII).

Contudo, o mesmo tipo de cerâmicas pintadas da Azougada, são abundantes em Capote (Berrocal-Rangel, 1994a) e em Garvão (Beirão *et. al.*, 1985, p. 68 e 69), onde é referida como sendo, em geral, monocroma de tons vermelhos, ainda que existam algumas peças com pintura policroma. Ocorrem também abundantemente no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010, p. 60), onde está presente a policromia, bem como a monocromia em círculos concêntricos; em Serpa (Braga e Soares, 1981; Soares e Braga, 1986), na Misericórdia (Soares, 1996), em Mesas do Castelinho (Estrela, 2011, p. 55-57), em Moura (Beirão e Gomes, 1983, p. 230), entre outros. Recordamos ainda que, em Cancho Roano, provenientes do que terá sido a sua fase final, foram recolhidos apenas

alguns raros fragmentos de cerâmica pintada com semi-círculos concêntricos, no interior do edifício principal (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 130).

Concluindo, a abundante cerâmica pintada da Azougada deverá ser revista para uma cronologia centrada no século IV, em vez de uma cronologia plena do século V (Antunes, 2009, p. 315). Ainda que a monocromia da Azougada tenha sido defendida como própria do século V (Antunes, 2009, p. 315), partilhando o cenário de Cancho Roano, onde, no entanto, esta cerâmica é muito menos abundante (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 130), poderemos, então, admitir um início da sua presença na Azougada no último quartel do século V. Esta monocromia é também vista por alguns autores como própria de cronologias mais avançadas, nomeadamente do século III-II, como, por exemplo, no Castelo do Giraldo (Mataloto, 1999, p. 354), ou em Hornachuelos, Nertóbriga, Alcazaba de Badajoz e no nível 2 de Capote (Berrocal-Rangel, 1994b, p. 177).

Para concluir a análise dos materiais da Azougada, gostaríamos de referir alguns pontos cronológicos que nos parecem importantes. Assim, começamos por evidenciar a presença do conjunto de peças de “influência celtizante” já referido por Ana Sofia Antunes (2009, p. 446), ao qual gostaríamos de acrescentar também a peça nº 344 (Antunes, 2009, p. 381), uma vez que a decoração é idêntica às peças estampilhadas de Capote (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 108), registando-se ainda a sua presença no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010, estampa V, nº 658) ou Garvão (Beirão *et. al.*, 1985, p. 74). Também a peça nº 380 da Azougada (Antunes, 2010, p. 394) apresenta uma decoração formada por uma série de triângulos pseudo-excisos ou impressos, dos quais resulta um cordão de triângulos em relevo. Apontamos como curiosidade relativamente a esta peça, o facto de, para o Alentejo, apenas se conhecer um outro exemplar com decoração idêntica, nas cerâmicas de Vaiamonte (Arnaud e Gamito, 1974-1977, p. 166, nº 67 e p. 185, nº 67), encontrando-se o mesmo motivo decorativo presente nos elementos triangulares pseudo-excisos de Capote (Berrocal-Rangel, 1992, p. 100; 1994, p. 94, 95 e 97).

Referiremos, ainda, a tampa de orelhetas perfuradas (Antunes, 2009, p. 279, nº 205), que tal como a autora referiu, remete para contextos a partir do século V em diante (Antunes, 2009, p. 245), ainda que os exemplares actualmente conhecidos no Alentejo se situem exclusivamente em cronologias balizadas entre o século IV e o século III, nomeadamente em Garvão (Beirão *et. al.*, 1985, p. 72) e na necrópole do Galeado (Beirão e Gomes, 1983, p. 219 e 220). O referido exemplar da necrópole do Galeado,

reveste-se de particular importância, dada a associação entre esta morfologia cerâmica e a presença da decoração por “verniz” ou “engobe” vermelho escuro acetinado (Beirão e Gomes, 1983, p. 221), o que mais uma vez remete para a questão da datação do engobe vermelho da Azougada.

Por fim, recordamos a abundante cerâmica ática, cuja datação confirma uma datação dos finais do século V e primeira metade do século IV (Arruda, 1997, p. 91).

Em suma, face ao exposto, não existe qualquer dado material que, quando analisado em conjunto, permita recuar a cronologia da Azougada para trás da segunda metade do século V; antes, pelo contrário, parecem propiciar uma cronologia que se poderá iniciar em meados/finais do século V e se desenvolverá em pleno na primeira metade do século IV, apresentando fortes semelhanças materiais com o panorama verificado no Castelo de Moura, como já referimos.

Recordamos, para terminar esta pequena revisão da Azougada, as palavras de Ana Sofia Antunes (2009, p. 442), segundo a qual, “O período melhor documentado da Azougada é o que se situa entre meados do século V e o primeiro quartel da centúria seguinte, revelando-se a primeira metade do século V, pelos largos intervalos de datação que muitas das peças ostentam, mas sem que seja possível fundamentar uma caracterização específica do período, ora considerado na continuidade do século VI, ora pronunciando a realidade que iremos encontrar na segunda metade de 400”. Notamos ainda, que o limite para o final da ocupação, situado no primeiro quartel do século IV, foi baseado na ausência de cerâmicas estampilhadas e no facto de La Mata e Cancho Roano não se prolongarem para além do século V (Antunes, 2009, p. 447), proposta que em nosso entender, deverá ser revista, avançando esta data, pelo menos, até meados do século IV.

Revista a antiguidade do espólio e a ocupação continuada no tempo, também a implantação diferenciada da Azougada merece uma atenção particular. Ana Sofia Antunes (2009, p. 330) e, mais recentemente, Francisco Gomes (2012, p. 62), basearam-se, em parte, na implantação diferenciada da Azougada para atribuir-lhe um carácter sacro, referindo que esta escapa em absoluto aos modelos do mundo “pós-orientalizante”. Contudo, não podemos deixar de notar que a Azougada não se implanta numa elevação que lhe confira qualquer tipo de destaque na paisagem. Por outro lado, não é possível afirmar que o modelo de ocupação “pós-orientalizante” se resume às áreas planas e abertas, em virtude de El Castañuelo (Amo, 1978; Pérez Macías, 1991; Pérez Macías e Gómez Toscano, 1999; Jiménez Ávila, 2009a), o qual, como bem

referiu Jiménez Ávila (2009a, p. 17 e 18), revela que o modelo de ocupação onde se manifesta a cultura material característica do Pós-Orientalizante no sudoeste peninsular tem sido enriquecido à medida que a investigação avança, registando-se que a implantação de Castañuelo, em plena serra de Aracena, é completamente estranha ao modelo de povoamento em zonas planas, embora todo o espólio se revele idêntico ao mundo pós-orientalizante do Guadiana.

Discordamos, por fim, da visão do rio Guadiana enquanto via navegável que suportasse um santuário-guia da navegação, pelo menos nos moldes paralelizáveis com o Guadalquivir, como foi defendido (Antunes, 2009, p. 439), em virtude das conhecidas restrições à navegação que o Guadiana apresenta a montante do Pulo-do-Lobo. Por outro lado, aceitar a Azougada como um santuário, ou plataforma distribuidora de importações na região, parece hoje menos crível, face à grande ocupação do Castelo de Moura, a qual, voltamos a referir, se encontra a uns meros três quilómetros de distância, sendo ao que tudo indica, cronologicamente coincidentes, pelo menos, na primeira metade do século IV, facto que implicará uma necessária revisão da relação entre ambos.

3.3. Os séculos IV-III

Debruçando a nossa atenção sobre o Castelo Velho de Safara (Fig. 2), este encontra-se datado da segunda metade do 1º milénio, desde meados do século IV até ao século I, através do conjunto de materiais estudado por Monge Soares (2001) e Teresa Costa (2010), onde figura a cerâmica grega de figuras vermelhas da primeira metade do século IV, abundante cerâmica pintada, cerâmica tipo “Kuass”, cerâmica estampilhada, recipientes fenestrados, cerâmica cinzenta, ânforas “ibero-púnicas”, ânforas romanas republicanas e cerâmica de paredes finas, além de um abundante conjunto de cerâmica comum de tradição local-regional. É de sublinhar, mais uma vez, a existência de um fragmento de um pequeno recipiente aberto, grafitado em bandas alternadas com bandas vermelhas (Soares, 2001, p. 61, Fig. 7, nº 51) e de um bordo de um prato (Costa, 2010, Estampa XXI, nº 555) de produção local/regional, coberto por engobe vermelho idêntico ao de produção local/regional presente na Azougada, tendo sido recolhido por Monge Soares em 1979 no local, sendo proveniente do estrato 1, atribuído à Idade do Ferro (Soares, Araújo e Cabral, 1985, p. 87 e 88, Fig. 2).

Ainda no concelho de Moura, referimos os pequenos sítios rurais de Monte das Candeias 3 e Monte Judeu 6, localizados entre a ribeira do Zebro e do Alcarrache (Albergaria *et al.*, no prelo), com ocupações da II Idade do Ferro.

Já no concelho de Serpa, podemos referir a ocupação detectada no Castelo de Serpa, onde se recolheram recipientes fenestrados, cerâmica pintada e cerâmica estampilhada (Braga e Soares, 1981; Soares e Braga, 1986); bem como no povoado da Misericórdia, classificado como sendo da II Idade do Ferro, onde se recolheu diversa cerâmica pintada, mas nenhum exemplar com estampilhas ou recipientes fenestrados (Parreira, 1983, p. 156; Soares, 1996a, p. 103-116). Mais a Este, na margem direita da ribeira do Chança, localiza-se a ocupação detectada na Igreja Velha de Ficalho, onde foram recolhidas cerâmicas estampilhadas e asas de rolo (Soares, 1994, p. 41; 1996b, p. 53). Já em Espanha, na margem esquerda da ribeira do Chança, localiza-se a ocupação de Pasada del Abad, com presença de decoração estampilhada (Pérez Macías, 1993, p. 401, 402 e 408, Estampa II).

Por fim, já fora da micro-região que inicialmente definimos, mas ainda próximo desta, referimos no concelho de Beja, na margem direita do Guadiana, a ocupação do Cerro Furado, com presença de estampilhas e recipientes fenestrados (Arnaud e Gamito, 1974-1977, p. 195; Ribeiro e Ferreira, 1971, p. 257; Lopes, 2003, p. 100) e da Folha do Ranjão, onde foram recolhidas cerâmicas estampilhadas e cerâmicas pintadas de bandas de “tipo ibérico” (Faria e Soares, 1998, p.157-159).

3.4 A “micro-região” e o século V – Apreciações globais

Uma vez terminada esta pequena análise, algumas conclusões e propostas são possíveis de avançar.

Em primeiro lugar, se a cronologia do Castelo de Moura parece, pelas semelhanças dos espólios, ser coeva da que se verifica na Azougada, pouco sabemos sobre a possibilidade de se prolongar no tempo, a menos que admitamos a aparente escassez de cerâmicas estampilhadas registada nas antigas e recentes intervenções, como o factor limitador da cronologia a ter em conta. Esta evidência parece ser de extrema importância, quando, na mesma região, subindo o Ardila para montante, a uns escassos 20 quilómetros e sem obstáculos naturais entre ambos, encontramos o Castelo Velho de Safara (Figura 8), um núcleo populacional de grande dimensão, implantado também sobre uma elevação defensável, cuja cultura material apresenta vários

elementos “celtizantes” (nomeadamente, recipientes estampilhados e queimadores fenestrados). Notamos que estes mesmos elementos, abundam na região aqui analisada (Figura 8), como já demonstrámos no ponto **3.3.**, encontrando-se Moura completamente rodeada destas influências, as quais não parecem ali ocorrer com a mesma expressão, como já referimos. Podemos assim ponderar para a ocupação do Castelo de Moura, um cenário possivelmente semelhante ao que se regista em Beja (Grilo, 2006), onde parece existir uma ocupação desde o século IV até ao domínio romano, sem que se verifique a existência abundante dos referidos elementos.

Sobre a ocupação da Azougada e face aos dados aqui apresentados, pensamos que o seu início deverá ser revisto para, quanto muito, a segunda metade do século V, prolongando-se até meados do século IV. A sua arquitectura apresenta-se idêntica ao que tem sido conhecido em diversos sítios rurais com arquitecturas não-planeadas, dispersos um pouco por todo o Sudoeste peninsular, não sendo actualmente possível, face aos dados disponíveis, sustentar a existência do mesmo modelo arquitectural idêntico ao verificado nos complexos monumentais da zona média do Guadiana, ou ao modelo de Abul.

A relação e ligação da Azougada com a ocupação sidérica do Castelo de Moura carece ainda de uma explicação mais aprofundada e cada vez mais desejável, a qual, esperamos, virá brevemente a ser construída com o estudo do abundante espólio, recentemente exumado nas escavações ali efectuadas. Pensamos que esta relação poderá aprofundar o debate em torno da (in)dependência dos pequenos sítios rurais face a aglomerados habitacionais de maior dimensão.

Também o estudo da relação entre o Castelo de Moura e o Castelo Velho de Safara não deixará de trazer importantes novidades sobre a relação entre sítios onde abundam elementos célticos e sítios onde estes aparentemente se encontram ausentes.

São apenas algumas questões que não resistimos a deixar no ar e sobre as quais, desejamos, o futuro próximo possa vir a esclarecer.

4. O Cabeço Redondo - Intervenção arqueológica

Como já foi referido, este sítio, conhecido erradamente desde a sua destruição como “Lameirões”, corresponde na verdade, ao antigo topónimo identificado como Cabeço Redondo (Lima 1988, p. 29), pelo que lhe foi atribuído o acrónimo **C.R.**

Os trabalhos de escavação, exclusivamente manual, iniciaram-se no dia 17 de Abril de 2011, com o prévio registo fotográfico das condições iniciais do terreno (Fig.

17). Inicialmente, foram implantadas duas sondagens (Fig. 7 e Fig. 18), denominadas Sondagem 1(Norte-Sul) e Sondagem 2 (Este-Oeste), orientadas aos pontos cardeais e ambas com 24 metros de comprimento por 1 metro de largura.

As duas sondagens foram divididas cada uma em 6 partes de 4 x 1 metros, nomeadas A, B, C, D, E, F (Fig. 18). Esta divisão destinava-se a controlar e testar a dispersão de materiais do solo superficial, a qual resultava da destruição causada por máquinas em 1990 e pela lavoura.

Uma vez estabelecidos estes parâmetros iniciais, iniciou-se a escavação manual dos estratos e crivagem manual das terras removidas. Na escavação foi utilizado o método de Harris (1979), não tendo sido possível a utilização do método de área aberta, em virtude do objectivo dos trabalhos corresponder à localização e delimitação dos vestígios e do escasso tempo disponível para o efectuar.

Registamos ainda o facto de, contrariamente ao que o método de Harris (1979) preconiza, terem sido definidas algumas Unidades Estratigráficas artificiais, em virtude das condicionantes impostas pelo facto de a escavação se efectuar dentro de um espaço muito limitado. Cada uma destas unidades artificiais encontra-se devidamente descrita enquanto tal, bem como qual a unidade natural onde se integra.

Desta forma, após a remoção do primeiro estrato, resultante da destruição do Cabeço Redondo e da acção da lavoura, foi possível detectar a existência de níveis de ocupação antiga preservados, em toda a área abrangida pelas sondagens. Contudo, em resultado das condições climáticas adversas e da resultante escassez de tempo disponível, optou-se por abandonar a escavação da Sondagem 1 e centrar os trabalhos na Sondagem 2, tendo sido apenas esta a ser totalmente escavada.

No final da intervenção, os estratos e estruturas postos a descoberto nas duas sondagens foram integralmente protegidos com geotêxtil (Fig. 19), após o que ambas as sondagens foram novamente cheias com as terras provenientes da escavação (Fig. 20).

4.1 Evidências estratigráficas

Os dados obtidos em escavação permitiram a divisão e faseamento cronológico das diversas fases construtivas e de destruição detectadas.

Assim, para melhor esclarecer e descrever os faseamentos detectados, a estratigrafia e a sua interpretação foram divididas em quatro fases estratigráficas (Fase I, Fase II, Fase III e Fase de Destruição Moderna) (Fig. 21 e Quadro V), correspondendo

cada uma das Fases I, II e III, a fases principais de construção e ocupação do espaço no Cabeço Redondo, sendo a transição entre cada Fase, marcada pela existência de desmonte de estruturas, aterro dos espaços e terraplanagens, seguidos de importantes momentos de construção de estruturas. Note-se que a Fase I corresponde ao momento mais antigo detectado, crescendo a numeração das Fases para uma cronologia sucessivamente mais recente. A Fase de Destruição Moderna corresponde aos estratos resultantes da destruição do Cabeço Redondo efectuada em 1990 e das sucessivas lavouras que se produziram desde então.

Cada uma destas Fases foi por sua vez sub-dividida em Momentos (Quadro V), os quais representam acções de construção, remodelação, ocupação do espaço, destruição e aterro, interpretados e definidos pelo conjunto de dados obtidos em escavação.

Por fim, foram distinguidos dois Espaços, A (Fig. 22) e B (Fig. 23), correspondendo o primeiro ao espaço que decorre entre o metro 1 e o metro 8 da sondagem 2; o segundo corresponde ao espaço que decorre entre o metro 8 e o metro 25 da mesma sondagem. Esta divisão deriva da impossibilidade de fazer uma leitura estratigráfica seguida do início ao fim da sondagem, uma vez que esta se encontra truncada pela existência das estruturas U.E.[23], U.E.[27] e U.E.[37], as quais por não terem sido desmontadas, impedem a percepção da estratigrafia que ocorre por debaixo de si.

Assim, efectuamos a leitura estratigráfica separadamente em cada um destes dois Espaços, pelo que alertamos para o facto de o faseamento proposto (I, II e III) coincidir em ambos os Espaços, mas tratando-se esta coincidência apenas de uma proposta teórica, a qual carece de confirmação em futuras intervenções.

4.2 Arquitectura

Ao longo de toda a área abrangida pelas sondagens arqueológicas, foram detectadas diversas estruturas construtivas preservadas. No entanto, em virtude da configuração e escassa dimensão das sondagens, foi impossível delimitar ou identificar qualquer compartimento, pelo que não dispomos de uma planta que nos permita efectuar comparações com outros sítios rurais de cronologia sidérica. Assim, apenas poderemos tecer alguns comentários sobre as estruturas detectadas e, a partir daí, desenvolver algumas conclusões sobre possíveis paralelos arquitectónicos.

No que diz respeito aos pavimentos (interface de utilização), foram detectados cinco, todos efectuados em argila compactada com pequenos fragmentos de xisto, correspondendo estes pisos à U.E.[51], U.E.[37], U.E.[36], U.E.[47] e U.E.[20]. Registamos o facto de que alguns destes pisos possam corresponder a um único, como no caso da U.E.[36] e da U.E.[47], sobre as quais colocamos a hipótese, de que se poderão desenvolver em continuidade durante quatro metros, por baixo da U.E.[35] e da U.E.[38]. Esta suposição baseia-se no facto de se desenvolverem à mesma cota topográfica e ao facto de se encontrarem ambos por baixo da estrutura U.E.[35], embora a U.E.[47] possua o aterro da U.E.[38] entre si e a U.E.[35].

Note-se que um dos pisos, a U.E.[20], se encontrava construído sobre o conjunto de seixos U.E.[28]. Igualmente integrável na definição de “piso”, encontra-se a “rampa” U.E.[49], cuja superfície é feita igualmente de argila compactada, no prolongamento do piso U.E.[47], não existindo nenhuma separação clara entre ambos, tendo-se apenas detectado um bloco pétreo, de dimensão média, “inserido” no pavimento U.E.[47]. Este bloco pétreo encontrava-se localizado por baixo do muro U.E.[39], não parecendo pertencer a este, dado que o muro era todo construído com seixos depositados sobre o piso, enquanto este bloco pétreo possuía morfologia irregular e dimensões muito superiores aos seixos do muro, encontrando-se “inserido” no piso. Esta pedra poderá talvez ter pertencido a uma qualquer estrutura anterior à construção do muro U.E.[39], hipótese que ganha força, se tivermos em consideração a sua localização na transição entre o piso U.E.[47] e a “rampa” U.E.[49].

Esta “rampa” poderá na realidade corresponder a um fosso perimetral, semelhante a outros casos conhecidos (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996; Rodríguez Díaz ed., 2004), ou às rampas de argila de Cancho Roano, também elas ocultadas, em dado momento, por sedimentos (Celestino Pérez ed., 1996, p. 341), ou mesmo a um canal de escoamento de águas, semelhante aos de Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p.302 e 304), sendo difícil, em face da área sondada, avançar uma hipótese mais segura. O único dado certo, é que esta estrutura foi, em determinada altura, entulhada com a U.E.[46], tendo sobre ela sido erguidas novas estruturas pétreas (U.E.[39]) e de adobe (U.E.[18]).

Foram ainda observadas quatro possíveis interfaces de utilização, nomeadamente, a superfície da U.E.[33]; da U.E.[48]; da U.E.[38]; e talvez a superfície onde as U.E.[4], U.E.[5] e U.E.[6] se encontravam depositadas. Estes possíveis interfaces de utilização não foram identificados como pisos, pois não nos foi possível

detectar o típico estrato composto por argila compactada, com pequenos fragmentos de xisto. Contudo, tal inexistência não significa a ausência de uma superfície que fosse utilizada como piso.

Sobre os pisos U.E.[51], U.E.[20] e U.E.[36], detectaram-se pequenas zonas ruborescidas com cinzas, de formato subcircular, nomeadamente, a U.E.[19], U.E.[21], U.E.[22] e U.E.[50], por vezes com presença de carvões e de argila queimada, o que indicia a presença de zonas de combustão, embora nenhuma se encontrasse estruturada, o que permite supor que estas não seriam utilizadas repetidamente.

Os muros de maiores dimensões detectados, nomeadamente a U.E.[29] e a U.E.[43], são compostos por um embasamento de pedra, possuindo a U.E.[29] cerca de um metro de largura máxima e a U.E.[43] (Fig. 28) cinquenta centímetros de altura conservada. Estes embasamentos são compostos maioritariamente por pedras graníticas, calcárias e seixos de quartzo. As pedras de enchimento destes embasamentos possuem dimensões medianas. Contudo, alguns blocos de grande dimensão foram detectados no local, provenientes das destruições de 1990. Supõe-se que sobre estes embasamentos pétreos se ergueriam, em altura, paredes formadas por tijolos de adobe, embora nenhum tenha sido recuperado directamente sobre um muro de pedras. Esta situação permite supor que nenhum dos muros conservados corresponderia à fase final de ocupação do sítio, antes corresponderiam a Fases anteriores, tendo sido cuidadosamente desmontados e cobertos por aterros, restando apenas a sua base, situação que, mais uma vez, encontra paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 297). Neste sítio, os muros grandes de base pétreo erguidos em altura mediante tijolos de adobe, foram interpretados como muros exteriores, destinando-se a base pétreo a isolar os adobes da humidade do chão (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 322).

Os referidos tijolos de adobe foram abundantemente observados no Cabeço Redondo e vários dos estratos escavados assemelhavam-se a restos de tijolos de adobe degradados, situação com paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 297). Já os abundantes adobes queimados e vitrificados recolhidos à superfície parecem resultar da presença de uma grande estrutura de combustão ou de um incêndio na fase final de ocupação do sítio, possivelmente revelado pela U.E. [56], identificada na sondagem 1 e composta por adobes queimados.

Os muros de pequenas dimensões detectados são apenas dois, um deles identificado com a U.E.[15], possuindo cerca de cinquenta e cinco centímetros de largura e apenas quinze de altura conservados, correspondentes a uma única fiada de

pedras bem encaixadas entre si; o outro muro identifica-se com a U.E.[39] e U.E.[44], possuindo quarenta centímetros de largura e formado exclusivamente por seixos. Directamente sobre o piso de argila U.E.[47], foi apenas detectada uma única fiada de seixos travados com argila vermelha U.E.[39]. No seguimento deste muro, mas já em cima da zona onde se encontrava o entulhamento da rampa U.E.[47], foi aberta uma vala U.E.[45] no estrato de entulhamento U.E.[46] da “rampa”. Esta vala foi por sua vez preenchida com seixos U.E.[44], sem qualquer sedimento entre si. Embora esta construção tenha sido parcialmente desmontada e aterrada pela U.E.[38], é possível supor que se ergueria em altura mediante tijolos de adobe não cozido.

A sua reduzida dimensão permite supor que corresponderia a uma parede interior. Esta estrutura possui uma técnica construtiva já detectada em Cancho Roano e La Mata, onde a base das paredes é por vezes efectuada mediante uma única fiada delgada de seixos depositada directamente sobre o piso, sobre a qual se ergue em altura uma parede de adobes (Celestino Pérez ed., 1996, p. 31, 56, 285 e 296). Também a presença da vala de fundação U.E.[45], preenchida com pedras de forma pouco cuidada, encontra paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 303), pelo que supomos que a construção de uma fundação se deva ao facto de os seus construtores terem considerado que o estrato U.E.[46] não possuiria estabilidade suficiente para sustentar a parede, ao contrário da zona do piso U.E.[47], sobre o qual foram depositados directamente os seixos da estrutura, sem qualquer vala de fundação.

Alguns tijolos de adobe foram encontrados *in situ* no decorrer das escavações, sendo que em dois casos, poderá existir a possibilidade de se tratarem de restos de paredes formadas exclusivamente por tijolos de adobe, sem qualquer embasamento pétreo, facto que encontra paralelo em La Mata, onde as paredes interiores aparentam ser exclusivamente compostas por adobes (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 87 e 330). A existência de uma parede colocada directamente sobre o piso, sem fundações, encontra ainda paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, 285 e 296), embora aqui todas as paredes de adobes possuam uma fiada de pedras na sua base.

O facto de nos dois casos referidos, apenas ter sido detectada uma fiada de adobes, permite supor que nenhuma destas paredes de adobe corresponderia à fase final de ocupação do sítio, o que está de acordo com a leitura estratigráfica efectuada, antes corresponderiam a fases construtivas anteriores, tendo as paredes sido cuidadosamente

desmontadas e cobertas com aterros, restando apenas a sua base, situação que mais uma vez encontra paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 297).

Assim, o primeiro caso ocorre com dois adobes da U.E.[18] (Fig. 29), encostados perpendicularmente ao muro U.E.[15]. Um deles, de cor cinzenta, media trinta e cinco centímetros de comprimento e mais de quarenta e cinco de largura, a qual não foi possível de averiguar na sua totalidade, dado que o adobe saía fora dos limites da sondagem; o outro, possuía cor verde azeitona e media mais de cinquenta centímetros de comprimento e mais de cinquenta de largura, sendo que nenhuma das medidas foi possível de averiguar na totalidade, dado que também este saía fora dos limites da sondagem. Estes adobes encontravam-se justapostos e ligados por uma fina argila vermelha.

O de cor cinzenta encontrava-se encostado perpendicularmente ao muro U.E.[15], parecendo talvez ter sido “afeiçoado” ou partido, de modo a ser encaixado entre o muro U.E.[15] e o outro adobe. Foi possível verificar que, por baixo destes tijolos, encontrava-se apenas o sedimento da U.E.[52] e não um embasamento pétreo. A hipótese de estes adobes se encontrarem aqui localizados em virtude de um entulhamento ou qualquer outro fenómeno é negada, dado encontrarem-se perfeitamente justapostos e preservados, ligados por uma fina camada de argila vermelha e encostados ao muro U.E.[15].

O segundo caso, que parece confirmar o primeiro, ocorre com a presença de um único grande adobe de cor amarelo-alaranjado U.E.[40], de mais de oitenta centímetros de comprimento por quarenta de largura, encostado ao muro pétreo U.E.[43], e saindo fora dos limites da sondagem. A sua orientação perpendicular em relação ao muro U.E.[43] e o seu estado de preservação sugerem, mais uma vez, que se encontra *in situ* e que não resultaria do entulhamento demonstrado pela U.E.[9]. Por outro lado, mais uma vez foi possível verificar que não possuía qualquer embasamento pétreo. A grande dimensão dos adobes aqui referidos, bem como a ausência de qualquer embasamento pétreo, encontrando-se estes depositados sobre os pisos, remetem para a possibilidade de corresponderem a “tabiques” ou paredes interiores de um compartimento, tal como se verifica, como já referimos, em La Mata, onde os tijolos de adobe de grande dimensão sem embasamento pétreo se localizam precisamente no interior do edifício (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 87 e 330).

Note-se, ainda, que o facto de constituir uma parede de apenas uma fiada de tijolos remete uma vez mais para uma acção de desmonte e destruição da parede,

seguida do seu entulhamento com a U.E.[9]. A presença de restos de argamassas de cal U.E.[33], indica a possibilidade de existência de paredes rebocadas a cal, ou mesmo até, de pavimentos efectuados com recurso a este material.

4.3 Análise e faseamento

Concluindo, a interpretação das técnicas de construção foi possível, embora por vezes dificultada em alguns casos, em virtude das destruições, desmontes e remobilizações de terra. Assim, a arquitectura detectada possui um cariz mediterrâneo, baseando-se em construções tendencialmente ortogonais, efectuada com recurso a muros pétreos por vezes de grande dimensão e abundância de tijolos de adobe, encontrando-se presente um fenómeno de construção/destruição-aterro/construção, repetido pelo menos em três vezes sucessivas ao longo da estratigrafia analisada. Possivelmente, encontra-se também presente um fenómeno de destruição causado por um grande incêndio.

Globalmente, os factos aqui referidos sugerem paralelos nas ocupações de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004) e Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996), afastando o Cabeço Redondo de sítios de menores dimensões, como por exemplo, a ocupação sidérica do Passo Alto (Soares *et al.*, 2009), Sapatoa (Mataloto, 2004), entre muitos outros, onde a utilização massiva de tijolos de adobe não se encontra documentada, nem a espessura de algumas estruturas do Cabeço Redondo (U.E.[29]), nem o fenómeno de construção/destruição-aterro/construção ali detectado, nem a presença de um grande monte de terra artificial, indiciador do colapso de um grande edifício construído em adobe. Contudo, o facto de desconhecermos a planta de qualquer uma das fases detectadas e de não ter sido possível individualizar qualquer compartimento impedem uma certeza absoluta sobre se estaremos perante um sítio onde se encontre o mesmo modelo de ortogonalidade, denunciador de um plano construtivo prévio, verificável nos paralelos referidos. O facto de o fenómeno dos “complexos monumentais e singulares”, em todas as suas vertentes (Jiménez Ávila, 2009b, p. 93), apenas ter sido até agora encontrado na zona do Guadiana Médio poderá ser encarado como um obstáculo a considerar o Cabeço Redondo como pertencendo ao mesmo fenómeno. Contudo, recordamos que durante algum tempo, também Cancho Roano foi um “caso único”, afinal rodeado de tantos outros casos idênticos. O Cabeço Redondo poderá assim ser também o primeiro, de mais casos em território português, sendo provavelmente a escassez de prospeções sistemáticas no território interior o

agente do nosso desconhecimento actual. Contudo, recordamos as prospecções do Empreendimento do Alqueva (Silva, 1999), os trabalhos desenvolvidos por António Monge Soares e a carta arqueológica de Serpa (Lopes, Carvalho e Gomes, 1997), cujos resultados parecem negar a existência e extensão do referido fenómeno, pelo menos no que diz respeito à área mais próxima da margem esquerda do Guadiana.

Também ao nível da “micro-região” do Cabeço Redondo, as evidências parecem recusar a presença do modelo construtivo exacto de Cancho Roano ou La Mata, pois como já referimos na análise da arquitectura da Azougada (ponto 3.2.2.1.), apesar da existência de um pátio central em torno do qual se dispõem compartimentos, o modelo de ortogonalidade reveladora de um planeamento prévio e rígido, não se encontra ali presente.

Se o Cabeço Redondo é, de facto, cronologicamente próximo à Azougada e ambos partilham vários aspectos da sua cultura material, que indiciam a existência de uma identidade regional, ou pelo menos, de uma marcada troca de influências materiais dentro da mesma micro-região, então seria de supor que a Azougada também poderia ou deveria partilhar da tradição construtiva local/regional. Assim, dado não possuir a referida ortogonalidade de Cancho Roano e de La Mata, é possível supor por comparação, que o Cabeço Redondo também a poderia não ter, dado que seria necessário explicar porque estaria ausente na Azougada e presente no Cabeço Redondo (facto que, apesar de tudo, não seria um cenário impossível). Não é pois, ainda possível assumir sem reservas, que o Cabeço Redondo representa o prolongar do fenómeno construtivo do Guadiana Médio, em todas as suas vertentes. Contudo, reafirmamos uma vez mais que, por prudência, dado desconhecermos em absoluto a planta dos vestígios ainda presentes no Cabeço Redondo, todas as hipóteses devem ser mantidas em aberto, até que uma futura intervenção em área aberta, permita resolver esta e muitas outras questões.

5. O Cabeço Redondo – Análise material

5.1 Metodologia

5.1.1. Nota prévia

No que diz respeito à proveniência dos materiais, o conjunto aqui estudado é composto fundamentalmente por um grupo de cerâmicas sem contexto, recolhidas à superfície por António Monge Soares, após a destruição do Cabeço Redondo, e por

um segundo grupo, composto por cerâmicas provenientes de estratos arqueológicos preservados, recolhidas no decorrer da escavação arqueológica realizada em 2011, no mesmo sítio. Ponderámos incluir neste estudo um conjunto de cerâmicas depositado nas reservas do Museu Municipal de Moura, recolhido em 1990 durante a destruição do Cabeço Redondo. Contudo, o facto de este conjunto possuir alguns elementos intrusivos de outros locais, como por exemplo, a Azougada, entre outros, levou a que optássemos, por precaução, a não o incluir. A excepção, ocorre no caso do pequeno vaso com múltiplas perfurações (Estampa L), cuja proveniência é segura. Também um artefacto de bronze (Estampa LII, P-364), identificado como um possível eixo de roda de oleiro/eixo de porta que parece corresponder à descrição de “uma tampa em bronze” e que consta do relatório da destruição do Cabeço Redondo, elaborado pela estação experimental dos Lameirões, foi incluído neste estudo, devido à referida correspondência com o elemento descrito.

4.1.2. Tipologia

A distinção morfológica entre os diversos recipientes cerâmicos estudados, obrigatória à criação de uma tipologia e de um catálogo de formas coerente e de fácil consulta que facilitasse a procura de paralelos, tornava-se indispensável, mas colocava, à partida várias questões que resultam das próprias características do conjunto que nos propusemos analisar. Parece importante começar por referir que, a análise prévia dos materiais permitiu concluir que o conjunto de fragmentos cerâmicos se constituía, fundamentalmente, por produções locais/regionais (Fabricos I-V), integrando escassos fragmentos de produção exógena. Por outro lado, todos os materiais cerâmicos recolhidos pertencem a um mesmo período de ocupação, situado na Idade do Ferro, não existindo, até ao momento, dados que permitam supor a presença de outras ocupações, em cronologias anteriores ou posteriores.

A ausência de formas completas, devido ao elevado estado fragmentário do conjunto cerâmico, foi, em certa medida, limitadora de uma análise que se pretendia o mais completa possível. Assim, este conjunto de elementos cerâmicos muito fragmentados e frequentemente pouco preservados, não permitem, na maior parte dos casos, conhecer mais do que a morfologia do bordo ou do fundo e os seus diâmetros, salvo raras excepções, onde foi possível reconstruir grande parte do perfil. Como tal, os critérios de distinção aplicados a este estudo tiveram em conta não só todas as

características do conjunto atrás enunciadas, mas também algumas das metodologias de análise artefactual já ensaiadas por vários investigadores, que, nos últimos anos, se têm debruçado sobre estudos cerâmicos de cronologias sidéricas, na área geográfica em questão (Celestino e Jiménez Àvila, 1993; Celestino (ed.), 1996; Fabião, 1998; Arruda, 1999-2000; Berrocal-Rangel, 1994a; Mataloto, 2004; Rodriguez Díaz ed., 2004; Grilo, 2006; Antunes, 2009; Costa, 2010; Estrela, 2010; Sousa, 2011; Albergaria *et. al.*, no prelo).

Assim, cruzando as metodologias já aplicadas a outros conjuntos artefactuais, com as características próprias do que neste trabalho se estudou, foram afastados os critérios que não se adequavam às peças aqui analisadas, ao mesmo tempo que foram adoptados os que permitiam arrumar e compartimentar, de forma coerente, o conjunto cerâmico, auxiliando, desta forma, a tarefa de procurar paralelos para as formas identificadas.

Desta forma, os fragmentos cerâmicos foram previamente divididos em dois Grupos, nomeadamente, grandes e pequenos recipientes, em função da sua dimensão (Fig. 24 e 25). A definição de “pequenos recipientes”, resulta de critérios morfológicos e métricos, pelo que a sua classificação enquanto tal, advém da combinação e respectiva ponderação de várias das características que a seguir se indicam (e nunca de apenas uma dessas características). Assim, as peças pertencentes a este Grupo apresentam, como características fundamentais, uma espessura média do bojo próxima de 0,5 cm e, no caso dos fundos, um diâmetro máximo não superior a 5 cm. O bordo ou fundo apresenta-se pouco espesso, por comparação com as formas “grandes” e os elementos não plásticos são de dimensão média (4-2mm) a fina (<2mm). As peças pertencentes a este Grupo apresentam, em geral, um aspecto grácil, por comparação com o das formas “grandes”. As formas realizadas em cerâmica manual apresentam, como é normal, um aspecto mais robusto do que as fabricadas a torno.

Já a definição de “grandes recipientes” resulta também de critérios métricos e a sua classificação, enquanto tal, resulta da combinação e respectiva ponderação, de várias das características que a seguir se indicam (e nunca de apenas uma dessas características). Deste modo, as peças pertencentes a esta categoria apresentam, como características fundamentais, uma espessura média do bojo próxima de 1 cm e, no caso dos fundos, um diâmetro máximo igual ou superior a 5 cm; bordo ou fundo espesso e elementos não plásticos de dimensão média (4-2mm) a grande (>4mm). As peças

pertencentes a este Grupo apresentam em geral, um aspecto robusto, por comparação com a categoria das formas pequenas.

A divisão em formas pequenas e formas grandes, é efectuada com o objectivo de tentar alcançar um significado funcional para os recipientes, no pressuposto teórico de que as formas pequenas possuem um carácter tendencialmente individual, destinado ao consumo individual, à preparação de alimentos ou à pequena armazenagem. Já as formas grandes, possuem um carácter essencialmente colectivo, possivelmente destinado à grande armazenagem ou à preparação de alimentos, ainda que alguns recipientes possam também ter sido utilizados para a higiene pessoal.

Assim, em função desta primeira divisão, fazemos corresponder às formas pequenas as seguintes variantes de fundo: plano; “em bolacha” plano; “em bolacha” côncavo; côncavo; anelar; canelado. Já às formas grandes, correspondem as seguintes variantes de fundo: plano; “em bolacha” plano; côncavo; convexo.

Uma vez divididos em dois Grupos de grandes e pequenos recipientes, a segunda divisão, é efectuada em função da existência/ausência de restrições ao interior dos recipientes. Assim, os Grupos grandes e pequenos recipientes, subdividem-se cada um em duas Formas, nomeadamente, grandes recipientes abertos/fechados e pequenos recipientes abertos/fechados. No caso da Forma pequenos recipientes fechados, a distinção em relação à Forma pequenos recipientes abertos, é feita mediante a existência de um estrangulamento ao nível do bordo ou abaixo deste e pela maior profundidade. Estas características garantem-lhes uma maior capacidade de retenção de produtos no seu interior, por comparação com as formas pequenas abertas, pelo que a sua funcionalidade se prende possivelmente, com a pequena armazenagem ou preparação de produtos alimentares, por oposição ao consumo de alimentos das formas pequenas abertas.

No caso da Forma grandes recipientes fechados, a distinção em relação à Forma grandes recipientes abertos, é feita em função dos diâmetros, sendo que todos os recipientes com estrangulamento ao nível do bordo ou abaixo deste e com diâmetros abaixo dos 20 centímetros, são considerados “fechados”. Todos os recipientes com diâmetros acima dos 20 centímetros são considerados “abertos”.

Desta forma, a primeira e a segunda divisão, permitir-nos-ão efectuar algumas considerações no Capítulo **5.3**, sobre o significado da evolução da utilização dos recipientes estudados ao longo das várias Fases do Cabeço Redondo.

A última divisão (Fig. 24 e 25), em sub-Formas, foi efectuada em função da morfologia da peça, nomeadamente, da inclinação do bojo e do bordo. As designações de cada sub-Forma foram atribuídas tendo em conta uma aproximação à nomenclatura usualmente utilizada pelos investigadores inicialmente referidos, para designar os diferentes recipientes. Com esta última divisão, pretendemos obter um instrumento de análise que facilite a busca de paralelos e de significados para as peças analisadas.

Assim, na Forma pequenos recipientes abertos, integramos a sub-Forma Tigela, a qual se caracteriza por pequenos recipientes simples, abertos, esvasados, com inclinações de bojo iguais ou superiores a 45°, com duas variantes principais, mediante a presença de um perfil hemisférico ou troncocónico. Nesta Forma, integramos ainda a sub-Forma Prato, composta por pequenos recipientes abertos e esvasados, com um bordo destacado de tendência horizontal. Esta sub-Forma possui apenas uma variante, que se caracteriza pela presença, no lado interno, de uma ligeira depressão associada a uma carena no lado externo.

Já a Forma pequenos recipientes fechados, compõem-se por recipientes de tendência ovoide e perfil sinuoso, profundo, fechado, de colo mais ou menos estrangulado junto ao bordo e bojo saliente. Existe pouca variabilidade ao nível da morfologia do bordo, destacando-se, em termos quantitativos, apenas a sub-Forma “asa de cesto”.

No que diz respeito aos grandes recipientes abertos, nesta Forma, foi enquadrada uma série de fragmentos com enorme variabilidade ao nível do bordo, que certamente corresponderão a recipientes bastante distintos, em presença de um perfil completo. Contudo, em resultado do estado muito fragmentário das peças, pretender distinguir cada variação apenas ao nível do bordo, iria gerar praticamente uma categoria por cada fragmento, pelo que apenas mediante a procura de paralelos para a morfologia específica de cada bordo, se torna possível avançar uma proposta de classificação distinta para alguns dos fragmentos.

Assim, foi criada apenas a sub-Forma Bacias/Alguidares, composta por recipientes de grande dimensão, abertos, de bordo por vezes espesso e/ou aplanado e bojo vertical ou tendendo para uma posição oblíqua, com perfil tendencialmente globular. Apresenta, frequentemente, asas cegas ou mais raramente, asas tipo “cabaz”, paralelas ao bordo.

No que diz respeito à Forma grandes recipientes fechados, esta caracteriza-se pela existência de um estrangulamento ao nível do bordo ou logo abaixo deste e por

possuir bojo destacado e por um bordo espesso e colo curto ou inexistente. Os diâmetros de abertura do bordo situam-se de modo geral, entre 9 e 20 centímetros. Esta Forma possui apenas a sub-Forma Ânfora, composta por recipientes de grande dimensão, bordo espesso, colo curto ou inexistente, de tendência vertical e forma ovoide, estrangulado ao nível do bordo ou do colo, por vezes com um ligeiro ressalto ou ombro e com presença de asas de rolo espessas.

Neste caso, a dificuldade de classificação prende-se com a definição de “Ânfora” que empregamos neste trabalho, uma vez que, em virtude da sua escassa preservação, vários dos fragmentos integrados apenas na Forma grandes recipientes fechados, poderão, na realidade, corresponder a ânforas. Contudo, a probabilidade de muitos bordos semelhantes a bordos de ânforas corresponderem a potes de média-grande dimensão com diâmetros fechados impunha não os classificar de outra maneira, como forma de minimizar possíveis erros. A sua importância funcional não deixa, contudo, de ser similar à categoria das ânforas, encontrando-se vocacionada provavelmente para o armazenamento e conservação de bens alimentares, observando-se a tendência para reproduzir e adaptar localmente morfologias orientalizantes presentes nas ânforas e nos *pithoi*, situação já verificada na Azougada (Antunes 2009, p. 185, 186 e 256), em La Mata (Rodríguez Díaz, 2004, p. 231 e 235, forma C.11.e), ou em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996).

Assim, a sub-Forma Ânfora, foi por sua vez dividida em duas diferentes variantes, nomeadamente, a I, à qual corresponde um bordo arredondado, esvasado, dobrado sobre o bojo, criando uma ligeira reentrância logo abaixo do bordo, com pastas maioritariamente oxidantes e muito duras; e a II, correspondendo a um bordo esvasado, por vezes engrossado, formando um “ângulo” no exterior, podendo ter um colo mais ou menos marcado, ou o bordo imediatamente no seguimento do bojo. O estrangulamento ocorre ao nível do bordo ou no colo, podendo possuir, ou não, um ligeiro ombro ou ressalto.

No que diz respeito à utilização de critérios tecnológicos, apenas fizemos a distinção da cerâmica ática, a qual, pelas suas especificidades, não cabe na tipologia que aqui foi desenvolvida, encontrando-se já devidamente estudada e caracterizada (Sparkes e Talcott, 1970; Sánchez, 1992).

Não nos pareceu útil ir mais além nesta divisão tecnológica, dentro da cerâmica comum, ainda que fosse possível a sua separação em categorias técnicas mais diferenciadas, nomeadamente, em cerâmica de cozedura oxidante e cozedura redutora,

cerâmica pintada, com decoração grafitada, cerâmica de pastas cinzentas e cerâmica manual. Uma divisão mediante as categorias enunciadas, revela-se inútil, dada a sua ocorrência em formas semelhantes nas várias técnicas e ao facto de não estar atestado nenhum centro produtor especializado, não resultando interessante a sua subdivisão em categorias distintas, dentro da tipologia criada.

Sobre as sub-Formas, apenas foram destacadas no Catálogo de Formas (Fig. 25), as que possuem uma expressão quantitativa relevante dentro do conjunto de fragmentos e, por isso, uma importância de utilização maior, pelo que a individualização das variações com escassa ocorrência será apenas efectuada na análise detalhada de cada Forma. Com esta medida, pretende-se evitar a criação de um quadro formal excessivamente complexo.

As divisões apresentadas foram baseadas nos exemplares mais completos, sendo que os pior conservados foram classificados por comparação com os anteriores, situação que, estamos conscientes, poderá certamente conduzir a algumas arbitrariedades, dado que apenas com perfis completos se poderia assegurar uma integração precisa nas diversas categorias. Seria seguramente possível ir mais longe e continuar a criar mais divisões dentro de cada uma das Formas e sub-Formas aqui estabelecidas, em função das pequenas variações detectadas ao nível do bordo ou dos seus diâmetros. Contudo, este não seria mais do que um exercício estéril, pois não se traduziria em nenhuma informação relevante, no estado actual dos conhecimentos, constituindo apenas outra maneira de compartimentar e arrumar as inúmeras variações de bordo, o que tornaria a sua compreensão mais complexa e menos imediata. A tipologia aqui exposta foi, pois, criada especificamente para o conjunto que nos propusemos analisar, como forma de responder às suas diversas condicionantes.

Para o estudo pormenorizado dos fragmentos cerâmicos, foi elaborado um inventário (Anexo IV), onde é feita a descrição detalhada das características de cada fragmento, nomeadamente, forma, cozedura, pasta, características métricas e decoração, de modo a criar uma base de dados que nos permitirá tecer várias considerações sobre o conjunto estudado.

5.1.3 Métodos quantitativos

No que toca ao método de quantificar o conjunto estudado, foram adoptados os critérios estabelecidos em Mont Beauvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998), como forma de estabelecer um Número Mínimo de Indivíduos (NMI). Desta forma, o NMI foi

obtido para cada forma inventariável, dentro de cada grupo/categoria em que se insere (Quadros XII-XV).

Este método pressupõe assim a contabilização de cada forma completa, bordo, fundo, asa, ou de qualquer outro elemento característico de um recipiente, que permita uma diferenciação segura dentro do conjunto. O valor mais alto dentro de cada categoria cerâmica, obtido segundo este procedimento, constitui o NMI, representando deste modo, um valor estimado do número de recipientes a que correspondem o total de fragmentos analisados.

Além do NMI, utilizámos ainda o Número de Restos (NR) para obter uma quantificação dos valores de cerâmica manual (Quadro X) e da cerâmica decorada (Quadro IX). Este método pressupõe a contagem de todos os fragmentos classificáveis e inclassificáveis, sendo que cada peça composta por vários fragmentos conta apenas como um (1).

Uma vez reunidos todos os elementos analíticos enunciados, torna-se possível a análise do conjunto através do recurso à comparação com paralelos externos, por forma a permitir propostas cronológicas, funcionais e económicas.

5.1.4 Representação gráfica

No que diz respeito à representação gráfica, a cerâmica manual encontra-se diferenciada da cerâmica a torno, através do preenchimento da secção a cinzento claro e a negro, respectivamente. Nos fragmentos decorados e em alguns elementos de prensão, o desenho do fragmento foi incluído na vista da peça, sempre que tal não prejudique a sua compreensão. No que concerne às reconstituições, estas foram efectuadas mediante a presença de linha a tracejado. O perfil dos elementos de prensão é preenchido a cinzento.

5.1.5 Grupos de Fabrico

Para a descrição das pastas, foram utilizados os conceitos básicos propostos por Steinstra (1986), utilizando para esse efeito uma lupa de 10 aumentos. Assim, para a caracterização dos grupos de fabrico, foram tidos em conta a frequência, dimensão e tipo de elementos não-plásticos e ainda as características gerais das pastas, como a dureza, fractura e cor. Em relação à dimensão dos elementos não-plásticos (e.n.p.) distinguimos 3 dimensões, nomeadamente, grande (>4mm), média (4-2mm) e fina

(<2mm). A referência às diferentes cores é apresentada segundo o código de Munsell, Soil Color Charts (1998).

- Fabrico I

Pastas mal depuradas, com frequentes e.n.p. de pequena dimensão (quartzo, micas amarelas e minerais negros), de média dimensão (quartzo branco) e raros de grande dimensão (quartzo branco). Fractura rugosa. Possuem tonalidades que variam entre o castanho (Munsell 10R3/1) e o vermelho (Munsell 10R4/6).

- Fabrico II

Pastas pouco depuradas, com frequentes e.n.p. de pequena dimensão (quartzo, micas e minerais negros), e raros de média dimensão (quartzo branco). Possuem tonalidades que variam entre o castanho (Munsell 10R3/1) e o vermelho (Munsell 10R4/6).

- Fabrico III

Pastas mal depuradas, com frequentes e.n.p. de pequena dimensão (quartzo, micas amarelas e minerais negros), e frequentes de média dimensão (quartzo branco e micas amarelas). Fractura muito rugosa. Possuem tonalidades que variam entre o castanho (Munsell 10R3/1) e o vermelho (Munsell 10R4/6).

- Fabrico IV

Pastas duras, sonoras e depuradas, com raros e.n.p. de pequena dimensão (quartzo e micas), apresentando por vezes raros minerais negros de pequena dimensão. Fracturas suaves. Possuem tonalidades que variam entre o cinzento escuro (Munsell 10YR/1) e o castanho (Munsell 10R3/1). Correspondem a pastas locais/regionais.

- Fabrico V

Pastas duras, sonoras e muito depuradas, com raros e.n.p. de muito pequena dimensão (quartzo, micas). Fracturas suaves e conchoidais. Possuem tonalidades de castanho (Munsell 10R3/1).

- Fabrico VI

Pastas claras muito depuradas, de matriz calcária, com raros e.n.p. de muito pequena dimensão (micas). Fracturas muito suaves e conchoidais. Possuem tonalidades amareladas (Munsell 2.4YR6/8).

- Fabrico VII

Pastas duras, sonoras e muito depuradas, com raros e.n.p. de pequena dimensão (quartzo) e frequentes desengordurantes de muito pequena dimensão (micas). Fracturas suaves e conchoidais. Possuem tonalidades de cinzento claro, (Munsell 2.5YR4/1).

- Fabrico VIII

Pastas claras, duras, compactas e fractura conchoidal, com frequentes e.n.p. de pequena dimensão (quartzo, feldspato, calcites). Tonalidade beje-rosado (Munsell 7/4 5Y/R).

- Fabrico IX

Pastas sonoras e muito depuradas sem e.n.p. identificáveis. Fracturas muito suaves e conchoidais. Possuem tonalidades alaranjadas (Munsell 6/6 7.5YR).

5.2. Formas cerâmicas

5.2.1. Formas pequenas abertas

5.2.1.1. Tigelas (Estampas I-VI)

A origem desta sub-Forma tem sido apontada como proveniente da evolução de formas existentes no Bronze Final (Fabião, 1998, vol. II, p. 38), facto comprovado a nível regional, onde se observa que tanto a variante troncocónica como a hemisférica, ainda que efectuadas e decoradas de modo tecnicamente diferente das do Cabeço Redondo, já se encontravam em uso no Castro dos Ratinhos, em cronologia e ambiente profundamente conotado com a cultura do Bronze Final, independentemente dos vestígios de contactos sidéricos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 286 e 287, Tipo I).

É de notar que, na maioria dos exemplares aqui analisados, nem sempre foi fácil determinar a sua integração numa ou noutra variante, não só pela sua própria ambiguidade, mas também pelo reduzido tamanho dos fragmentos em estudo. Poderíamos ainda admitir uma terceira variante, em função da maior dimensão e robustez de alguns exemplares (por exemplo, o exemplar P-1 (Estampa I) e,

consequentemente, uma utilização diferenciada; contudo, faltam-nos dados para poder tecer considerações a esse respeito.

No que diz respeito às técnicas de produção, durante a Idade do Ferro no Sudoeste Peninsular, as tigelas são quase todas a torno, constituindo uma ocorrência rara as efectuadas manualmente (Fabião, 1998, vol. II, p. 37; Mataloto, 2004, p. 67; Antunes, 2009, p. 171).

Conforme tem sido reconhecido pela investigação recente (Fabião, 1998, vol. II, p. 37 e 38; Mataloto, 2004, p.68; Antunes, 2009, p. 171; Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 286), a presença massiva desta sub-Forma nos mais diversos contextos da Idade do Ferro Peninsular levanta a impossibilidade de procurar paralelos cronológicos das peças recolhidas no Cabeço Redondo, as quais conhecem apenas as duas variantes já referidas, de perfil hemisférico, mais frequente, ou de perfil troncocónico, mais rara que a primeira, situação que se verifica em toda a Idade do Ferro Peninsular (Fabião, 1998, vol. II, p. 37). No entanto, na Azougada, a variante troncocónica parece imperar sobre a hemisférica nas várias técnicas de fabrico identificadas, com excepção da cerâmica de cozedura redutora de engobe cinzento, na qual a autora classificou maioritariamente as tigelas na variante hemisférica (Antunes 2009, p. 135, 167, 168, 242, 307 e 351), não sendo, contudo, de ignorar o facto de a classificação numa ou noutra ser frequentemente discutível, em especial no que diz respeito aos exemplares fragmentados.

Em geral, ambas as variantes morfológicas ocorrem desde o século VII até ao domínio romano, quando a utilização destes recipientes entra em declínio (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 144 e 148), como se verifica, por exemplo, no Cerro Macareno (Pellicer Catalan, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983) ou em Capote, onde ocorrem na segunda metade do milénio (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 143, 147 e 169).

No que diz respeito à funcionalidade das tigelas, uma vez mais se torna impossível invocar certezas, uma vez que se desconhecem contextos originários de utilização, exceptuando casos em que poderão ter sido usadas como oferendas, por exemplo, em Garvão (Beirão *et al.*, 1985), Capote (Berrocal-Rangel, 1994a), ou como contentor de oferendas em rituais associados à morte, no caso das necrópoles da Idade do Ferro da região de Ourique, nomeadamente, no Monte da Mealha Nova, no seu monumento III e na da Herdade do Pêgo, na sepultura IV (Dias *et al.*, 1970, p. 201 e 211), datados desde meados do século VI a.C. a finais do século V a.C. (Arruda 2001, p. 282).

Aceita-se, igualmente, a sua funcionalidade enquanto tampas (Fabião, 1998, vol. II, p. 37), ou mesmo enquanto lucernas, no caso dos exemplares efectuados manualmente (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 219 e 224, forma B.11.). Contudo, a sua função primária, consensualmente aceite pela investigação, tem sido a de consumo individual de alimentos, quer sólidos, quer líquidos (Fabião, 1998, vol. II, p. 40). Esta funcionalidade é apoiada na versatilidade que se reconhece a esta forma, bem como na enorme quantidade destes recipientes, frequentemente recolhidos nos mais diversos contextos da Idade do Ferro Peninsular.

No que diz respeito à dupla perfuração paralela ao bordo, existente em alguns exemplares, a sua presença tem sido interpretada como um elemento de suspensão, de forma a conferir-lhe uma maior capacidade de arrumação (Beirão e Gomes, 1985, p. 477), de transporte (Fabião, 1998, vol. II, p. 38 e 39; Mataloto, 2004, p. 68), ou mesmo constituindo-se como elemento de união, mediante o uso de uma corda, entre o colo de um recipiente de armazenagem e uma tigela utilizada enquanto tampa (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 75), tendo sido descartadas outras funcionalidades, como elementos para verter líquidos ou para fixação de pegas em madeira (Antunes, 2009, p.173 e 174).

No que diz respeito à cronologia desta forma, Rui Mataloto (2004, p. 67) retoma a questão já colocada por Carlos Fabião (1998, vol. II, p. 40), sobre a diferença entre exemplares com bordos simples ou ligeiramente espessados internamente, os quais são abundantes nos locais “mediterranzados” do litoral e do interior, mas aparentemente escasseando no interior Sul, a partir da 2ª metade do 1º milénio, facto que poderá, na opinião de Rui Mataloto, traduzir possivelmente uma marca crono-cultural. Esta diversificação morfológica ao nível dos bordos destes recipientes verifica-se quer no interior, como no caso de Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004), Medellín (Almagro-Gorbea, 1977), Aliseda (Rodríguez Díaz e Pavón Soldevilla, 1999), ou El Risco (Enriquez Navascués, Rodríguez Díaz e Pavón Soldevilla, 2001), quer no litoral, como Abul (Mayet e Silva, 2000), Castro Marim, Lisboa e Santarém (Arruda, 1999-2000). Pelo contrário, em contextos cronologicamente posteriores à primeira metade do I milénio a.C., a escassez de bordos espessados verifica-se, por exemplo, em Vaiamonte (Fabião, 1998, Vol. II, p. 37), Capote (Berrocal-Rangel, 1994a) ou Garvão (Beirão *et al.*, 1985).

Paralelamente à variação dos bordos, também as duplas perfurações têm sido interpretadas como possuindo valor cultural e cronológico, sendo indicada a sua origem

na Extremadura no século V a.C. (Mataloto, 2004, p. 68), após um período de interregno entre o Bronze Final e o século V, registando-se a sua presença em Cancho Roano (Celestino ed., 1996, p. 248), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 704, 825, 895, 887 e 946) e em Castañuelo (Amo, 1978, p. 307), entre muitos outros sítios, sendo geralmente admitido pela investigação recente (Mataloto, 2004, p. 68; Antunes, 2009, p. 173; Costa, 2010, p. 45) que o fenómeno da dupla perfuração atinge a sua expressão máxima, sobretudo, nos contextos da segunda metade do I milénio a.C. do interior peninsular, como resultado da influência mesetenha, por contraste com a fraca expressão no litoral, de carácter mediterrâneo.

O período de interregno entre o Bronze Final e o início do século V verifica-se, por exemplo, na ausência das duplas perfurações em Cerro Manzanillo, em finais do século VII e os inícios do VI (Rodríguez Díaz *et al.*, 2009), na fase C de Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 252), e na Fase II da necrópole de Medellín e no seu povoado, onde as duplas perfurações por baixo do bordo só surgem no século V (Lorrio Alvarado, 1988-89, p. 295), facto que seria, segundo Rui Mataloto (2004, p. 68), originado pelas influências mediterrâneas, as quais trariam mudanças ao espaço habitacional, perdendo então as perfurações em pequenos recipientes abertos o seu sentido durante o período “Orientalizante”, após o que esta tradição de arrumação seria retomada com o enfraquecimento dos contactos com as influências orientais (Mataloto, 2004, p. 68). Por fim, o autor reconhece uma segunda hipótese, a de que o (re)surgimento da dupla perfuração no século V poderia representar um modo de dispor os recipientes, sem relação cultural ou filogenética com a situação verificada no Bronze Final, traduzindo-se apenas numa solução semelhante de arrumação (Mataloto, 2004, p. 68 e 69).

À primeira hipótese colocada pelo autor, apenas opomos o facto de que, no litoral, mesmo em ambiente fortemente influenciado pela tradição oriental, se regista a existência das duplas perfurações, por exemplo, no Cerro da Rocha Branca, em pratos de engobe vermelho com perfuração pré-cozedura, numa cronologia da segunda metade do século VI ao século V (Gomes, 1993, p. 94, 96 e 97, fig. 17, nº 3 e 4; Arruda, 1999-2000, p. 55), ou mesmo em Santa Olaia, num prato de engobe vermelho com duas perfurações que não atravessaram completamente o bojo, datado de inícios do século VI (Alarcão e Santos, 1996, p. 209; Arruda, 1999-2000, p. 231), ou ainda em Castro Marim, num exemplar de cerâmica cinzenta, datado da primeira metade do milénio, numa cronologia que se inicia na segunda metade do século VII até meados do século V

(Arruda, 1999-2000, p. 46, figura 21, nº 5; p. 52). Parece assim pouco crível, que no interior do território, essas influências orientais fossem a causa da perda de uma tradição fortemente instalada, devendo a explicação ser outra, ainda não possível de identificar.

Finalmente, a referida escassez, ou mesmo ausência, em contextos do litoral durante a segunda metade do milénio, por oposição à presença massiva no território interior, deverá ser matizada, uma vez que esta fraca expressão não é de facto sinónimo de ausência total ou raridade, como se verifica, por exemplo, em Monte Molião, onde existe quantidade significativa de duplas perfurações em tigelas e em pratos, com ou sem decoração pintada, numa cronologia de finais do século IV ao século II, como tivemos oportunidade de verificar pessoalmente. Pensamos que este facto deverá ser extensível a outros locais, embora as publicações dos vários sítios do litoral, em geral, não abordem esta questão e os recipientes perfurados se encontrem sub-representados nos desenhos dos materiais publicados, inviabilizando assim a possibilidade de procurar paralelos para esta situação no litoral. Por outro lado, os depósitos votivos de Garvão e de Capote, ou mesmo contextos de necrópole, deverão ser utilizados como base de comparação com extrema cautela, pelas óbvias questões que revestem o seu carácter de excepção.

Refira-se ainda a propósito deste tema, que, por vezes, esta dupla perfuração é referida como sendo realizada pós-cozedura, sendo encarada portanto, como uma opção deixada ao livre arbítrio do utilizador final das peças (Antunes, 2009, p. 173); contudo, isto não se verifica no Cabeço Redondo, onde as perfurações em tigelas (P-4; UE32-17; UE42-28 – Estampa I, II) são efectuadas pré-cozedura, o que determina que, à partida, seja qual for a função a que se destinavam, estas se encontravam presentes no momento em que o utilizador adquiria a peça. Este facto não é exclusivo do Cabeço Redondo, encontrando-se perfurações pré-cozedura em tigelas e pratos, por exemplo, no já referido Cerro da Rocha Branca (Gomes, 1993, p. 94, 96 e 97, figura 17, nº 3 e 4) ou em Monte Molião, como tivemos oportunidade de constatar por experiência própria. Note-se que a agravar a dificuldade de analisar esta temática, geralmente na publicação de conjuntos de materiais, os autores frequentemente não indicam a natureza das perfurações ou mesmo a sua própria existência, pelo que se torna difícil aprofundar esta questão. No que diz respeito à Azougada, tivemos oportunidade de verificar pessoalmente a existência de perfurações pré-cozedura, embora, na maior parte dos exemplares, seja difícil averiguar este pormenor.

No que diz respeito ao conjunto em estudo neste trabalho, nenhum dos exemplares classificados como Tigela possui perfil completo, estando presente a cerâmica a torno de cozedura redutora e mais raramente, cerâmica de cozedura oxidante, bem como alguns raros exemplares de cerâmica manual, tendo sido utilizadas exclusivamente pastas de proveniência local/regional, em qualquer dos casos.

Tanto nos exemplares troncocónicos como hemisféricos, a busca de paralelos não se traduz em certezas directas. Dada a já referida longa difusão cronológica e geográfica desta forma, resta, pois, apontar a sua existência nas mais variadas técnicas de fabrico, como em cerâmica cinzenta, pintada, manual e de engobe vermelho, em sítios cronológica e culturalmente afins do Cabeço Redondo durante o século V, como a Azougada (Antunes, 2009), Castañuelo (Amo, 1978), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 246, forma D.4), Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996), El Turuñuelo (Jiménez Ávila, 1995, p. 137, figura 4, nº 3-13), Fernão Vaz (Beirão, 1986), ou Herdade da Sapatoa (Mataloto, 2004, estampa XXXIII, nº 231; XLIV, nº 136 e 145; XLVIII, nº 249 e 256), entre outros.

De um modo mais específico, referimos que os exemplares fabricados manualmente (P-15, P-211, UE3-1, UE42-13 – Estampa V, VI) são morfologicamente idênticos aos fabricados a torno, conhecendo paralelos na cerâmica manual da Azougada (Antunes, 2009, p. 354), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p.219, formas B.7, B.11.a. e B.11.b), Fernão Vaz (Beirão, 1986, p. 121, fig. 52), no pequeno sítio rural da Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 69), bem como na necrópole de Medellín (Almagro Gorbea, 2008, p. 743-744), notando-se ainda a sua aparente ausência em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996).

Sobre a presença de tigelas fabricadas em cerâmica cinzenta de produção local/regional (por exemplo, P-2 e UE42-21, Estampa I), aparentemente imitando a cerâmica cinzenta fina (P-27, Estampa V), registamos a idêntica ocorrência na Azougada (Antunes, 2009, p. 149, 150 e 166–212) e a sua abundância no Cabeço Redondo (Quadro XIX).

Notamos, por fim, a ausência de decoração pintada, engobada ou grafitada, nas cerca de uma centena de fragmentos de tigelas estudadas do Cabeço Redondo (Quadro XIX), o que contrasta fortemente com a situação da Azougada (Antunes, 2009), mas que parece aproximar-se do panorama de Castañuelo (Amo, 1978; Pérez Macías, 1991; Pérez Macías e Gómez Toscano, 1999; Jiménez Ávila, 2001 e 2009) e de Neves-Corvo (Maia, 1987; 1988; 2008; Maia e Correa, 1985; Maia e Maia, 1986 e 1996), face ao que

existe publicado sobre os sítios. Esta situação não deixa de causar alguma surpresa, dado que a Azougada aparenta ser próxima cronológica e culturalmente do Cabeço Redondo, distanciando os dois sítios cerca de vinte quilómetros um do outro, apenas separados pela planície Alentejana, sem qualquer espécie de fronteira geográfica natural entre ambos.

Face ao exposto, à falta de mais dados e ao conjunto dos restantes materiais aqui analisados, apontamos uma cronologia centrada no século V para as peças do Cabeço Redondo.

5.2.1.2. Pratos (Estampas VII e VIII)

Em relação aos exemplares integrados na sub-Forma Prato (Estampa VII), dos quais se conhece apenas um pequeno fragmento de bordo, não é possível tecer considerações, uma vez que as suas características morfológicas não possibilitam grandes conclusões, restando efectuar uma análise mais aprofundada em relação aos exemplares integráveis na variante Prato Carenado (Estampa VIII). Esta é genericamente apontada como tendo as suas raízes no Bronze Final regional (Gamito, 1991-1992; Soares, 1996 e 2005), encontrando-se contudo, a morfologia idêntica à apresentada pelas peças em estudo, nos conjuntos artefactuais de cronologia orientalizante e pós-orientalizante peninsulares, por exemplo, na necrópole de Medellín, em cerâmica oxidante, numa cronologia entre a segunda metade do século VII e o século V (Almagro Gorbea, 2008, p. 666-667). Os exemplares do Cabeço Redondo registam a presença de quatro variantes de técnicas de fabrico, nomeadamente, em cerâmica comum de cozedura redutora (P-28, UE34-6), cerâmica cinzenta (UE32-18), cerâmica pintada (P-29, UE1-55, UE9-13), cerâmica manual (P-215) e cerâmica cinzenta de produção local/regional (P-28; UE34-6).

Uma vez mais, esta morfologia encontra paralelos na Azougada, na segunda metade do século V, em cerâmica cinzenta (Antunes, 2009, p.136), de engobe vermelho (Antunes, 2009, p.83-84) e em cozedura redutora (Antunes, 2009, p. 175). Encontra-se ainda em outros locais, durante o século V, como Cancho Roano, onde se conhecem exemplares em cerâmica de cozedura oxidante (Celestino Pérez e Jiménez Ávila 1993, p. 201, nº 6), em La Mata, onde ocorrem exemplares em cerâmica cinzenta e em cerâmica de cocção oxidante ou redutora (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 246, forma D.5; p. 235, forma C.10; p. 253, forma E.5), em Castañuelo (Amo, 1978, p. 307, 338, nº 3 e 4; 339, nº 1), em El Turuñuelo, em cerâmica de cocção oxidante (Jiménez Ávila, 1995,

p. 137, nº 2) e na já referida necrópole de Medellín (Almagro Gorbea, 2008, p. 666 e 667).

No que diz respeito ao exemplar de pequenas dimensões do Cabeço Redondo (P-215) efectuado em Cerâmica Manual e com uma perfuração abaixo do bordo, este conhece paralelos em Cancho Roano, num pequeno fragmento descontextualizado, mas interpretado como possivelmente proveniente dos níveis mais antigos (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 122, nº 18; p. 123), e em La Mata, onde ocorrem pequenos pratos carenados em cerâmica manual da forma A.2. (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 219), os quais correspondem a “*platos margarita*”, em virtude da decoração no fundo. Paralelamente, o exemplar do Cabeço Redondo poderá possivelmente encontrar semelhanças funcionais também na Azougada, nos pequenos pratos em cerâmica manual nº 339, 340 e 341 (Antunes, 2009, p. 380), embora estes sejam desprovidos de carena. Conhecem-se ainda pratos carenados em cerâmica manual na necrópole de Medellín, numa cronologia que se inicia na segunda metade do século VII e termina algures no século V, numa data imprecisa (Almagro Gorbea, 2008, p. 743). Por fim, não será de descartar a hipótese de o exemplar do Cabeço Redondo poder corresponder a um “*plato margarita*”, uma vez que apenas conhecemos um ligeiro fragmento da peça, desconhecendo como seria a sua metade inferior, a qual poderia ser decorada, à semelhança dos já referidos exemplares de La Mata.

No que diz respeito à perfuração detectada neste exemplar, poderemos equacionar funcionalidades idênticas às que foram descritas para as Tigelas, sendo possível encontrar paralelos de perfurações em pratos carenados, por exemplo, na Azougada, em cerâmica de engobe vermelho (Antunes, 2009, p. 84 e 119, nº11) e em Cancho Roano, em cerâmica a torno de cocção oxidante (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1996, p. 193, fig. 59, nº4), embora estas sejam, aparentemente, pouco frequentes nesta morfologia.

Sobre a presença de pratos carenados fabricados em cerâmica cinzenta de produção local/regional (P-28 e UE34-6, Estampa VIII), aparentemente imitando a cerâmica cinzenta fina (UE32-18), registamos uma vez mais a idêntica ocorrência na Azougada (Antunes, 2009, p. 149, 150 e 166–212).

Os três exemplares carenados com pintura (UE9-13, UE1-55, P-29), apresentam pastas exógenas, de cocção oxidante, encontrando-se o exemplar (P-29) apenas pintado no interior, enquanto os outros dois exemplares foram integralmente pintados, à excepção do interior do fundo, o qual se apresenta em reserva, tal como no exterior,

onde ocorrem igualmente algumas linhas em reserva próximo ao fundo. Regista-se a ocorrência de pratos carenados com decoração pintada de vermelho, por exemplo, no Cerro Macareno, entre os inícios do século V e os inícios do século II (Pellicér Catálan, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983), embora o motivo decorativo não seja exactamente igual. Mais semelhante aos exemplares do Cabeço Redondo, encontramos o prato nº 11 da Azougada (Antunes, 2009, p. 119), também com uma linha em reserva no fundo exterior. Este foi interpretado como uma peça de engobe vermelho importada, com cronologia do século VI; contudo, como já tivemos oportunidade de explicar (Capítulo 3.2.2.2.), pensamos que estas peças são pintadas e não engobadas, além do que, a Azougada não poderá ser datada para momentos anteriores à segunda metade do século V. Face ao exposto, aceitamos uma cronologia do século V para os pratos do Cabeço Redondo e possivelmente da segunda metade do século V, para os pratos pintados.

5.2.2. Formas pequenas fechadas

5.2.2.1. Pequenos recipientes fechados (Estampas IX-XV)

No que diz respeito aos pequenos recipientes fechados, estes traduzem uma categoria onde se enquadra toda uma série de recipientes passíveis de serem distinguidos entre si, mediante a presença de perfis completos. Contudo, no presente conjunto, dado que os exemplares efectuados em cerâmica a torno e alguns dos realizados em cerâmica manual, serem constituídos, maioritariamente, por pequenos fragmentos de bordo, a busca de paralelos torna-se improfícua, uma vez que a sua morfologia e diâmetro não permitem estabelecer paralelos seguros na maioria dos casos, restando a análise de algumas situações particulares que discutiremos. Resta, pois, apontar a existência, em cronologias e localizações coevas do Cabeço Redondo, de pequenos recipientes fechados, de perfil tendencialmente em “S”, como por exemplo na Azougada (Antunes, 2009, p. 39-42), onde a presença de perfis completos permitiu a subdivisão de pequenos recipientes fechados em taças globulares, vasos, potes/panelas, boiões, púcaros e copos. Também em Castañuelo (Amo, 1978), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 246, forma D.3. e D.6; p. 235, forma 11 e 12), Cancho Roano (Celestino e Jiménez Ávila, 1993; Celestino ed., 1996), El Turuñuelo (Jiménez Ávila, 1995, p. 137 e 138) e Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 255), apenas para citar alguns exemplos, se regista a presença abundante, ao longo do século V, de pequenos recipientes fechados, integráveis em diferentes sub-formas.

Funcionalmente, estes recipientes destinavam-se provavelmente à pequena armazenagem, à confecção e consumo de alimentos ou mesmo ao pequeno transporte de produtos, se tomarmos em consideração a existência da asa tipo cesto.

No que toca às referidas excepções passíveis de análise, destaca-se o bordo aplanado de perfil vertical efectuado em cerâmica manual (P-212 – Estampa XIII), o qual conhece paralelo nos vasos troncocónicos da Azougada (Antunes, 2009, p. 356, 357 e 382, estampa CXXVIII) e em alguns exemplares descontextualizados, em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 122, figura 35, nº 1-3), estando aparentemente esta forma ausente de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004).

Também no caso dos exemplares de cerâmica manual, com morfologia em “S”, é possível procurar paralelos, sendo idênticos aos recipientes usualmente conotados com “panelas”. Regista-se a antiguidade da forma a nível regional, nos conjuntos cerâmicos do Bronze Final, como por exemplo no povoado da Serra Alta, junto ao Cabeço Redondo (Soares, 2005, p. 126) ou no Passo Alto, sobranceiro à ribeira do Chança (Soares, 2003, p. 305-306). Dada a banalidade da forma, citamos apenas a sua ocorrência em alguns contextos cultural e cronologicamente afins do Cabeço Redondo, como por exemplo, a Azougada (Antunes, 2009, p. 358 e 359), Castañuelo (Amo, 1978, p. 335 e 336), Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 177, figura 43; p. 183, figura 49; p. 270, nº 18), La Mata (Rodríguez Díaz, 2004, p. 219, formas B.8 e B.9), El Turuñuelo (Jiménez Ávila, 1995, p. 134, nº 1-3) ou Fernão Vaz (Beirão, 1986, fig. 52). A forma particular dos exemplares UE30-1 e UE30-2 (Estampa XIII) acompanha geralmente a presença dos restantes, embora em menor número, registando-se a sua presença, por exemplo, em La Mata (Rodríguez Díaz, 2004, p. 219, forma B.8.c).

As peças P-100 e UE1-8 (Estampa XI) corresponderão a pequenos recipientes fechados com decoração grafitada, possivelmente integral no lado exterior da peça, com uma faixa acompanhando o lado interior do bordo, semelhante aos motivos decorativos encontrados em Castañuelo (Amo, 1978) e às restantes peças grafitadas em análise neste estudo (UE6-2, P-99, UE1-54, UE4-1, UE34-1, UE11-2, UE32-4 – Estampa XVI, XVII, XXVI, XXX), bem como a muitos outros fragmentos não desenhados, cujo grafitado exterior é sempre integral, não tendo sido detectado, em nenhum exemplar, indícios da existência de bandas grafitadas. O motivo decorativo obtido pela aplicação de grafite foi alvo de um estudo recente por parte de R. Barroso (2002), o qual reúne a bibliografia mais antiga. A sua ocorrência é algo vasta, ocorrendo desde o Bronze Final até à primeira Idade do Ferro, numa geografia e cronologia que se parece estender à medida

que a investigação progride (Barroso, 2002). A decoração é efectuada mediante a junção de pó de grafite com um líquido, sendo depois aplicada nas peças com um pincel. A existência de cerâmica completamente grafitada na face externa e, por vezes, na interna, semelhante aos referidos exemplares do Cabeço Redondo, é conhecida na Meseta, no Cerro de Santa Ana, Cerro de Sorban e no Castro do Río Salido, bem como em Cástulo (Ellering, 1987-1988, p. 191; Blázquez Martínez e Valiente Malla, 1980 e 1981) e numa peça do século V em Castañuelo, decorada com uma larga faixa grafitada na sua face exterior (Pérez Macías, 1991, p. 13-14; Pérez Macías e Gómez Toscano, 1999, p. 468 e 473). Por outro lado, a decoração em faixas estreitas grafitadas encontra-se, até agora, como já foi referido, ausente do material recolhido no Cabeço Redondo, registando-se a sua ocorrência na Azougada, onde é comum a existência de faixas grafitadas intercaladas com faixas de engobe vermelho (Antunes, 2009, p. 75-78) e ainda no Castelo Velho de Safara, num pequeno recipiente aberto, também decorado com faixas grafitadas, alternadas com faixas vermelhas, numa cronologia provável da segunda metade do milénio (Soares, 2001, p. 61, figura 7, nº 51). Registamos ainda o exemplar nº 98 da Azougada (Antunes, 2009, p. 208), classificado como cerâmica de engobe cinzento, o qual, como já referimos (Capítulo 3.2.2.2.) pudemos observar pessoalmente no Museu Nacional de Arqueologia, tendo detectado que este corresponde a uma tigela integralmente grafitada no interior e no exterior, sendo o único exemplar com grafitado integral detectado na Azougada, até agora. Uma referência importante deve ser feita no que diz respeito ao fabrico destas peças, pois alguns exemplares do Cabeço Redondo aparentam ter sido efectuados num torno lento e alguns bojós em cerâmica manual, correspondendo as formas identificáveis, maioritariamente, a recipientes fechados, de cozeduras exclusivamente redutoras, situação semelhante aos paralelos referidos, excepto no caso da Azougada e, aparentemente, do Castelo Velho de Safara, os quais primam pelos pequenos recipientes abertos fabricados ao torno.

O pequeno bordo carenado (P-232 – Estampa XI), de cozedura redutora e revestido por engobe laranja no interior, possui paralelo em Huelva, num exemplar também efectuado ao torno, de cozedura oxidante e decorado com uma estreita faixa vermelha pintada sobre a carena (Rufete Tomico, 2002, p. 34, lâmina 7, nº 17), datado do período tartésico Final III, nos inícios do século VI, cuja morfologia é referida pela autora como assemelhando-se às taças jónias encontradas nos níveis inferiores de Huelva, considerando-a uma imitação destas (Rufete Tomico, 2002, p. 160).

Por fim, a decoração com digitações dos exemplares em cerâmica a torno (UE7-2, UE32-16 – estampa XI), idêntica à do de cerâmica manual (UE42-25 – estampa XXVIII), encontra uma elevada dispersão, surgindo em meados/finais do século VIII e sendo já residual nos inícios do século V, registando-se a sua ocorrência, a nível regional, no povoado do Bronze Final do Castro dos Ratinhos, entre os materiais recolhidos no interior do edifício orientalizante (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 159, figura 70, nº 11) e no Passo Alto, no século VI (Soares et al., 2009, figura 10, nº1).

Resta ainda indicar a sua presença no século V, no sítio do Pomarinho, (Mataloto, 2004, estampa LIX, nº 1), no Castillo de Guadajira (Jiménez Ávila, 2001, p. 196, figura 2, nº 1), em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 182, figura 48), em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 914) e em Castañuelo (Amo, 1978, p. 335, nº 1), bem como a sua ausência no conjunto publicado da Azougada (Antunes, 2009). Já na segunda metade do milénio, ocorre no Castelo Velho de Safara em digitações sobre cordões plásticos (Costa, 2010, estampa IV), ou em Capote, em inúmeras variantes e combinações com outros elementos decorativos (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 96).

5.2.2.2. Potes com asa de cesto (Estampas XIV e XV)

A sub-Forma com “asa de cesto” (Estampas XIV e XV) permite a procura de paralelos para os recipientes que a possuem, embora, mais uma vez, em virtude da generalização cronológica e geográfica deste elemento morfológico, seja apenas possível estabelecer uma cronologia geral alargada. Assim, apontamos a sua semelhança com exemplares de cozedura redutora e oxidante da Azougada (forma VI.5), enquadrados entre a segunda metade do século V e a primeira metade do século IV (Antunes, 2009, p. 145 e 251-252), no século V, em Castañuelo de Aracena (Amo, 1978, p. 338, nº 1), em “La Mata”, em cerâmica de cocção oxidante (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 246, forma D.3.g.), em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 188, nº 2; 190, nº 6; 192, nº 3; 208, nº 2), na Herdade da Sapatoa e no Castelão das Nogueiras (Mataloto, 2004, p. 271 e 291) e, a nível regional, nos pequenos sítios rurais da área localizada entre a ribeira do Zebro e do Alcarrache (Albergaria *et. al.*, no prelo), entre muitos outros possíveis de citar. É de notar ainda a presença da morfologia “asa de cesto”, não só nos vários contextos de habitat atrás referidos, mas também em ambientes de necrópole, como no caso de Fonte Santa (Beirão, 1986, p.78, figs 18-19) e em “depósitos votivos” como Capote, na segunda metade do milénio (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 174 e 175, fig. 60, tipo XIIBb). Devemos, por fim, apontar a similitude dos

bordos com asa de cesto, com a maioria dos restantes bordos efectuados a torno presentes na amostra dos pequenos recipientes fechados.

A respeito das peças do Cabeço Redondo, é possível estabelecer duas variantes, nomeadamente em função da secção da asa ser de perfil circular (Estampa XV) ou possuir um sulco/depressão central (Estampa XIV), o qual não encontra paralelo em nenhum dos casos atrás referidos, os quais são sempre de secção circular. Outras morfologias de asa encontram-se mais raramente, por exemplo, na Extremadura espanhola, no sítio de El Castillo del Guadajira no século V, o qual possui um exemplar em que a asa não é exactamente circular (Jiménez Ávila, 2001, p.196), ou, no litoral, na Rua dos Correiros em Lisboa, entre o século V e os inícios do século IV, num exemplar com idêntico sulco central, embora com um diâmetro de bordo excepcionalmente elevado (Sousa, 2010, estampa 56, nº 5649).

Note-se que os exemplares com um sulco central possuem também pastas ligeiramente mais oxidantes e algo mais depuradas do que os sem sulco e de secção circular, embora sejam ambos de cariz regional, facto que poderá talvez indiciar uma proveniência diferenciada dentro da mesma região, ou, se aceitarmos a existência de produção oleira no Cabeço Redondo, talvez a diferença se traduza numa variante cronológica ou de “moda”, na produção interna do sítio. Contudo, no estado actual dos conhecimentos, não é possível aprofundar esta questão.

5.2.2.3. Queimador/Incensário (Estampa L)

Finalmente, comentamos o pequeno recipiente manual, coberto de pequenas perfurações (Estampa L). A sua inclusão na categoria de “recipientes fechados”, não deixa de ser paradoxal, dado a quantidade de perfurações que possui. Contudo, em termos formais e não funcionais, impunha-se a sua integração nesta Forma.

A história do seu achado foi já exposta no Capítulo 5.1.1., pelo que nos escusamos de a comentar.

Este recipiente encontra-se completo, repleto de pequenas perfurações circulares e dotado de uma pequena asa horizontal. O seu fundo plano revela indícios de exposição a uma chama, sendo de notar o seu perfil completamente “atípico”, de tendência oblíqua, ao invés de vertical. Possui bordo simples e um colo estrangulado.

A existência de pequenos recipientes cobertos de perfurações não constitui uma novidade, sendo, contudo, mais rara a ocorrência de recipientes completos e mais recorrente apenas o achado de alguns fragmentos de bojos perfurados. Ao longo de toda a Idade do Ferro peninsular, diversos tipos de recipientes, geralmente produzidos em

cerâmica manual e com perfurações circulares, são usualmente conotados com funções diversas, nomeadamente queijeiras (Canales Cerisola, Serrano Pichardo e Llompart Gómez, 2004, p.118), coadores ou filtros (Pellicer Catalán, Escacena Carrasco, Bendala Galán, 1983, p. 129, nº 1655; 174, nº 10 e 11), incensários/queimadores (Canales Cerisola, Serrano Pichardo e Llompart Gómez, 2004, p.118; Beirão *et. al.*, 1985, p. 63; Berrocal-Rangel, 1994a, p. 190-196), “*aspergilus*” (Beirão *et. al.*, 1985, p. 83, nº 60), ou recipientes usualmente ligados pela investigação, a práticas metalúrgicas (Ruiz Mata, 1989; Arruda, 1999-2000, p. 215 e 216; Fernandez Jurado, 1988-1989, p. 186-188).

Citando apenas alguns exemplos, podemos encontrar a existência de recipientes perfurados desde o Bronze Final, no Cerro Macareno, no século VIII e no século VII (Pellicer Catalán, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983, p. 169, nº 541; 173, nº 347; 174, nº 10 e 11), até finais do século VI, princípios do V, num pequeno recipiente de pé “anelar” destacado e perfurado, conotado com práticas metalúrgicas (Ruiz Mata e Vallejo Sánchez, 2002, p. 214, nº 22), no Cabezo de San Pedro em Huelva, na fase II datada do século VII (Blázquez Martínez *et al.*, 1979, figura 26, nº 172 e figura 30, nº 265) ou em San Bartolomé de Almonte em Huelva, desde o Bronze Final até ao século VII, onde ocorrem diversos exemplares interpretados como coadores, encontrando-se um deles bastante completo e possuindo decoração por linhas incisas (Ruiz Mata e Fernandez Jurado, 1986, vol. I, p. 175 e 219; Vol II, p. 61, nº 359 e 360; p. 143, nº 967).

Ocorrem ainda a nível regional no povoado do Bronze Final do Castro dos Ratinhos, alguns exemplares recolhidos no interior do edifício de arquitectura orientalizante (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 194, 211, 289, 301, 320). Já no litoral de Portugal, podemos citar a sua existência em Abul, durante o século VII, (Mayet e Silva, 2000, p. 99, nº 166), ou em Castro Marim (Arruda, 1999-2000, p. 215 e 216).

Já no século V, regista-se a presença de um exemplar com características bastante idênticas às do Cabeço Redondo, em Neves I, interpretado como um ex-voto de figuração representativa de um suídeo (Maia, 2008, p. 358 e 359, figura 3). Observando a peça com atenção, notamos que morfológicamente assemelha-se à peça do Cabeço Redondo, pela sua forma fechada e bordo simples. Contudo, o bordo dobrado para o interior, a ausência da pequena asa horizontal e do fundo plano e o facto de possuir metade do tamanho do exemplar do Cabeço Redondo, apresentam-se como características diferenciadoras.

Por fim, na segunda metade do milénio, ocorrem recipientes com uma morfologia completamente distinta do exemplar do Cabeço Redondo, fortemente

associados ao mundo da II Idade do Ferro do Sudoeste Peninsular, constituindo os conhecidos recipientes “fenestrados” ou queimadores (Fabião, 1998, vol. II, p. 67). Dentro desta Forma geral, ocorrem sub-formas que se assemelham, vagamente e em alguns detalhes morfológicos, ao exemplar do Cabeço Redondo, nomeadamente pela presença de perfurações circulares pequenas e de uma pequena asa (Beirão *et al.*, 1985, p. 65), embora, efectuar uma ligação directa entre estes dois tipos de recipientes, pareça actualmente difícil, pela rara presença de recipientes perfurados no século V, por contraste com a sua presença significativa na segunda metade do milénio, possivelmente indiciadora da chegada ou desenvolvimento de uma tradição cerâmica nova.

Concluindo, face a pequenos fragmentos perfurados, não é de todo fácil poder avançar certezas sobre a que tipo de artefacto, função e cronologia correspondem. O exemplar do Cabeço Redondo, contudo, encontra-se completo e bem preservado, apresentando inegáveis semelhanças com o já referido exemplar de Neves I. As morfologias fechadas destes dois recipientes, com um bordo e colo estreito, afastam-nos dos exemplares do Bronze Final e do período orientalizante, possuidores de diâmetros relativamente abertos, bem como dos queimadores da segunda metade do milénio. Não afirmamos, contudo, que seja impossível que os exemplares de Neves I e do Cabeço Redondo derivem de uma evolução dos recipientes do Bronze Final/período Orientalizante ou das funções a que se destinavam, embora nos faltem dados que permitam confirmar ou afastar qualquer uma das hipóteses.

Tomando uma perspectiva funcionalista activa e afastando a hipótese de as perfurações corresponderem apenas a uma mera decoração, são várias as pistas que parecem apontar o caminho para a função a que se destinava o exemplar do Cabeço Redondo: se por um lado, as perfurações podem existir para deixar escapar algo do interior do recipiente, o facto de o recipiente possuir marcas de fogo na base parece apontar para um queimador de alguma substância que ficasse retida no seu interior. Também a morfologia poderá fornecer algumas pistas, dado a presença de uma pequena asa horizontal, a qual apenas poderá ser entendida como utilizada para o transporte ou para suspender o recipiente, talvez por cima de uma chama, como parecem indicar as marcas de fogo no exterior do fundo. Por outro lado, a sua morfologia oblíqua favorece uma posição inclinada do recipiente, quer este se encontre pendurado pela asa, quer se encontre apoiado na base. Embora possa ser uma posição com um qualquer carácter funcional que favoreça a função de queimador ou incensário, não deixa contudo, de ter algum impacto estético a forma como o recipiente se inclina.

Por fim, não é possível deixar de comentar a sua manufactura tosca, em cerâmica manual pouco cuidada, semelhante à maioria dos paralelos já referidos. Se se optar por uma visão centrada num possível carácter ritual, não deixa de causar alguma estranheza o pouco (ou nenhum) cuidado empregue na peça, de fabrico absolutamente tosco e grosseiro, sendo de notar que, inclusivamente, algumas das perfurações não foram correctamente realizadas, encontrando-se obstruídas por argila.

Outro tipo de função seria, pois, possível de avançar para a peça. Digamos que, ainda mantendo a mesma função de queimador/incensário, mas afastando qualquer carácter ritual, a função de difundir um determinado odor poderia fazer sentido, numa estrutura habitacional onde se praticariam diversas actividades económicas, de armazenagem, produção e transformação de produtos agrícolas em estado bruto ou transformado. Veja-se a título de exemplo, o caso de La Mata, onde foi identificado um lagar no interior do edifício (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 203). A transformação de certos produtos poderia provocar a emissão de determinados odores desagradáveis, os quais poderiam ser combatidos pela existência de um queimador/incensário de onde emanasse outro tipo de odores. A forma e o fabrico tosco do exemplar do Cabeço Redondo poderiam assim ser compatíveis com uma função ligada a práticas de carácter menos excepcional. Contudo, no estado actual da investigação não é ainda possível confirmar ou afastar liminarmente qualquer uma das hipóteses.

Face ao exposto, devemos aceitar uma cronologia centrada no século V para as peças aqui referidas.

5.2.3. Fundos pequenos

No que diz respeito aos fundos pertencentes a formas pequenas, estes não permitem, salvo algumas excepções, a procura de paralelos, dada a elevada dispersão geográfica e cronológica das suas formas e técnicas de fabrico, restando apontar a sua existência, a nível regional, na Azougada, em diversos recipientes cerâmicos, nas mais diversas técnicas de fabrico (Antunes, 2009). Contudo, face aos restantes materiais, aceitamos uma cronologia para os exemplares do Cabeço Redondo, centrada no século V. Assim, foram distinguidos seis tipos de fundo:

- Fundo plano (Estampa XVI);

A maioria dos exemplares apresenta-se efectuada em ambientes reductores, existindo três exemplares de cerâmica manual (UE32-13, UE32-14, P-222), um de

cerâmica cinzenta fina (UE30-9), dois de cerâmica cinzenta local (UE42-6 e P-67) e dois totalmente grafitados, interna e externamente (UE34-1, UE32-4). Como já foi referido, a simplicidade da forma não permite tecer considerações, exceptuando o caso dos exemplares grafitados, os quais remetemos para a discussão das “formas pequenas fechadas”. Os três exemplares de cerâmica manual, apenas permitem dizer que o seu fabrico pode, aparentemente condicionar o formato do pé, o que explica a sua espessura e a exclusividade da forma nesta produção, panorama idêntico em outras ocupações sidéricas (Fabião, 1998, vol. II, p. 36).

- Fundo “em bolacha” plano (Estampa XVII);

A maioria dos exemplares foi obtida em ambientes redutores, observando-se a presença de dois exemplares fabricados em cerâmica cinzenta local (UE1-35 e UE42-7). Apenas a existência da decoração com grafite do exemplar UE11-2 permite tecer algumas considerações, as quais remetemos para a discussão das “formas pequenas fechadas”. A simplicidade da forma não possibilita grandes observações, registando-se apenas a sua abundância durante a Idade do Ferro (Fabião, 1998, vol. II, p. 42).

- Fundo “em bolacha” côncavo (Estampa XIX);

Esta forma corresponde a uma variante da forma “em bolacha”, caracterizando-se pela existência de uma ligeira concavidade, em vez de um fundo completamente plano. A maioria dos exemplares foi cozida em ambiente redutor, correspondendo todos a cerâmica comum, excepto o exemplar P-56, correspondente a cerâmica cinzenta local.

Os exemplares de menores dimensões (P-72,UE10-5) deverão corresponder, possivelmente, a vasos miniaturizados/pequenos unguentários, semelhantes aos identificados na Azougada (Antunes, 2009, p. 234, nº 169; p. 284, nº220; p. 286, nº 225) ou aos recipientes ali classificados como “garrafas” (Antunes, 2009, p. 236, nº 174; p. 296, nº 253).

Uma vez mais, a simplicidade da forma “fundo em bolacha côncavo” não deixa margem para grandes reflexões, registando-se a sua abundância na Idade do Ferro (Fabião, 1998, vol. II, p. 42).

- Fundo côncavo (Estampa XXI);

A morfologia recorrente destes fundos evoca a forma de *omphalus*, presente desde o Bronze Final em diversos recipientes (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 295,

figura 139), encontrando-se no século V, entre outros sítios, na Azougada, em cerâmica de cozedura oxidante e manual (Antunes, p. 292, nº 242; p. 293, nº245; p. 384, nº 352). A concavidade do fundo parece permitir que este seja menos espesso, sem que perca a sua resistência, possivelmente tornando o recipiente mais leve.

- Fundo anelar (Estampa XX).

A maioria dos exemplares foi obtida em ambientes redutores, notando-se a existência de cinco exemplares de cerâmica cinzenta de produção local (UE48-1, P-53, p-54, UE17-2, UE1-47) e um de cerâmica cinzenta fina (P-61). Nota-se o surgimento desta morfologia a partir de meados do século V na cerâmica cinzenta de Medellín (Lorrio Alvarado, 1988-1989, p. 312-313), sendo considerado um motivo morfológico inspirado na cerâmica ática (Almagro-Gorbea e Lorrio Alvarado, 1986).

- Fundo canelado (Estampa XVIII).

O pequeno fundo canelado, o único detectado no Cabeço Redondo, pertence a um recipiente fabricado ao torno, em ambiente oxidante, com as superfícies bem polidas. A sua existência encontra paralelos no século V em recipientes de cerâmica cinzenta, de cozedura redutora e oxidante da Azougada (Antunes, 2009, estampas XXV, XXXV e LXX), em Castañuelo (Pérez Macias, 1991, p. 19; Pérez Macias e Gómez toscano, 1999, p. 469), na cerâmica cinzenta de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 252-253), na cerâmica de cozedura oxidante de Cancho Roano, desde a sua fase mais antiga, a qual poderá corresponder à segunda metade do século VI (Celestino Pérez ed., 1996, p. 275, nº 11) e ainda em Fernão Vaz (Beirão, 1986, figura 50).

5.2.4 Formas grandes abertas

5.2.4.1 Grandes recipientes abertos (Estampa XXIV-XXX)

Nesta Forma, foi enquadrada uma série de fragmentos com enorme variabilidade ao nível do bordo, que certamente corresponderão a recipientes bastante distintos, em presença de um perfil completo. Contudo, em resultado do estado muito fragmentário das peças, pretender distinguir cada variação apenas ao nível do bordo, iria gerar praticamente uma categoria por cada fragmento. Apenas mediante a procura de paralelos para a morfologia específica de cada bordo, se torna possível avançar uma proposta de classificação distinta para alguns dos fragmentos.

As formas grandes abertas, com perfil em “S”, por vezes com a curvatura por baixo do bordo pouco acentuada, possuem provável origem na tradição oleira do Bronze Final, verificável uma vez mais, a nível regional, no Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010), conhecendo os exemplares de maior diâmetro efectuados manualmente, P-213, UE42-33 (Estampa XXVII e XXVIII), e a torno P-73 e P-74 (Estampa XXVII), paralelo na Azougada entre meados do século VI e o final da centúria seguinte, em recipientes efectuados ao torno e manualmente, classificados como “Talhas” (Antunes, 2009, p. 364 e 392, estampa CXLI; p. 299, nº 260; p. 394, nº 381), bem como em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 219, forma B.1.; p. 233, forma C.7.f) e Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996). Segundo Ana Sofia Antunes (Antunes, 2009, p.364), o fabrico desta Forma aparenta escassear na segunda metade do milénio, o que poderá estar relacionado com a sua substituição pelas talhas globulares de colo estreito.

Já a propósito dos exemplares manuais de menores dimensões que os acima citados, UE42-14, UE 34-7 e UE42-25 (Estampa XXVII), importa referir que poderiam facilmente ser integrados morfológicamente junto dos de cerâmica manual classificados como “pequenos recipientes fechados” (Estampa XII), divergindo destes apenas por apresentarem um diâmetro algo superior, pelo que remetemos as explicações mais aprofundadas desta variante para as considerações já efectuadas sobre os recipientes manuais da Forma “pequenos recipientes fechados”.

No que diz respeito aos exemplares fabricados ao torno, dado o estado fragmentário da maior parte deles, é apenas viável tecer algumas considerações sobre os que apresentam decoração grafitada (Estampa XXVI). Assim, a peça UE6-2 e possivelmente a UE1-54, apesar de se encontrarem decoradas com grafite, apresentam morfologia idêntica a formas presentes em Castañuelo (Jiménez Ávila, 2001, p. 204, nº 3), nos vasos globulares da Azougada (Antunes, 2004, p. 41), em La Mata (Rodríguez Díaz, 2004, p. 235, forma C.1) e em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996), entre outros. O seu fabrico revela o uso de um torno que não atingiu velocidades elevadas. Funcionalmente, interrogamo-nos sobre a possibilidade de a decoração grafitada implicar uma utilização diferenciada, relativamente aos outros recipientes morfológicamente similares, em virtude de esta decoração constituir a única além dos motivos plásticos, aplicada nos recipientes de produção local/regional. Contudo, não dispomos actualmente de dados para poder aprofundar esta questão. Sobre os diversos aspectos da decoração com grafite,

remetemos as explicações para a discussão já efectuada supra sobre a Forma “pequenos recipientes fechados”.

Outros tipos de motivos decorativos ocorrem nos exemplares UE34-7, UE42-14 e UE42-25 (Estampa XXVII), os quais possuem incisões no bordo, digitações, perfurações por baixo do bordo, pequenos mamilos e/ou linhas incisas ondulantes. No caso do exemplar (UE34-7), a aplicação de pequenos mamilos em cerâmicas manuais, conhece paralelos no século V, na Azougada (Antunes, 2009, p. 381, 382, 386, nº 343, 347 e 359) e na Sapatoa (Mataloto, 2004, p.270, 276, 281). Já a decoração com linhas incisas ondulantes, conhece paralelos na Sapatoa (Mataloto, 2004, estampa XXVI e XLIX) e na Azougada (Antunes, 2009, estampa LXXXI), mas este motivo está aparentemente ausente em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed.,1996) e em La Mata (Rodríguez Díaz, 2004), onde as linhas incisas revelam motivos geométricos em vez de linhas ondulantes.

De igual modo, ocorre a presença no Cabeço Redondo de bordos com incisões (UE42-18, UE34-7 – XXVII), considerados característicos de Potes ou Painéis por Rui Mataloto (2004, p.72), indicando o mesmo autor, numa análise aprofundada sobre o tema, que a dispersão deste tipo decorativo em sítios da Idade do Ferro da primeira metade do milénio, no interior do Sudoeste peninsular, parece indicar uma cronologia antiga dentro do século V ou mesmo recuando ao século VI (Mataloto, 2004, p. 72 e 73), como se verifica por exemplo, a nível regional, no Passo Alto, no século VI (Soares et al., 2009, Figura 14, nº 2), por oposição ao desconhecimento deste motivo decorativo, no Bronze Final, no Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010). Resta, pois, indicar a sua presença abundante na Sapatoa, no século V (Mataloto, 2004), bem como a sua ausência na Azougada (Antunes, 2009), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004) e Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 327).

Por fim, a decoração com digitações do exemplar de cerâmica manual UE42-25 (Estampa XXVII), revela-se semelhante à decoração dos de cerâmica a torno (UE7-2, UE32-16 – estampa XI). A peça UE42-18 (Estampa XXVIII), apresenta um cordão plástico decorado com dedadas, à maneira de “beliscões” na argila. Este tipo particular de decoração regista-se no Castelo Velho de Safara, na segunda metade do milénio (Costa, 2010, estampa IV, nº 677), sendo uma variante da decoração digitada, a qual já foi analisada na discussão da Forma “pequenos recipientes fechados”, para onde remetemos considerações mais aprofundadas.

No que diz respeito aos motivos decorativos, destaca-se a peça efectuada em cerâmica exógena (UE42-2 – Estampa XLIX), pintada com faixas vermelhas horizontais enquadradas por linhas negras, cujo motivo decorativo ocorre desde o início das influências orientalizantes até ao domínio romano, verificável, por exemplo, na estratigrafia do Cerro Macareno (Pellicer Catálan, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983, p. 82).

No que diz respeito às peças com bordo anguloso de grande diâmetro de abertura, por vezes provido de asa de rolo partindo do bordo para o bojo (P-82, 83, 85, 86, 87, UE3-2, UE4-3, UE1-12 – Estampa XXIV e XXV), refira-se que estes recipientes conhecem grande difusão regional e cronológica, com pequenas variações formais de uma mesma morfologia geral, observável em grandes recipientes abertos, de perfil em “S”, por vezes carenado, aos quais são aplicadas asas partindo do bordo para o bojo.

A sua origem encontra-se no Bronze Final (Vilaça, 1995, p. 202, tipo 2, 4 e 5 dos Alegrios e p. 232, tipos 3B e 5 da Moreirinha) e destinar-se-iam, provavelmente, ao armazenamento de produtos, à preparação de alimentos e à higiene pessoal, não sendo de desprezar a sua mobilidade nas questões funcionais, em virtude da existência de asas (Fabião, 1998, vol. II, p. 48), adquirindo assim funções semelhantes às registadas para os recipientes classificados como Bacias/Alguidares.

Citando apenas alguns exemplos, regista-se a ocorrência durante o século V, de um exemplar na Azougada, efectuada em cerâmica de cocção oxidante e com asa de fita (Antunes, 2009, p. 246 e 282, nº 215), em Castañuelo (Amo, 1978, p. 336, nº2; Pérez Macias, 1991, p. 15), na Herdade da Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 260), em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 219, formas manuais B.2. e B.4.a. e p. 233, forma a torno C.6.c) e em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 200, nº1 e 195; 1996, p. 182, O-3; p. 203). Regista-se ainda a sua presença, ao longo da II Idade do Ferro e até ao século II, por exemplo em Garvão (Beirão *et. al.*, 1985, p. 102), ou Vaiamonte, em Monforte na segunda metade do 1º milénio (Fabião, 1998, vol. II, p. 40, nº 2).

No que toca aos exemplares de perfil em “S” e colo elevado, as peças P-91 e P-90 (Estampa XXX), conhecem paralelos num exemplar da Azougada (Antunes, 2009, p. 185, nº 112), o qual é classificado como uma variante das talhas globulares de colo estreito, em virtude de possuir um colo elevado, sendo considerado pela autora como um pseudo-pithos, de produção local/regional. Já os exemplares P-99 e UE4-1,

conhecem paralelos em El Castañuelo, numa peça de colo elevado, grafitada numa ampla faixa por baixo do bordo (Jiménez Ávila, 2001, p. 204, nº4), encontrando-se esta morfologia presente em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 204), mas ausente em La Mata (Rodríguez Diaz, 2004). Sobre os diversos aspectos da decoração com grafite, remetemos as explicações para a discussão já efectuada sobre a Forma pequenos recipientes fechados (5.2.2.1). Sobre as perfurações do exemplar P-99, remetemos as considerações gerais para o que já foi discutido no Capítulo sobre as tigelas (5.2.1.1.), registando-se apenas o facto de o fragmento possuir três perfurações pré-cozedura, parecendo indicar que estas talvez se prolongassem por todo o bordo, notando-se ainda o facto de a perfuração central não ser completa, encontrando-se tapada no lado exterior por argila.

Por fim, sobre o exemplar (UE42-20), a morfologia do bordo, do colo e o facto de ser de cocção oxidante permitem avançar a hipótese de se tratar de um alguidar de perfil em “S”, semelhante aos que se encontram na Azougada, datados de meados do século VI e finais do século V, e apontados como correspondendo a possíveis importações da Baixa Andaluzia, em virtude das características do seu fabrico (Antunes, 2009, p. 246), possibilidade que também não afastamos para este exemplar.

No geral, os fragmentos integrados na Forma aqui discutida poderão ser enquadrados no século V, cronologia que aceitamos, por se encontrar de acordo com o restante conjunto de materiais.

5.2.4.2. Bacias/Alguidares (Estampa XXII e XXIII)

Em virtude das suas características de grande recipiente aberto, sem restrições ao seu interior, a funcionalidade desta sub-Forma é associada a actividades de preparação/conservação de alimentos sólidos/semi-líquidos ou de ablução, no caso de os recipientes apresentarem decoração (Fabião, 1998, vol. II, p. 48; Mataloto, 2004, p. 70; Antunes, 2009, p. 180).

A sua origem observa-se no Bronze Final (Vilaça, 1995, p. 202, Tipo 9 dos Alegrios) e conhece grande expressão regional durante a Idade do Ferro, abundando os recipientes abertos, de perfil tendencialmente globular, pelo que a busca de paralelos directos se torna uma vez mais difícil, se exceptuarmos o caso da Azougada (Antunes, 2009, p. 246, forma VI.3), onde se encontram recipientes de bordo espessado que, morfologicamente, apresentam semelhanças notáveis com os nossos, nomeadamente, as peças nº 211, 212, 213 e 214 da Azougada (Antunes, 2009, p. 281 e 282), as quais

constituem um paralelo “exacto” para os vasos P-75 e UE1-34 (Estampa XXII) do Cabeço Redondo, como tivemos oportunidade de observar pessoalmente.

No que toca aos exemplares de cerâmica manual do Cabeço Redondo (Estampa XXIII), estes possuem paralelos com perfil semelhante no século V em Castañuelo (Amo, 1978, p. 336, nº2; Pérez Macías, 1991, p. 15), em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 219, forma B.6.b) e na Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 268, estampa XXXIX). O bordo plano e espessado dos exemplares P-218, UE2-6 e P-217, regista semelhanças com peças de Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 122, Nº15) e com um vaso da Azougada (MNA, AZ. 2002, 185.30), o qual tivemos oportunidade de observar pessoalmente no Museu Nacional de Arqueologia e que permanece inédito, sendo idêntico aos nossos, com a excepção de possuir uma perfuração por baixo do bordo.

Por fim, a morfologia do único exemplar com asa tipo “cabaz”, UE42-1 (Estampa XXIII), possui origem no Bronze Final do centro/sul do país (Vilaça, 1995, p. 202, tipo 5; p. 232, tipo 5), embora, a nível regional, se encontre ausente do conjunto cerâmico do Bronze Final do Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010). A forma encontra-se presente nas colónias fenícias desde o século VIII a.C. (Aubet *et al.*, 1999, p. 170), prolongando-se a sua ocorrência até ao século II, situação verificável na bacia do Guadalquivir (Pellicer Catálan, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983, p. 93). No século V, o alguidar do Cabeço Redondo (UE42-1) encontra paralelos na Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 70), numa peça efectuada também ao torno. A um nível regional, é possível encontrar a sua ocorrência no povoado da Misericórdia, na margem esquerda do Guadiana, identificado como povoado da II Idade do Ferro (Soares, 1996, p. 111, nº32), registando-se, por fim, a aparente ausência da forma em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez, 1996), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004) e Azougada (Antunes, 2009).

5.2.5. Formas grandes fechadas

5.2.5.1. Grandes recipientes fechados (Estampas XXXVIII-XLI)

Em virtude da sua escassa preservação, alguns dos fragmentos aqui classificados como “grandes recipientes fechados” poderão, na realidade, corresponder a ânforas. Contudo, a probabilidade de muitos bordos semelhantes a bordos de ânforas corresponderem a potes de média-grande dimensão com diâmetros fechados impunha a sua integração na categoria aqui apresentada, como forma de minimizar possíveis erros.

A sua importância funcional não deixa, contudo, de ser similar à das ânforas, encontrando-se vocacionada provavelmente para o armazenamento e conservação de bens alimentares, observando-se a tendência para reproduzir e adaptar localmente morfologias orientalizantes presentes nas ânforas e nos *pithoi*, situação já verificada na Azougada (Antunes 2009, p. 185, 186 e 256), em La Mata (Rodríguez Díaz, 2004, p. 231 e 235, forma C.11.e), ou em Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996).

Os exemplares P-160, P-159, UE2-35, UE2-5, UE2-33 (Estampa XXXVIII), todos efectuados em pastas locais/regionais de cozedura redutora, possuem um bordo espessado com um ângulo interior, o qual aparenta algumas semelhanças com os bordos das ânforas T-10.1.2.1. de Ramon Torres (1995, p. 463, figura 109) ou mesmo das Mañá Pascual A4, cujas séries 11 e 12 de Ramon Torres (1995) possuem uma cronologia que se inicia na segunda metade do século VI e cuja presença se verifica ao longo do Baixo Guadiana no século V, pelo que poderemos equacionar a possibilidade de se tratar de uma morfologia de bordo inspirada nas importações anfóricas dos finais do século VI ou já do século V.

Vários exemplares (Estampa XXXIX) apresentam uma morfologia de bordo espessado com um ângulo exterior, conferindo-lhes características paralelizáveis em ânforas de Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 191).

Também a morfologia de P-158 (Estampa XL) se destaca no conjunto, parecendo possuir características a meio caminho entre as dos exemplares da Estampa XXXIX e as dos exemplares da Estampa XXXVIII, encontrando paralelos em Cancho Roano, por exemplo, numa peça classificada como ânfora de cocção oxidante (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p.201, nº8).

No que diz respeito aos exemplares com bordo incharacterístico e à dificuldade de decidir sobre a sua correcta classificação enquanto ânforas ou outros recipientes fechados de médio-grande tamanho note-se, apenas a título de exemplo, a morfologia incharacterística do bordo de algumas ânforas de Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 193) ou de alguns recipientes semelhantes ao formato “anfórico”, em La Mata (Rodríguez Díaz, 2004, p. 235, forma c.11.e).

Assim, em virtude de apenas se possuir um pequeno fragmento do bordo e de estes terem fabricos locais/regionais e acabamentos idênticos, torna-se impossível a correcta classificação da maioria dos fragmentos enquadrados nesta Forma, aceitando, contudo, que vários deles possam corresponder a ânforas e outros a recipientes fechados

de média-grande dimensão, com uma provável cronologia centrada no século V, tendo em conta o restante conjunto de materiais.

5.2.5.2. Ânforas (Estampas XXXI-XXXVII)

Funcionalmente, o uso das ânforas em geral serviria propósitos de transporte de alimentos e outros bens, não só a grande distância, mas também a escalas regionais e não apenas por via marítima, mas igualmente por via terrestre. Adicionalmente, serviriam propósitos de armazenagem de produtos, podendo igualmente ser úteis para fermentação e maceração de alimentos como vinho ou diferentes conservas, como azeitonas, pescado, etc. (Carretero Poblete, 2004, p. 11).

A morfologia dos recipientes aqui definidos como ânforas foi primeiramente descrita e estabelecida a sua classificação formal em Cancho Roano, através do estudo de Guerrero Ayuso (1991), o qual estabeleceu duas variantes morfológicas, nomeadamente a CR-I e CRII, dividindo, por sua vez, a primeira variante em sub-variantes CR-IA e CRI-B, sendo a variante CR-I que interessa para o nosso estudo.

Segundo Guerrero Ayuso (1991, p. 53), a morfologia CR-I constitui, a partir de meados do século VI, uma evolução local/regional das ânforas designadas de Rachgoun-1 (R-1), de tradição fenícia, fabricadas no “Círculo do Estreito”, as quais foram classificadas no Tipo 10.1.2.1. de J. Ramón Torres e datadas entre o primeiro quartel do século VII a.C. e meados do VI (Ramón, 1995, p. 230-231).

Assim, o tipo CR-I compõe-se de recipientes de corpo ovoide, sem colo e bordo esvasado, com diversas configurações. A distinção entre as morfologias CR-IA e CR-IB efectua-se, principalmente, pela presença, no primeiro caso, ou ausência, no segundo, de uma carena no ombro (Guerrero, 1991, p. 53 e 54), sendo apontada a provável maior antiguidade da primeira em relação à segunda, facto que não deixa de causar dúvidas, dado que é apontado pelo próprio investigador que ambas as variantes ocorrem em conjunto, partilhando, em geral, os mesmos tipos de bordos, embora com diferentes percentagens (Guerrero, 1991, p. 53 e 54). Face ao exposto, pensamos que a ausência ou presença de carena mais ou menos marcada no ombro não deverá ser excessivamente tomada em consideração, no conjunto aqui analisado. A propósito da elevada diversidade de morfologias de bordos, esta tem sido interpretada como um indicador do limitado grau de standardização da produção de ânforas a nível local/regional (Celestino Pérez ed., 1996, p. 95).

Funcionalmente, a utilização preferencial de recipientes com morfologia de Ânfora, para o transporte ou armazenagem dos mais variados produtos, constitui um hábito comum nos vários sítios já investigados na Extremadura Espanhola, como se verificou nos compartimentos perimetrais de Cancho Roano, onde sistematicamente se identificaram ânforas em número de uma ou duas por compartimento, escasseando os grandes recipientes de armazenagem (Celestino Pérez ed., 1996, p. 96), bem como nos compartimentos de La Mata, onde abundam as ânforas, por vezes em números superiores a uma dezena (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 236). As questões subjacentes ao transporte de produtos sólidos envasados em ânforas foram já debatidas (Guerrero, 1991, p. 65), sendo mais provável que se destinassem ao transporte de líquidos ou semi-líquidos. Não deixa, contudo, de espantar as grandes dimensões de alguns exemplares, como os de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 236), as quais levantam sérias interrogações ao autor, que partilhamos, sobre o seu carácter móvel.

As análises efectuadas sobre as ânforas do compartimento 10 de Cancho Roano (Guerrero, 1991, p. 53 e 64-65) revelaram que estes recipientes serviram para o armazenamento de trigo, cevada, favas e amêndoas. Já em La Mata, estes contentores contiveram cerveja, vinho, azeite, preparados piscícolas e frutos com mel, conservados em vinho ou vinagre (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 230, 231, 236 e 237). É de notar, ainda, a reutilização de um recipiente anfórico, detectado na Herdade da Sapatoa, interpretado como dispensador de líquidos (Mataloto, 2004, p. 76), pela abertura de um orifício no bojo.

O referido armazenamento de vinho encontra ligação à presença conjunta de ânforas e de cerâmicas áticas, as quais são importadas para o interior da Península a partir do segundo quartel do século V (Arruda, 1997, p. 103), assumindo-se que o consumo de vinho no século V parece revestir-se de um cariz aristocrático e restrito (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 208).

Cronologicamente, as ânforas CR-I ocorrem desde os finais do século VI, conforme ficou demonstrado em Medellín, data em que as ânforas são exclusivamente de fabrico regional (Almagro-Gorbea e Martín Bravo, 1994, p. 111), até ao final do século V, data avançada para o fim da ocupação em Cancho Roano (Guerrero, 1991, p. 54-55 e 63; Celestino Pérez e Zuleta de la Iglesia, 2003, p. 75), registando-se ainda a sua presença em vários sítios já referidos pela investigação (Guerrero, 1991, p. 56-60, 70; Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 236; Antunes, 2009, p. 404), pelo que destacamos apenas a sua idêntica ocorrência em El Castañuelo no século V (Amo, 1978, p. 306 e

337, nº 1), La Mata, nos séculos VI-V (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 230-231) e nos pequenos sítios rurais de Serros Verdes 4 (Albergaria *et. al.*, no prelo) e Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 75 e 76).

A nível regional, destaca-se a Azougada, tendo sido identificados 30 recipientes, correspondendo a 7% do total cerâmico (Antunes, 2009, p. 403-423), não sendo, contudo, de esquecer as referências à existência de ânforas “íbero-púnicas” importadas, presentes neste local (Fabião, 1998, vol. II, p. 156).

Analisando mais especificamente cada variante do Cabeço Redondo, verificamos que a I (Estampa XXXI e XXXII) integra 13 exemplares, aos quais correspondem um bordo arredondado, esvasado, dobrado sobre o bojo, criando uma ligeira reentrância logo abaixo do bordo, com pastas maioritariamente oxidantes e muito duras. Os exemplares mais bem conservados não apresentam ombro; contudo, não podemos excluir completamente a sua existência. Destaca-se a semelhança desta variante com os bordos de Tipo D de Cancho Roano (Guerrero, 1991, p. 82, figura 7), com os exemplares nº 388 e 389 da Azougada (Antunes, 2009, p. 416) e com o Tipo 3 de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 237).

A variante II (Estampa XXXIII-XXXVII) possui 39 exemplares, correspondendo a um bordo esvasado, por vezes engrossado, formando um “ângulo” no exterior, podendo ter um colo mais ou menos marcado, ou o bordo imediatamente no seguimento do bojo. O estrangulamento ocorre ao nível do bordo ou no colo, podendo possuir, ou não, um ligeiro ombro ou ressalto. Morfologicamente, assemelha-se aos bordos de Tipo A de Cancho Roano (Guerrero, 1991, p. 82, figura 7), bem como ao Tipo 1 e 5 de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 237). Veja-se, apenas a título de exemplo, a grande semelhança morfológica dos exemplares UE6-1 e UE4-4 (Estampas XXXIII e XXXV), com um dos exemplares de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 718).

Diga-se, a propósito das ânforas de importação, que, embora no Cabeço Redondo não tenha sido recuperado nenhum exemplar de bordo classificável atribuível a estas morfologias, foram recolhidos abundantes bojos espessos, uma asa de rolo (UE1-52) e um bojo carenado (P-231) (Estampa LII), cujos fabricos apontam para a zona da Baixa Andaluzia.

A presença antiga de recipientes de pastas importadas da Baixa Andaluzia, no Sudoeste Peninsular, corresponde às importações das ânforas R1 entre os séculos VIII e VI (Ramón Torres, 1995, p. 229, 230 e 231); contudo, ânforas importadas desta área,

em horizontes do Pós-Orientalizante, pertencem aos Tipos de Mañá Pascual A4, no século V, constituindo um achado cada vez menos estranho em sítios do Pós-Orientalizante ao longo da bacia do Guadiana, tendo sido detectada a sua ocorrência em Neves-Corvo (Maia 1987 e 1988). Existem ainda notícias da sua presença em Mértola, embora se desconheça o seu contexto (Barros, 2008, p. 404). Mais importante parece ser também a sua existência em El Castañuelo (Amo, 1978, p. 306 e 337, nº2), localizado em plena Serra de Aracena, cuja localização o integra numa zona tributária da bacia do Guadalquivir (Jiménez Ávila, 2009a, p. 4).

A sua muito provável presença no Cabeço Redondo não causa pois, qualquer estranheza, parecendo, de facto, que o Guadiana e talvez o Guadalquivir, dado o actual estado do conhecimento, aparentarem ter constituído uma rota de distribuição destes recipientes. Não deixamos, contudo, de nos interrogar sobre a sua ausência na Extremadura espanhola, mais concretamente no troço médio do Guadiana, nomeadamente em Medellín, La Mata e Cancho Roano, e quais os seus possíveis significados durante o século V, ao nível da circulação destes recipientes no interior do sudoeste peninsular.

5.2.6. Fundos grandes

No que diz respeito aos fundos pertencentes a formas grandes, a simplicidade das formas não permite, em geral, tecer considerações, dada a elevada dispersão geográfica e cronológica da sua morfologia, restando apontar a sua existência, a nível regional, na Azougada, em diversos recipientes cerâmicos (Antunes, 2009), pelo que aceitamos uma cronologia para os exemplares do Cabeço Redondo centrada no século V. Assim, foram distinguidos quatro tipos:

- Fundo plano (Estampa XLIV e XLVI);

A maioria dos exemplares apresenta-se efectuada em ambientes redutores, existindo alguns de cocção oxidante e apenas três de cerâmica manual.

- Fundo “em bolacha” plano (Estampa XLVII);

A maioria apresenta-se efectuada em ambientes redutores, diferenciando-se dos “fundos planos” apenas pela existência de uma inflexão entre o fundo e o arranque do bojo.

- Fundo côncavo (Estampa XLV e XXVI);

Todos os exemplares correspondem a cerâmica comum, de cocção redutora, registando-se um de perfil completo, com decoração grafitada (UE6-2, Estampa XXVI), cujas considerações mais específicas remetemos para a discussão da Forma “grandes recipientes abertos”. A morfologia recorrente destes fundos evoca a forma de *omphalus*, presente desde o Bronze Final em diversos recipientes (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 295, figura 139), encontrando-se no século V, entre outros sítios, na Azougada, em cerâmica de cozedura oxidante e manual (Antunes, p. 292, nº 242; p. 293, nº245; p. 384, nº 352). A concavidade do fundo parece permitir que este seja menos espesso sem que perca a sua resistência, tornando-o mais leve, facto que não será de todo desprezável em recipientes com alguma dimensão.

- Fundo convexo (Estampa XLI).

A maioria apresenta-se efectuada em ambientes redutores, correspondendo todos a pastas locais. Esta morfologia ocorre desde meados do século VI a inícios do século IV, entre os níveis 19 e 13 do Cerro Macareno (Pellicer Catalan, 1978, p. 395), estando contudo presentes desde os inícios do século VII, no nível 25 (Pellicer Catalan, Escacena Carrasco e Bendala Galán, 1983, p. 91). A recorrência da forma nos mais diversos tipos anfóricos da Idade do Ferro e a exclusividade do fabrico, em pastas locais/regionais, impedem a possibilidade de efectuar mais considerações.

5.2.7 Cerâmica Ática

Relativamente à cerâmica ática, apenas foram recolhidos dois pequenos fragmentos, correspondentes a um bordo e uma asa, possivelmente de taças Cástulo, assim designadas pela sua abundância no sítio epónimo (Shefton, 1982).

Este tipo de taças corresponde a uma variante das *Kilikies* de pé baixo ou “stemless cup”, integrando-se na série Inset Lip da Ágora de Atenas (Sparkes e Talcott, 1970). Morfologicamente, caracteriza-se por um lábio côncavo na superfície externa e um ressalto bem marcado na superfície interna. Apresenta duas asas horizontais e um pé baixo, em forma de anel, espesso e largo, sendo o fundo decorado no lado externo com um ou mais círculos concêntricos e um ponto central de verniz negro. A superfície de suporte do pé fica, de um modo geral, em reserva, o mesmo sucedendo, nos exemplares mais antigos, com a parede externa da peça (Arruda, 1997, p. 162).

Cronologicamente, e ainda que a importação de cerâmicas áticas para o interior da Península se tenha iniciado no segundo quartel do século VI, a verdade é que é apenas nos finais do V que se desenvolveu exponencialmente, sendo as Taças Cástulo a forma mais abundante em Portugal e concentrando-se predominantemente no Sul do território (Arruda, 1997, p. 96, 97 e 103). Regista-se a presença destas Taças em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 23-194), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 258-263), Castañuelo (Amo, 1978, p. 307 e 309, nº 4), Azougada (Rouillard, 1975, 1991; Gamito, 1988), Neves-Corvo (Maia, 1987; 1988), Fernão Vaz (Beirão, 1986, p. 114; Arruda, 1997, p. 93 e 94), entre outros. Este panorama revela uma provável distribuição destas cerâmicas através da Bacia do Guadiana, a qual contrasta com a escassez no Baixo Guadalquivir em cronologias do século V (Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2004).

Desta modo, e face aos restantes materiais, a cerâmica ática do Cabeço Redondo deverá enquadrar-se na segunda metade do século V.

5.3 Recipientes cerâmicos – apreciações globais

Em primeiro lugar, gostaríamos de referir que os materiais de prospecção correspondem aos materiais provenientes da destruição do Cabeço Redondo, em 1990. Essa destruição terá afectado principalmente e por uma questão de lógica estratigráfica, as últimas fases/momentos de construção/ocupação do Cabeço Redondo, ainda que possam ter sido também afectados estratos mais antigos. Contudo, e como base inicial de trabalho, partimos do princípio que a maioria dos materiais deverão realmente provir dos momentos finais de ocupação, devendo uma análise percentual dos dados permitir corrigir eventuais desvios pela intromissão residual de elementos das fases mais antigas.

Em segundo lugar, sobre os materiais recuperados em prospecção e sobre a sua validade para a análise da representatividade dos diferentes grupos cerâmicos, é evidente que, por exemplo, detectar em prospecção um bordo de um grande recipiente é mais fácil que detectar o pequeno bordo de uma tigela, o que poderá conduzir a uma sobre-representação de uns grupos sobre os outros. Contudo, neste caso, a Fase de Destruição serve-nos de controlo relativamente a esta questão, dado que os materiais aí recuperados possuem a mesma origem que os recuperados em prospecção, apenas com a diferença de os materiais recuperados na Fase de destruição provirem de um contexto de sedimentos sistematicamente crivados, pelos que a representação dos grupos

analisados não se encontra afectada pelos factores condicionantes da recolha em prospecção.

Em terceiro lugar, notamos que os materiais das Fases I, II e III, quando analisados individualmente (Quadro VI), não traduzem qualquer relevância estatística, dado que o valor do NMI é bastante menor que 100 em qualquer dos casos. Contudo, conjugando os valores das três Fases, obtemos um valor de NMI mais elevado (98), o que nos permite trabalhar com base na hipótese de que a análise conjugada das três Fases poderá permitir uma visão (ainda que difusa e não isenta de problemas) dos momentos iniciais da ocupação no Cabeço Redondo, por oposição aos momentos finais, traduzidos na análise dos elementos de prospecção e da Fase de destruição.

Já sobre as percentagens de cerâmica manual, a sua análise é vista pela investigação (Fabião, 1998, Vol. II, p. 29; Mataloto, 2004, p. 77) como podendo traduzir diferenças cronológicas. Em relação aos resultados do Cabeço Redondo (Quadro VII), os dados revelam que os momentos finais da ocupação (prospecção e Fase de destruição) possuem valores na ordem dos 10%. Contudo, as fases iniciais da ocupação revelam (Quadro VII) que a cerâmica manual seria mais abundante, com valores entre 19 e 34% (Fase 1+2+3=27%). Sobre este aspecto, comentamos em particular a Fase I, possivelmente a fase de fundação do Cabeço Redondo, a qual possui 34% de cerâmica manual, ainda que estatisticamente o valor do NMI não seja significativo (50). Contudo, destacamos que mesmo uma contabilização ao nível do Número de Restos (Quadro X) e a respectiva comparação com a contabilização pelo Número Mínimo de Indivíduos (Quadro XI), revela que a quantidade de cerâmica manual na Fase I é significativamente mais elevada que em qualquer outro dos contextos, existindo portanto um claro decréscimo das fases antigas para as mais recentes.

As explicações para este facto prendem-se provavelmente com a cronologia das diferentes Fases, tendo já sido avançado (Mataloto, 2004, p. 77) que ao longo da Idade do Ferro a percentagem de cerâmica manual parece variar em função da maior ou menor antiguidade, ainda que outras hipóteses como um aumento do poder económico, sejam igualmente equacionáveis (Antunes, 2009, p. 371).

Assim, um menor poder económico inicial seria traduzido numa maior quantidade de produção cerâmica manual (produção local dos próprios habitantes). Posteriormente, numa segunda fase, o incremento do poder económico resultante do desenvolvimento da exploração dos recursos disponíveis, permitiria dispor de um

acesso facilitado aos recipientes fabricados ao torno, reduzindo assim a necessidade da produção manual. Neste caso, o possível eixo de torno de oleiro (Estampa LII) recuperado no Cabeço Redondo que mais adiante analisaremos em pormenor (Capítulo 5.4.1.), poderia também ajudar a explicar o aumento da percentagem de cerâmica ao torno.

Sobre esta questão referimos apenas a título de exemplo, a percentagem de 38% de cerâmica manual na Sapatoa, entre finais do século VI e meados do século V (Mataloto, 2004, p. 77), aproximando-se assim da já referida percentagem verificada nos momentos iniciais do Cabeço Redondo.

Já os valores verificados na fase final do Cabeço Redondo (Prospecção e Fase destruição), variando entre 9 e 12% (Quadro VII), aproximam-se dos valores verificados na percentagem de cerâmica manual na Azougada, com um valor de 12% (Antunes, 2009, p. 370), da Fase V de Castro Marim correspondente à segunda metade do século V e ao século IV, com 11% (Oliveira, 2008, p. 454-461), de Cancho Roano, com valores entre 11 e 15% na sua Fase final (Mataloto, 2004, p. 77, fig. 22), ou ainda em La Mata, com valores entre 15 e 20% (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 218).

Sobre a percentagem de cozeduras oxidantes ou redutoras em cerâmicas ao torno (Quadro VIII), destaca-se aparentemente uma relativa estabilidade em todos os contextos com validade estatística, em torno a valores de cerca de 80% para as cozeduras predominantemente redutoras e 20% para as cozeduras oxidantes. Este facto, apesar de interessante, pensamos que não terá grande utilidade, uma vez que a grande maioria dos indivíduos analisados na amostra corresponde a pequenos fragmentos, pelo que poderão existir erros na análise, dado que, como é sabido, as cozeduras não são, frequentemente, homogéneas em todo o recipiente, além de que determinadas características das pastas podem afectar a sua coloração final.

Sobre as decorações cerâmicas, o primeiro facto digno de nota é a sua escassez, em todas as categorias observadas, analisadas através do Número de Restos (Quadro IX). Registamos em particular, a presença de cerâmicas pintadas e grafitadas desde o início da ocupação do Cabeço Redondo, ocorrendo em todas as fases detectadas. Notamos ainda que a decoração grafitada constitui o motivo decorativo mais abundante, reforçando assim o seu carácter de decoração marcadamente local/regional.

No que diz respeito às várias categorias de recipientes cerâmicos analisadas por cada contexto (Quadros XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII), verificamos que a pequena armazenagem e/ou recipientes tradicionalmente conotados com a

confeccção/preparação de alimentos, traduzida nos pequenos recipientes fechados, revelam uma estabilidade em todos os contextos analisados (Quadro VI), oscilando a percentagem do NMI apenas entre 22 e 25%.

Sobre os recipientes abertos de grande dimensão, de funções possivelmente ligadas à preparação de alimentos, higiene pessoal ou mesmo à grande armazenagem, verificamos uma percentagem também relativamente estável do NMI (Quadro VI), oscilando apenas entre 12 e 17,5%, se não tivermos em conta as Fases I, II e III individualmente (pelos motivos já explicados inicialmente).

Já as formas pequenas abertas (pratos e tigelas), relacionadas com o consumo individual, demonstram uma percentagem variável (Quadro VI) mas sempre maioritária em relação às outras categorias, em todos os contextos, excepto no caso dos materiais de prospecção, em que apresentam uma percentagem baixa (19%), comparativamente com os restantes contextos analisados, sendo neste caso os grandes recipientes fechados o grupo maioritário (44%). No entanto, este valor é corrigido pelos dados da Fase de destruição (como já explicámos inicialmente), revelando que, na verdade, os pequenos recipientes abertos continuam a ser o grupo melhor representado (38%) nas terras provenientes das destruições de 1990. Contudo, revela também que o aumento do número de grandes recipientes fechados (32%), verificado possivelmente na fase final de ocupação do sítio, contra aquilo que os dados sugerem para os momentos iniciais de ocupação, visíveis nas Fases I, II e III (8%), é de facto real e não apenas um “ruído” na leitura, introduzido pelas questões da recolha em prospecção.

Os dados sobre os grandes recipientes fechados parecem assim comprovar a importância do aumento da capacidade de armazenagem em detrimento do consumo individual, nos momentos finais da ocupação, o que poderá marcar uma mudança nas funções ou objectivos da actividade do Cabeço Redondo.

Este facto é observável ainda (Quadro VI) através da simples diferença entre pequenos recipientes (carácter/consumo individual) e grandes recipientes (carácter comunitário, armazenagem) e da sua variação entre os momentos iniciais (Fase I, II e III), com 74,5% de pequenos recipientes e 25,5% de grandes recipientes, e os momentos finais (Fase destruição), com 62% de pequenos recipientes e 38% de grandes recipientes, sendo esta diferença ainda maior, se comparada com os dados da Fase I.

Podemos então ponderar o que motiva este crescimento comprovado da capacidade de armazenagem e quais os fenómenos que o poderão explicar.

Em primeiro lugar, é de supor que, entre cada nova Fase de construção no Cabeço Redondo, os recipientes em utilização deveriam ser reutilizados na Fase seguinte, dado que nada indica que entre cada nova Fase tenha existido uma qualquer fenómeno de destruição generalizada da panóplia oleira para ser substituída por um novo conjunto de recipientes na Fase seguinte. É portanto de supor que vários recipientes tenham sido “transportados” para a Fase seguinte.

Contudo, isto não significa que pudesse residir aqui a explicação para a ausência dos grandes recipientes fechados, que teriam sido maioritariamente “transportados” para a(s) Fase(s) final de ocupação. Isto não nos parece possível, dado que os abundantes fragmentos de materiais recuperados nos momentos iniciais do Cabeço Redondo (Fase I, II e III) constituem materiais que terão sofrido uma quebra durante a sua utilização, sendo então descartados. É, então, de supor que todas as categorias cerâmicas terão sofrido “acidentes” que terão provocado o seu descarte, sem que seja possível prever qualquer tipo de discriminação relativamente aos recipientes que sofreram ou não este processo. Como tal, é crível que os recipientes que compõe a categoria dos “grandes recipientes fechados”, a terem existido em grande quantidade nas Fases I, II e III, deveriam também encontrar-se representados em grande quantidade no seu NMI. Contudo e como já demonstramos, tal não sucede.

Já a aparente diferença (Quadro VI) entre os valores dos grandes recipientes abertos nas fases iniciais (Fase I + II + III = 17,5%) e aquilo que serão os momentos finais da ocupação (Prospecção = 12%; Fase destruição = 6%), poderá corresponder a uma substituição ou transposição da armazenagem em grandes recipientes abertos numa fase inicial, para uma armazenagem preferencial em grandes recipientes fechados, numa segunda fase. Esta será uma hipótese a ter em conta e que teria múltiplas implicações equacionáveis ao nível dos hábitos e estratégias de utilização dos recipientes. Contudo, no estado actual dos conhecimentos e em virtude da referida variação percentual não ser excessivamente significativa, não nos alongaremos nesta questão.

Concluindo, em função dos dados de que dispomos actualmente, o aumento da quantidade de grandes recipientes fechados, parece constituir efectivamente um fenómeno de aumento da capacidade de armazenagem na(s) Fase(s) final de ocupação do Cabeço Redondo. A necessidade deste aumento poderá, por seu lado, traduzir um aumento na capacidade de gerar excedentes agrícolas.

Impõem-se assim formular a seguinte questão: foi a capacidade de gerar excedentes agrícolas que permitiu as remodelações e provável crescimento do Cabeço

Redondo desde as suas Fases iniciais, ou pelo contrário, foi uma qualquer outra fonte de riqueza não identificada (produção metalúrgica, entre outras hipóteses) que permitiu uma crescente dimensão estrutural e populacional, gerando assim uma maior necessidade/capacidade de produção agrícola?

Ponderamos também, se terá existido um qualquer fenómeno externo ao Cabeço Redondo, como um aumento da procura dos produtos agrícolas ali produzidos, levando a que este respondesse aumentando a sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, de armazenagem.

No entanto, outras hipóteses, como factores internos, poderão também responder a esta questão. É possível assim, conjecturar que após a fundação do Cabeço Redondo, este ter-se-á desenvolvido ao longo do tempo, sendo que esse desenvolvimento (económico, social, demográfico, produtivo, entre outras hipóteses), teria sido motivador das remodelações construtivas observadas. Por outro lado, dado que este será um sítio com uma forte componente agrícola, o referido crescimento verificado a nível construtivo seria também verificável na sua capacidade produtiva e na capacidade de gerar excedentes.

A questão coloca-se, portanto, ao nível de estarmos perante fenómenos internos ou externos, ou uma mistura de ambos, devido ao aumento da capacidade de armazenagem verificada nos últimos momentos do Cabeço Redondo. Evidentemente, existem artefactos exógenos que demonstram alguma capacidade económica dos habitantes do Cabeço Redondo, revelando assim que possuíam algo para oferecer em troca desses objectos.

Se eram os excedentes agrícolas ou os produtos transformados, como o bronze, os tecidos ou a olaria, possivelmente ali produzidos, ainda não possuímos suficientes dados para responder a esta questão. Por outro lado, também não sabemos qual a moeda de troca pelos produtos exógenos, dado que, em última análise, nem sequer sabemos com certeza quem/como se trocavam e se faziam chegar esses produtos exógenos ao Cabeço Redondo.

Por outro lado, a escassez dos produtos exógenos revela que se o (aparentemente) abundante excedente agrícola do Cabeço Redondo foi efectivamente produzido para vender ou trocar, então tê-lo-á provavelmente sido a nível regional e não com paragens mais distantes.

Sobre os materiais exógenos, nomeadamente, as cerâmicas áticas, as cerâmicas pintadas e as pastas importadas da Baixa Andaluzia, mas também sobre os materiais

locais que demonstram as relações com outras regiões mais próximas, como as cerâmicas grafitadas, várias são as observações que nos são possíveis efectuar.

Em primeiro lugar, os materiais exógenos demonstram a existência de uma qualquer via de comunicação que permitiria a chegada destes materiais à margem esquerda do Guadiana, desde as zonas do litoral.

Várias são as hipóteses, embora a mais aceite seja actualmente a via do Guadiana, enquanto eixo orientador por onde circulariam os produtos importados até às zonas do interior (Fabião, 1998, Vol. II, p. 158-159; Arruda, 2008, p. 322; Antunes, 2008, p. 332; 2009, p. 440; Costa, 2010, p. 105; Estrela, 2010, p. 32, 35, 95).

Em segundo lugar, as cerâmicas grafitadas permitem supor a existência de um regionalismo, até agora restringido não só à margem esquerda do Guadiana, mas também à margem esquerda da bacia do rio Ardila. Este regionalismo, pensamos, denuncia também uma via de circulação, proporcionada pela bacia do Ardila, a qual se desenvolve em sentido Oeste-Este, permitindo a circulação desde as margens do Guadiana, até aos territórios do interior da Serra de Aracena (Fig. 27). É assim possível explicar a existência de cerâmicas grafitadas próximo da foz do Ardila, na Azougada, no Cabeço Redondo e no Castelo Velho de Safara, bem como no interior da Serra de Aracena, em El Castañuelo.

O sítio de El Castañuelo merece um comentário em particular sobre esta questão, dado que não se encontra verdadeiramente na bacia do Ardila. Na verdade, pertence já à bacia do Guadalquivir. No entanto, partindo do rio Ardila e passando para o seu afluente Murtigão, é possível seguir para montante por uma rede de pequenos afluentes, dos quais faz parte a ribeira Sillo (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 21 e 25, nº1) que em determinado ponto se bifurca e segue até Capote. Seguindo pela bifurcação oposta que corre em sentido Sudeste, é possível seguir na direcção de Castañuelo, chegando a um determinado ponto em que nasce um pequeno barranco afluente do Murtiga e que também nasce um dos barrancos tributários da ribeira de Huelva, a qual irá passar perto de Castañuelo (Jiménez Ávila, 2009a, p. 4).

A rede hidrográfica assim descrita obviamente não era navegável. No entanto, relembremos as palavras de Orlando Ribeiro (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1988, p. 483), ao referir que tradicionalmente, os cursos de água “... de menor caudal, secam por completo, servindo os seus leitos de areia de caminhos naturais aproveitados pela circulação de pessoas, carros e animais. Ficam a descoberto os talwegues cascalhentos dos vales apertados ou largas faixas de areia dos rios de planície...”. Assim, a referida

rede hidrográfica traduz sobretudo a existência de uma série de vales de sentido Oeste-Este, que permitiriam uma transitabilidade e acesso facilitado ao interior da Serra de Aracena, onde se implantou El Castañuelo, o qual partilha não só as cerâmicas grafitadas das zonas mais próximas da margem esquerda do Guadiana, mas também a cultura material própria do baixo e médio Guadiana (Jiménez Ávila, 2009a, p. 17), sendo assim possível explicar através da via aqui descrita, a presença de uma cultura material, aparentemente própria das zonas de planície e não das zonas serranas.

Esta hipótese, permite outras observações. A ser verdadeira esta via de transitabilidade desde o rio Ardila até El Castañuelo, através dos vales de sentido Oeste-Este, notamos que o mesmo exercício seria possível invocar num outro sentido, dado que como já referimos, El Castañuelo se encontra numa zona já tributária do Guadalquivir e não do Guadiana. Seria assim possível supor que partindo de El Castañuelo pelo barranco de La Nava até à ribeira de Huelva (Jiménez Ávila, 2009a, p. 4), esta serviria de verdadeiro marco de orientação para seguir em direcção às regiões mais próximas do Guadalquivir. Teríamos assim uma via que permitiria atravessar a Serra Morena e efectuar uma ligação entre o rio Guadiana e o rio Guadalquivir, encontrando-se El Castañuelo sensivelmente a meio deste caminho (Fig. 27).

Esta não é, obviamente, mais que uma mera hipótese teórica. Contudo, a ser real, será então preciso ponderar por que caminho terão chegado as Taças Cástulo (Pérez Macías, 1991, p. 28) e as ânforas Maña Pascual A-4 (Pérez Macías, 1991, p. 25) a El Castañuelo. Se for possível provar que o Guadalquivir tenha sido essa origem, então será de questionar novamente qual a(s) via(s) por onde chegariam os produtos exógenos à bacia do rio Ardila, nomeadamente ao Cabeço Redondo.

5.4 Outros materiais

5.4.1 Bronze

O elemento (sanguessuga) de xorca de bronze (UE38-5, Estampa LII), recolhido na UE [38], apresenta-se danificado. A UE em que foi recolhida corresponde a um estrato de aterro, pelo que o elemento de xorca deve tratar-se de um objecto descartado.

Estes artefactos considerados como elementos de adorno, possuem duas morfologias distintas, uma em forma de crescente lunar, com secção circular, outra de tipo “bolsiforme” (Amo, 1978, p. 308 e p. 309, nº 1), sendo a esta morfologia que pertence o exemplar aqui tratado. A sua dispersão geográfica e cronológica no território peninsular é algo vasta, como se verifica em algumas sistematizações já efectuadas

(Amo, p. 308-315; Gomes e Domingos, 1983, p. 297), parecendo a sua cronologia iniciar-se no século VII, perdurando até meados do milénio.

Regista-se a sua presença em diversos sítios coevos do Cabeço Redondo, nomeadamente Castañuelo (Amo, p. 309), La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 286), El Chaparral (Jiménez Ávila, 2005, p. 479), El Palomar (Salvador Rovira, 2005, p. 1233), El Risco (Enríquez Navascués, Rodríguez Díaz, Pavón Soldevilla, 2001, p.211), Azougada (Heleno, 1946; Madeira, 1947) e, ainda, em ambiente funerário, como por exemplo, na necrópole da Mealha-Nova (Dias e Beirão, 1970, p. 201), entre muitos outros.

A asa em “ómega” de bronze (UE9-14, Estampa LII) recolhida na UE [9], encontra-se em perfeito estado de conservação. Foi recolhida num estrato correspondente a um aterro, facto que poderá ajudar a explicar o facto de se encontrar separada do recipiente metálico de que faria parte.

Este tipo de asas encontra-se associado a recipientes de bronze, usualmente denominados “braseiros” (Jiménez Ávila, 2002, p. 105 e 106), possuindo cada um deles duas asas ou apenas uma.

Funcionalmente, destacamos a hipótese de Jiménez Ávila (2002, p.129 e 130), que considerou mais provável uma função de carácter simbólico e excepcional, restringida a determinados actos cerimoniais em que interviriam os seus proprietários, afastando assim as teses que conotam estes recipientes com a queima de perfumes ou de cadáveres (Blázquez 1975, p. 109; 1993, p. 128) ou como elemento de abluções rituais (Cuadrado 1957, p. 14).

Ocorrem, cronologicamente, desde o século VII até finais do século V, predominantemente em contextos funerários, embora no Sudoeste peninsular apenas se tenham recolhido em ambientes não funerários (Jiménez Ávila, 2002, p. 118, 119 e 130), sendo de notar a sua existência em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 29-32) e na Azougada (Madeira, 1946, p. 24v). Encontram-se contudo, ausentes de La Mata, ainda que os seus escavadores considerem que estes devessem ter existido, devido a alguns elementos de bronze recolhidos, supondo que os recipientes teriam sido “salvos” do incêndio final (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 287).

No que diz respeito ao eixo de roda de oleiro (P-364, Estampa LII), este constitui uma das duas peças depositadas no Museu de Moura que analisamos neste trabalho, pelos motivos já expostos no Capítulo 5.1.1. Trata-se de uma peça maciça, de bronze, com 1,4 quilos e 14,5 centímetros de diâmetro, apresentando uma face com

superfície lisa cónica rodeada por uma faixa horizontal. Esta faixa encontra-se pontilhada por pequenas perfurações e estrias resultantes de uma rotação centrípeta intensa. A outra face apresenta três encaixes, onde um qualquer objecto, provavelmente de madeira, teria o seu lugar.

Este tipo de artefactos são ainda raros e pouco conhecidos, especialmente em Portugal, tendo Javier Jiménez Ávila efectuado recentemente uma revisão das problemáticas a eles associados (Jiménez Ávila, no prelo). No seu estudo, o autor identifica-os como eixos de roda de oleiro, rebatendo uma possível função de eixo de porta.

Toda a questão das antigas rodas de oleiro decorre em volta de três artefactos que raramente ocorrem em sítios de ocupação sidérica, nomeadamente, blocos pétreos de diorite de formato cilíndrico, com um cone central e com um polimento igualmente fino (Jiménez Ávila, no prelo, p. 87, figura 1; p. 88, figura 2); blocos pétreos de diorite, com um depressão central finamente polida e com estrias deixadas por um objecto em rotação (Jiménez Ávila, no prelo, p. 89, figura 3); e um tipo de artefactos maciços em bronze, compostos por um disco plano, o qual possui um cone inferior oco numa face e três encaixes superiores na outra (Jiménez Ávila, no prelo, p. 94, figura 6).

Estes últimos objectos de bronze são idênticos ao exemplar recolhido no Cabeço Redondo. A sua função, com a qual concordamos, é apontada como correspondendo ao eixo de uma roda de oleiro (Jiménez Ávila, no prelo) e não ao eixo de uma porta, como argumentou Sebastian Celestino Pérez (1991). A argumentação efectuada por Jiménez Ávila a favor de se tratar de um eixo de torno, baseia-se no facto de os três pequenos encaixes parecerem mais apropriados, pela sua dimensão, à sustentação de uma roda horizontal plana, do que a um poste vertical de uma porta, sendo ainda possível notar, que o diâmetro destas peças, parece largo demais para o gonzo de uma porta, por muito grande que esta fosse (Jiménez Ávila, no prelo, p. 90).

Refira-se a propósito destas peças, o facto, já apontado por Jiménez Ávila (no prelo, p. 93), da probabilidade de ter existido um qualquer lubrificante utilizado para reduzir a fricção decorrente da sua rápida rotação. De facto, as micro-perfurações que se encontram na face inferior do disco plano da peça do Cabeço Redondo encontravam-se preenchidas por uma matéria negra, a qual, após uma análise química preliminar (informação pessoal de António Monge Soares), revelou a presença de carbono, indicador de resíduos orgânicos, possivelmente o lubrificante utilizado para favorecer a rotação da peça. Especulamos se este tipo de micro-perfurações teria sido propositado,

como forma de conter e dispensar faseadamente a substância lubrificante, ou se pelo contrário, será resultado da corrosão. Uma análise mais atenta aos exemplares já conhecidos em Espanha poderia ajudar a esclarecer esta questão.

Cronologicamente, este tipo de peças surge principalmente em contextos da II Idade do Ferro, sendo considerado por Jiménez Ávila (no prelo, p. 93), como uma inovação tecnológica dos antigos tornos orientalizantes, nos quais este elemento do sistema de roda de oleiro era efectuada em pedra (Jiménez Ávila, no prelo, p. 87, figura 1). O achado de um eixo de roda de oleiro de bronze, no Cabeço Redondo, permite sugerir, face ao restante conjunto material aqui analisado, que esta inovação já estaria presente em cronologias mais recuadas do que é suposto, possivelmente arrancando em época pós-orientalizante, ainda durante o século V. A sua ocorrência em contextos da II Idade do Ferro revela o sucesso que esta inovação teve, sendo possivelmente substituída, já em época romana, por mecanismos dos quais fariam parte elementos de ferro (Jiménez Ávila, no prelo, p. 92), como se regista em Portugal, na cidade romana de Conímbriga (Alarcão *et al.*, 1979, planche LXII).

5.4.2 Ferro

O único “remate” (UE32-45, Estampa LIII) recolhido, composto por um elemento de ferro alongado com as extremidades engrossadas e muito oxidado, corresponde a um tipo de artefactos bastante comuns na I Idade do Ferro. A sua presença encontra-se associada a placas de ferro e grampos, funcionalmente concebidos para actuar em conjunto, fazendo parte de objectos de madeira, ou de couro, como arreios de cavalos, no caso dos exemplares de menores dimensões (Celestino Pérez ed., 2003, vol. I, p. 307 e 308). O exemplar do Cabeço Redondo corresponde à forma de maiores dimensões em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. I, p. 309), apresentando sete centímetros de comprimento e cerca de um centímetro de espessura. Regista-se ainda a sua presença em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 291) e na necrópole de Medellín, onde são muito comuns (Almagro-Gorbea, 2008, p. 228 e 231 e 234).

A pequena faca afalcatada de ferro (UE32-19, Estampa LIII) recuperada encontrou-se completa, embora muito oxidada, possuindo uma lâmina curva de cerca de seis centímetros, guarda-mão de 2,5 centímetros e empunhadura de cerca de 2,5 centímetros, com dois rebites também de ferro. Uma vez mais, o estrato onde este

objecto foi recolhido pertencia a um potente aterro, pelo que o objecto terá sido, em algum momento, descartado, por razões que desconhecemos.

A sua funcionalidade tem sido debatida em torno das hipóteses de corresponderem a armas, objectos de uso quotidiano ou de uso ritual, não sendo possível afastar completamente qualquer uma das hipóteses (Celestino Pérez ed., 2003, vol. I, p. 317). A sua possível funcionalidade diferenciada poderia ser intuída pela existência de cabos de madeira ou de osso (Celestino Pérez ed., 2003, vol. I, p. 318 e 321; Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 290). Contudo, este poderá apenas ser um sinal de valor económico desprovido de qualquer significado mais profundo.

Cronologicamente, as pequenas facas afalcatadas de ferro ocorrem numa geografia e cronologia ampla, desde o século VIII até aos finais da Idade do Ferro, nos mais diversos contextos (Mancebo Dávalos, 2000).

Regista-se a sua presença abundante em Cancho Roano, onde os 64 exemplares recuperados correspondem a 15% do total de objectos de ferro (Celestino Pérez ed., 2003, vol. I, p. 317), em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 291), em Castañuelo (Amo, 1978, p. 308), na Azougada (Madeira, 1946, p. 25v e 26), entre outros.

Tipologicamente, o exemplar recolhido no Cabeço Redondo parece encontrar-se algures entre as facas afalcatadas pequenas e as facas afalcatadas de lâmina estreita, de Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. I, p. 320).

Face ao exposto, aceitamos uma cronologia centrada no século V para os exemplares do Cabeço Redondo.

5.4.3 Elementos de produção têxtil

Relativamente aos cossoiros (Estampa LIV), estes encontram grande difusão cronológica e geográfica, encontrando-se usualmente associados a funções de fiação. Sobre os quatro exemplares recolhidos, anotamos o facto de serem todos efectuados em pastas de cozedura redutora e desprovidos de qualquer decoração, existindo apenas um exemplar de reduzidas dimensões. Os exemplares possuem morfologia enquadrável nos Tipos formais cilíndrico (P-362, UE1-8), cónico (UE6-5) e bitroncocónico (UE1-82) de Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 222, figura 3), os quais se registam também em La Mata, (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 264). Também na Azougada, como tivemos oportunidade de verificar pessoalmente no espólio depositado no Museu Nacional de Arqueologia, se regista a existência de numerosos cossoiros, embora aqui abundem as decorações (Madeira, 1946b).

A vulgaridade da forma e a completa ausência de decorações nos exemplares do Cabeço Redondo, com paralelo nos referidos sítios de Cancho Roano e La Mata, bem como a sua presença constante nos mais variados tipos e cronologias de ocupação, tornam improfícua a realização de mais considerações, pelo que apontamos uma cronologia do século V para as peças aqui tratadas, por osmose com o restante conjunto material.

Em relação aos pesos de cerâmica de grandes dimensões (Estampa LV), recolheram-se exemplares correspondentes a três tipos, nomeadamente, pesos ovalados (P-363, P-361), circulares (359) e tronco-piramidais (360), sendo que alguns se apresentam em argila mal cozida, enquanto outros sofreram uma tal cozedura, que parte da argila vitrificou.

Os pesos ovalados correspondem ao tipo mais abundante, conhecendo-se paralelos em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 260) e La Mata (Rodríguez Díaz ed., p. 264, forma G.1.c.). Já os pesos circulares, conhecem igualmente paralelos em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 222, figura 3, tipo F), La Mata, (Rodríguez Díaz ed., p. 264, forma G.1.b.), Castillo del Guadajira (Jiménez Ávila, 2001, p.197) e no litoral, no Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et al.*, 1980-81, p. 178).

Por fim, os pesos tronco-piramidais encontram paralelo em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 260), em La Mata (Rodríguez Díaz, ed., 2004, p. 264, forma G.1.a.) e na Azougada (Madeira, 1946b).

É ainda importante registar a presença de pesos de tear realizados em “argila sem cozer” em Castañuelo, embora desconheçamos a sua morfologia (Amo, 1978, p. 307), bem como a sua ausência ou escassez em pequenos sítios rurais, como no Passo Alto, no século VI (Soares *et. al.*, 2009) e, no século V, na Sapatoa (Mataloto, 2004), Fernão Vaz (Beirão, 1986), entre outros, facto que poderá talvez atribuir um significado produtivo especial à sua presença, aparentemente mais frequente em sítios do século V com maior dimensão, como serão os complexos monumentais pós-orientalizantes.

No decorrer das escavações recuperou-se, na UE[30], uma pequena agulha ou furador (UE30-11, Estampa LIV), realizado em osso polido e danificado na extremidade oposta à ponta, possuindo seis centímetros de comprimento e secção circular, encontrando-se a sua presença provavelmente relacionada com actividades têxteis. Pela vulgaridade da forma, regista-se apenas a existência de agulhas de bronze em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 2003, vol. II, p. 60), em La Mata, um exemplar em osso e

seis em bronze (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 269, 286 e 290) e na Azougada, onde se registaram vários exemplares em osso, identificados como furadores e não como agulhas (Madeira, 1946b), sendo possível indicar que a observação dos exemplares depositados no Museu Nacional de Arqueologia, de facto aproxima estes do exemplar do Cabeço Redondo.

5.4.4 Líticos

Relativamente a material lítico (Estampa LVI e LVII), foram recolhidos onze percutores efectuados em seixos de quartzito de forma cilíndrica (P-348), um de granito de forma esférica (UE1-83) e um de arenito, quatro fragmentos de dormentes de mó de granito (P-345, P-346, P-347) e um machado de pedra polida (P-344).

A existência de diversos percutores no Cabeço Redondo, realizados sobre seixos especialmente escolhidos, entre os que apresentam um formato cilíndrico e ergonómico, adaptável à mão humana, bem como percutores esféricos, encontra situação paralela em diversos contextos, não sendo obviamente um elemento crono-cultural diferenciador. Podemos, contudo, indicar a existência de percutores em vários contextos sidéricos como, por exemplo, no Passo Alto, onde se recolheram vários exemplares de seixos utilizados como percutores, depositados no chão do compartimento A da ocupação sidérica do século VI (Soares *et. al.*, 2009, p. 547), e no século V, na Azougada, onde se identificou diverso material lítico correspondente a “pilões” (Antunes, 2009, p. 355), ou ainda em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 276), Cancho Roano (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 48, 144; Celestino Pérez ed., 1996, p. 195), Castañuelo (Amo, 1978, p. 307 e 308), na Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 93), entre outros. Funcionalmente, a presença de percutores poderá corresponder às mais diversas actividades.

Já a presença residual de machados ou enxós de pedra polida (P-344, Estampa LVII), encontra-se presente em sítios das mais variadas cronologias até ao presente, podendo indicar como causa para este facto o seu aspecto artificial facilmente reconhecível, não sendo desprezável que as modernas tradições populares das “pedras de raio” se estendessem a épocas passadas, possivelmente com outras configurações e outros contornos.

É possível apontar a existência de um machado de pedra polida no povoado do Bronze Final do Castro dos Ratinhos, onde se supõe que possa possuir um cariz ritual em função da sua dimensão (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 229, 312, 313) e em

cronologias sidéricas, no Passo Alto, um exemplar pertencente a um machado ou a uma enxó, reutilizado como percutor e depositado no chão do compartimento A da ocupação sidérica do século VI (Soares et. al., 2009, p. 547), bem como em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 819) e na Sapatoa, embora considerados ali presentes devido a uma ocupação mais antiga (Mataloto, 2004, p.93). Também na segunda metade do milénio, no depósito votivo de Capote se registou a sua presença (Berrocal-Rangel, 1994a, p. 240, 243, 244), ou em Garvão, interpretado como instrumento sacrificial, de um ritual fundacional do depósito votivo da II Idade do Ferro (Cunha, 1986, p. 83).

No que diz respeito aos quatro fragmentos de mó em granito (Estampa LVI), refira-se que José Fragoso de Lima indicou a existência de mós de granito “semi-circulares” no Cabeço Redondo (Lima, 1988, p. 29). Também no relatório da destruição do Cabeço Redondo em 1990, depositado nos arquivos do IGESPAR (Processo S-07092), é mencionada a recolha de várias mós de granito “em arco de círculo”, identificando a presença das características mós “de sela” sidéricas, pelo que os quatro fragmentos por nós recolhidos no Cabeço Redondo deverão provavelmente ter pertencido a este tipo morfológico de dormente de mó.

A sua presença é muito comum, sendo possível citar a sua existência, a nível regional, na ocupação do século VI do Passo Alto, onde se recolheu um exemplar de pequenas dimensões, depositado no chão do compartimento A (Soares *et al.*, 2009, p. 547 e figura 9), ou no século V, na Azougada, onde Fragoso Lima identificou exemplares idênticos aos do Cabeço Redondo (Lima, 1988, p. 59), na Sapatoa (Mataloto, 2004, p. 93), bem como os diversos exemplares de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 272, 273), de Cancho Roano (Maluquer de Motes, 1983, p. 86-87; Celestino Pérez ed., 1996, p. 117) e de Castañuelo (Amo, 1978, p. 308).

A sua presença e funcionalidade encontra-se ligada à produção de farinhas de cereais, sendo de evidenciar o facto de que em La Mata os 67 exemplares recolhidos encontravam-se predominantemente em compartimentos associados a contextos doméstico-produtivos ou de armazenagem (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 274).

5.4.5 Outros

No Cabeço Redondo registou-se a presença de conchas de bivalves, nomeadamente, de um fragmento de concha marinha da espécie *Pecten* (UE32-20, Estampa LVIII) e três outros fragmentos de conchas de bivalves de água doce (*Unio sp.*).

A presença de *Pecten sp.* em contextos sidéricos do interior manifesta-se em Cancho Roano, no sector Norte (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, p. 48), e no sector Oeste, nomeadamente, nas habitações perimetrais O-2, O-4 e O-5 (Celestino Pérez ed., 1996, p. 166 e 167). Também em La Mata se registou a presença de dez conchas de moluscos (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 467), nos compartimentos três e quatro, onde se recolheram três fragmentos de amêijoia de rio (*Unio sp.*) e sete fragmentos de valva de *Pecten sp.*, não só a metade plana, mas também pelo menos uma côncava. É de notar que, pelo menos, um dos exemplares possuía vestígios de ter sido colorido de vermelho.

Regionalmente, nos cadernos das escavações na Azougada (Madeira, 1946), registou-se também a presença de conchas marinhas, algumas perfuradas, tendo-nos sido possível observar pessoalmente, a existência de várias valvas de *Pecten Sp.* completas e de grande dimensão, tanto a parte côncava como a plana, depositadas no Museu Nacional de Arqueologia. Registamos ainda, a indicação de Fragoso Lima (1942), expressa numa carta enviada a Manuel Heleno, na qual referia a recolha de “...conchas cheias de hematite rubra...” na Azougada.

Já no que diz respeito ao litoral, a presença da espécie *Pecten* revela-se em contextos sidéricos, por exemplo, no Castelo de Alcácer do Sal (Silva *et. al.* 1980-81, p. 188), embora a presença desta espécie em contextos sidéricos no litoral não levante qualquer questão importante.

No que toca às explicações para a sua presença nos locais do interior referidos, a sua quantidade escassa e a provável dificuldade de conservação desde o litoral até ao interior, reduzem a probabilidade de se tratarem de restos de consumo, como já foi discutido para os exemplares de La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 467), devendo as valvas de *Pecten sp.* ser encaradas enquanto objectos cuja função não é ainda completamente perceptível, podendo constituir um qualquer tipo de adorno ou objecto simbólico, do qual os referidos exemplares perfurados e coloridos com “hematite rubra” da Azougada e o exemplar colorido de vermelho em La Mata, poderão ser um bom indicador, tal como os restos de *Pecten sp.* encontrados na habitação O-2 de Cancho

Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 166), formando conjunto com um unguentário e pratos margarita, pratos cuja possível funcionalidade especial foi já amplamente discutida (Antunes, 2009, p. 352). Contudo, devemos destacar a ausência deste tipo de fauna em ambientes funerários, como Medellín (Almagro Gorbea, 2008), o que poderia constituir um factor contra qualquer tipo de cariz ritual/simbólico.

Pensamos que a presença de valvas de *Pecten sp.* em Cancho Roano, La Mata, Azougada e Cabeço Redondo não é uma coincidência, podendo talvez este ser considerado mais um elemento característico do Pós-Orientalizante ao longo da Bacia do Guadiana. Temos apenas a lamentar a ausência de estudos sobre as faunas de Castañuelo, Neves-Corvo, Fernão Vaz, entre outras, as quais poderiam possivelmente trazer mais algumas novidades a esta questão.

Por fim, foi ainda recuperado um pequeno disco de cerâmica (UE34-5, Estampa LVIII), realizado através do desbaste de um fragmento cerâmico de um recipiente, até que este adquiriu uma forma circular. Constitui provavelmente uma pequena tampa/opérculo, tendo sido recolhidas peças semelhantes, por exemplo, em La Mata (Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 703 e 837) ou Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 216, nº 12 e 13; p. 274, nº 21). Uma funcionalidade enquanto peça de jogo, é afastada pela escassa ocorrência destes artefactos.

6. Conclusões

Terminada a análise dos vários temas que nos propusemos discutir, é chegada a hora de sintetizar as informações produzidas ao longo deste trabalho.

O Cabeço Redondo terá sido fundado algures nos inícios do século V a.C., terminado a ocupação nos finais do mesmo século. A sua implantação na margem esquerda do Guadiana e na margem esquerda do rio Ardila, situam-no num palco privilegiado de estudo da Idade do Ferro, em virtude da malha de povoamento já conhecida e estudada.

Assim, recordando as observações e hipóteses que referimos no final do Capítulo 3.2.2., desenvolvemos a articulação do povoamento na micro-região aqui analisada, pela via cronológica, pelo que as coincidências entre os espólios da Azougada e do Cabeço Redondo revelam que ambos pertencem a um mesmo momento histórico geral, isto é, o momento que se convencionou designar “Pós-orientalizante” (Almagro Gorbea, 1977; Jiménez Ávila, 2001, Arruda, 2001). Contudo, as suas diferenças

revelam que o Cabeço Redondo (e por comparação dos espólios, possivelmente também Castañuelo) terá começado num momento ainda incerto, mas seguramente prévio ao início da ocupação na Azougada, tendo estes provavelmente sido coevos apenas nos meados/finais do século V, quando começaram a chegar as primeiras taças Cástulo a esta região. Este momento incerto de fundação do Cabeço Redondo caracteriza-se, a nível das produções locais/regionais, pela ausência ou escassez de outras decorações que não os motivos plásticos ou a decoração grafitada.

O Cabeço Redondo terá então sido abandonado algures em finais do século V, talvez no seu terceiro quartel, o que poderá explicar a escassez de cerâmicas áticas e de cerâmicas pintadas. Entretanto, fundada por esta altura, a Azougada prosseguiu no tempo, mantendo e evoluindo a tradição cerâmica regional detectada no Cabeço Redondo, registando a adopção da cerâmica de engobe ou verniz vermelho tardio, da qual desconhecemos ainda a forma como surgiu a nível regional, tendo esta aparentemente incorporado ou absorvido a tradição local da cerâmica grafitada. Esta decoração grafitada passou assim de ser aplicada principalmente em recipientes fechados no Cabeço Redondo, para ser aplicada principalmente (digamos mesmo, exclusivamente) em pequenos recipientes, como tigelas ou pratos, na Azougada, encontrando-se aqui preferencialmente aplicada em bandas grafitadas, alternadas com bandas de engobe vermelho. A única excepção ocorre com o caso que já referimos, em que uma tigela (Antunes, 2009, p. 208, nº 98) foi integralmente coberta por grafite, denunciando deste modo a sua ligação ao panorama anteriormente verificado no Cabeço Redondo.

Será a este momento da adopção e desenvolvimento da produção de engobe vermelho local que pertence a imitação de uma taça Cástulo em cerâmica local de engobe vermelho, bem como a presença de cerâmicas áticas de figuras vermelhas, igualmente registadas no Castelo Velho de Safara, sítio de onde se conhece, em número residual, a mesma produção de engobe vermelho e grafitado em bandas da Azougada.

Esta passagem, a nível regional, da decoração grafitada em recipientes fechados para pequenos recipientes abertos, não deixa de merecer alguns comentários em particular. O carácter de excepção da decoração grafitada, evidente pelo facto de ser a única decoração não-plástica aplicada aos recipientes de fabrico local do Cabeço Redondo, traduz a sua relevância a nível regional durante o século V, o que permite supor que, após o momento cronológico de ocupação do Cabeço Redondo, e já durante a ocupação da Azougada, alguma transformação deverá ter afectado os hábitos de

consumo individual. É tentador relacionar cronologicamente a escassa presença de cerâmicas áticas no Cabeço Redondo com a sua abundante presença na Azougada, bem como relacionar, no mesmo âmbito, a associação que é geralmente efectuada entre cerâmicas áticas e a introdução do consumo ritualizado de vinho (Arruda, 1994, p. 145; Rodríguez Díaz ed., 2004, p. 208), com as já referidas mudanças ao nível da decoração da baixela de mesa, verificadas na transição entre o Cabeço Redondo e a Azougada. Esta poderia, então, constituir uma adaptação regional à moda do consumo de vinho em pequenos recipientes abertos, originada pela impossibilidade de a população local possuir cerâmicas áticas em número suficiente para dar resposta à sua procura. Esta hipótese encontra um forte argumento na já referida imitação de uma taça Cástulo, detectada na Azougada. Esta peça, ainda que o seu perfil apenas permita conhecer a parte próxima do bordo e não a totalidade da peça, pelas características descritas sugere uma cronologia, para o “engobe” ou “verniz” vermelho de fabrico local nela representada, idêntica à das taças Cástulo, negando-lhe assim uma suposta cronologia antiga do século VI. Permite ainda supor, que a “moda” das taças Cástulo e o uso a que se destinavam, se encontrava já de tal forma enraizada a nível local que justificava a sua imitação, ainda que nos faltem dados para perceber, de modo mais fundamentado, se esta imitação foi sistemática, ou apenas casual e esporádica.

Finalmente, antes do fim do século IV, a Azougada terá terminado a sua curta ocupação, de cerca de um século ou menos. Esta curta cronologia ficou expressa na fase única de ocupação da Azougada e na ausência do fenómeno de construção/destruição-aterro/construção, verificado no Cabeço Redondo e em Cancho Roano (Celestino Pérez ed., 1996, p. 295-311).

A Azougada será, pois, uma ocupação que se desenvolve num momento de charneira e constituirá um verdadeiro “elo perdido” de ligação entre a realidade do “pós-orientalizante” do século V pleno e a realidade da “II Idade do Ferro”, verificável em contextos da segunda metade do século IV em diante, como o Castelo Velho de Safara (Costa, 2010), Capote (Berrocal-Rangel, 1994a), Garvão (Beirão *et. al.*, 1985), Serpa (Braga e Soares, 1981; Soares e Braga, 1986), Pasada del Abad (Pérez Macías, 1993, p. 401, 402 e 408, Estampa II), entre outros. Assim é possível explicar porque possui elementos de duas realidades cronológicas distintas, numa curta ocupação no tempo, ao passo que o Cabeço Redondo, de ocupação mais recuada, não possui estes elementos tardios.

Por outro lado, a confirmar-se a hipótese aqui traçada, o cenário de existência de uma “crise” não se revela, pelo menos ao nível regional, dado que não existe qualquer espécie de ruptura ou crise, visível no registo material, entre as ocupações sucessivas do Cabeço Redondo, Azougada/Castelo de Moura e Castelo Velho de Safara. Parece existir, sim, uma mudança progressiva no povoamento regional, com o abandono do Cabeço Redondo próximo da fundação da Azougada, a qual é abandonada pouco após o início da ocupação do Castelo Velho de Safara, faltando apenas perceber o que realmente sucede à ocupação sidérica em Moura, ao longo do tempo, embora os dados disponíveis pareçam apontar uma ocupação coeva da Azougada. Também ao nível do repertório artefactual, se regista uma progressiva transformação da panóplia oleira de produção local/regional, não existindo nenhuma quebra ou introdução abrupta que marque profundamente o cenário traçado.

Esta transição artefactual verifica-se no conjunto artefactual do Castelo Velho de Safara, mas de modo oposto ao que se verificou na Azougada, registando-se a presença residual da cerâmica de engobe vermelho grafitada em bandas, de tradição claramente local/regional (Soares, 2001, p. 61, Figura 51), bem como das áticas de figuras vermelhas (Costa, 2010, Estampa XXX); contudo, a presença massiva de um conjunto artefactual próprio de uma II Idade do Ferro (Soares, 2001; Costa, 2010), confirmam o Castelo Velho de Safara como o continuar da ocupação sidérica, a nível regional, prolongando-se até ao domínio romano. O próprio modelo de ocupação rural, preconizado a nível regional pelo Cabeço Redondo e pela Azougada (Antunes, 2009), ou em momentos anteriores, pelo Passo Alto (Soares *et al.*, 2009), não se pode dizer que seja abandonado ao longo da II Idade do Ferro, antes é continuado nos sítios com ocupações da II Idade do Ferro, em Monte das Candeias 3 e Monte Judeu 6, localizados entre as ribeiras do Zebro e Alcarrache (Albergaria *et. al.* no prelo), estando assim de acordo com o que já foi atestado para outras áreas (Arruda, Guerra e Fabião, 1995, p. 253).

Concluindo, face ao que aqui foi exposto, a proposta explicativa cronológica aqui avançada parece ser a mais plausível. Outros modelos explicativos, como divergências geográficas ou culturais, encontram forte oposição no facto, já referido, do Cabeço Redondo, da Azougada, do Castelo de Moura e do Castelo Velho de Safara se encontrarem a menos de vinte quilómetros uns dos outros, sem nenhuma barreira física natural entre si, constituindo uma verdadeira “micro-região” cultural. Evidentemente que a possibilidade de terem existido comunidades com fronteiras não-naturais que hoje

desconhecemos é uma hipótese que não pode ser completamente afastada; contudo, dado que os conhecimentos actuais não permitem explorar esta hipótese, optamos por afastar. Também a explicação pela via da diferenciação da riqueza dos sítios encontra oposição, na grande área ocupada do Cabeço Redondo, no espólio detectado, na dimensão das estruturas, bem como no prolongamento e remodelação da ocupação, visível a nível estratigráfico, com a presença de um fenómeno de construção/destruição-aterro/construção, com paralelo em Cancho Roano. Por outro lado, a abundância de cerâmicas pintadas de tipo “Ibérico” na Azougada, no Castelo de Moura ou no Castelo Velho de Safara, traduzem o facto de este tipo de cerâmica não poder ser considerado um tipo cerâmico “de luxo ou de excepção”, pelo que se torna excepcionalmente difícil explicar a sua ausência do Cabeço Redondo, sem ser pela via cronológica.

Estaremos, portanto, perante ocupações com cronologias muito próximas, mas distintas, provavelmente com apenas um curto período de ocupação coeva. Parece ser a única explicação onde as presenças, ausências e quantidades dos materiais, registados nos conjuntos artefactuais aqui debatidos encaixam sem fricções. A única fragilidade que afecta esta explicação reside no facto de os materiais analisados na Azougada (Antunes, 2009), no Castelo Velho de Safara (Costa, 2010) e alguns dos materiais do Cabeço Redondo, provirem de conjuntos descontextualizados, tal como o são, em parte, as observações que tecemos sobre os materiais do Castelo de Moura (ponto 3.2.1.).

Sobre o modelo de ocupação a que pertence o Cabeço Redondo, os dados analisados comprovam que este partilha várias das características observadas nos edifícios monumentais da zona do Guadiana Médio (Jiménez Ávila, 2009b), nomeadamente, a implantação em zonas planas férteis, próximas de pequenas linhas de água; a cultura material; o tipo de construções; a utilização massiva de adobes; a existência de um fenómeno em que o espaço construído é parcialmente destruído ou desmontado, para em seguida ser coberto por aterros, sobre os quais se constrói novamente; e ainda a possível presença de um incêndio na fase de abandono do sítio, verificada na abundância de adobes queimados. Por fim, partilha também aquela que é talvez a característica mais marcante e usualmente associada apenas ao Guadiana Médio: a presença de um grande monte de terra artificial, resultante da destruição e erosão das paredes de adobe de um edifício monumental e singular. Encontra-se assim definitivamente comprovado que o fenómeno dos complexos monumentais não é exclusivo do Guadiana Médio, antes prolonga-se pelo menos, até à margem esquerda do Baixo Guadiana, no território hoje português.

Pensamos não ser possível pensar que o Cabeço Redondo será caso único na sua região (e que dizer da margem direita?), pois tal como a História nos ensina, os casos únicos e isolados são frequentemente precedidos de muitos outros, como bem ilustra a conhecida história de Cancho Roano, verdadeiro paradigma da questão das singularidades. Será ainda de esperar, que o aparente vazio existente entre a zona do Guadiana Médio e o Cabeço Redondo, venha a registar no futuro a existência de mais alguns sítios com as mesmas características, embora seja possível que a grande concentração de complexos monumentais e singulares verificada no Guadiana Médio, não seja repetível noutra local.

Podemos então concluir que em meados do 1º milénio, existiu uma grande ocupação rural caracterizada por pequenos núcleos habitacionais, ao longo dos tramos médio e inferior do Guadiana. Alguns destes núcleos terão atingido dimensões maiores que outros, chegando alguns deles a atingir as dimensões “monumentais” verificadas na zona do Guadiana Médio (Jiménez Ávila, 2009b, p. 94) e a sofrer fenómenos de construção/destruição-aterro/construção (Celestino Pérez ed., 1996, p. 295-311). Este facto e as razões que levaram a que alguns atingissem este estágio e outros não, poderá ter resultado de uma determinada conjugação de factores, dos quais o mais relevante seria a localização privilegiada em zonas agrícolas de excelência. Alguns destes sítios teriam assim ao seu alcance meios económicos para crescer e sustentar esse crescimento, ao passo que outros sítios, implantados em locais agrícolas menos favoráveis, não disporiam dos meios necessários para dar o “salto” para a “monumentalidade”, não se verificando assim os fenómenos de intensa remodelação arquitectónica e de incremento de dimensão.

O Cabeço Redondo deverá então ter correspondido a um sítio que uma vez fundado, terá evoluído ao longo do tempo, através da exploração agrícola, tendo o seu crescente poder económico permitido um crescimento a nível estrutural e permitido a remodelação do espaço edificado.

Este desenvolvimento terá tido o seu apogeu algures nos finais do século V, altura em que a sua capacidade produtiva seria bastante superior à verificada no início da sua fundação, existindo nesta fase um grande volume de produção excedentária, verificada no aumento do número dos grandes recipientes de armazenagem (**Capítulo 5.3**).

Uma vez mais, tal como se verificou em Cancho Roano e La Mata (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993; Celestino Pérez ed., 1996; Rodríguez Díaz ed., 2004),

parece ter sido precisamente no máximo da capacidade produtiva e possivelmente, no momento de maior desenvolvimento do espaço edificado, que a ocupação do Cabeço Redondo terá cessado, dado não dispormos de qualquer dado que permita supor uma continuidade da ocupação durante o século IV.

O Cabeço Redondo terá então feito parte de um processo que se iniciou algures a partir do século VII a.C., com o desenvolvimento da pequena ocupação rural, ao longo das margens do Guadiana, a qual parece ter originado a partir do século V, alguns complexos monumentais e singulares.

Já a análise que produzimos da micro-região do Cabeço Redondo, em torno a meados do 1º milénio, permite-nos traçar um cenário evolutivo, em que se verifica que ao invés de crises ou rupturas, assistimos a uma ocupação rural que progride no tempo desde pelo menos o século VI até ao século IV, sem sobressaltos, registando-se sobretudo, uma continuidade na cultura material regional, marcada por alterações progressivas. Esta análise permite ainda avançar através da presença exclusiva das cerâmicas grafitadas, a hipótese da existência de um regionalismo na margem esquerda do Ardila, desde as zonas próximas do Guadiana até ao interior da Serra de Aracena.

Concluindo, apesar de não termos restringindo esta análise a apenas um ou outro aspecto particular, mas antes pelo contrário, termos tentado abarcar o máximo de temas possíveis relacionados com o Cabeço Redondo, por forma a proporcionar uma primeira leitura e compreensão mais abrangente, notamos que são inúmeras as questões que ficam ainda por responder.

O estudo continuado do Cabeço Redondo, em articulação com outros sítios sidéricos da sua região, bem como a preservação e salvaguarda prioritária dos abundantes vestígios conservados que ainda se encontram no local, ficam como objectivos para um futuro que se deseja não longínquo, como o é já a data da importante descoberta de José Fragoso de Lima.

7. Referências Bibliográficas

ALARCÃO, J. de (1990) – Vestígios romanos do Concelho de Moura. In *Moura na época romana*. Moura: Câmara Municipal. p. 31-39. Catálogo.

ALARCÃO, J.; ETIENNE, R.; MOUNTINHO, A.; PONTE, S. da (1979) - *Fouilles de Conimbriga VII. Trouvailles diverses – Conclusions Générales*. Paris.

ALARCÃO, J.; SANTOS, A. coord. (1996) – *De Ulisses a Viriato: O primeiro milénio a.C.*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa.

ALBERGARIA, J.; MERLO, S.; RAMOS, A.C.; JORGE, A. (no prelo) – *Ocupação Proto-Histórica da margem esquerda do Guadiana*. Beja: EDIA

ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) - *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC.

ALMAGRO-GORBEA, M. (2008) – La Necrópolis de Medellín. II: Estudio de los hallazgos. Madrid: Real Academia de Historia.

ALMAGRO-GORBEA, M.; MARTÍN BRAVO, A. M. (1994) – Medellín 1991. La Ladera Norte del Cerro del Castillo. In ALMAGRO GORBEA, M.; MARTÍN BRAVO, A. M. eds. - *Castros y Oppida en Extremadura*. Madrid: Editorial Complutense. p. 77-128.

ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M.; SOARES, A.M.M.; MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeu funerários do Bronze Pleno da Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). O Sudeste no Sudoeste?!. *Zephyrus*. Universidad de Salamanca. 66, p. 133-153.

ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M.; (2012) – Salsa 3 (Serpa). Dados preliminares. *Al-Madan online (Junho 2012)*. [Em linha] S. 2, 17:1, p. 31-38. [Consult. 28 Set. 2012]. Disponível em WWW: <URL:www.almadan.publ.pt/Último%20(geral)Adenda.htm>.

AMO Y DE LA HERA, M. del (1978) – El Castañuelo. Un poblado céltico en la provincia de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 4, p. 299-340.

ANTUNES, A. S. (2008) – “Castro” da Azougada (Moura, Portugal): percursos do Pós-Orientalizante no Baixo Guadiana. In JIMENEZ AVILA, F.J. coord. - *Actas do Colóquio. Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida, 24-26 de Maio de 2006, Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: C.S.I.C. 46, p. 327-351

ANTUNES, A. S. (2009) – Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Suplemento 5.

ANTUNES, M.; CUNHA, A. (1986) – O crânio de Garvão (século III a.C.): *causa mortis*, tentativa de interpretação. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. 1, p. 79-85.

ARCELIN, P. e TUFFREAU-LIBRE, M., dir. (1998) – La quantification dès céramiques. Conditions et protocole. *Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beauvray (Glux-en-Glenne, 7-9 avril 1998)*. Glux-en-Glenne: Bibracte, 2.

ARNAUD, J. M.; GAMITO, T. J. (1974-1977) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I – Cabeço de Vaiamonte – Monforte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3:7/9, p. 165-202.

ARRUDA, A. M. (1994) – Panorama das importações gregas em Portugal. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 13:1, p. 129-154.

ARRUDA, A. M. (1997) – *As cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim no quadro das exportações gregas para a Península Ibérica*. Lisboa: Colibri. 196 p.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenicios en Portugal: Fenicios y mundo indígena en el Centro y Sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones el

Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (*Cuadernos de Arqueología Mediterránea*; 5-6)

ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2., p. 153-160.

ARRUDA, A. M.; GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1995) – O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal? *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35: 2, p. 237-257.

AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CURIÀ, E.; DELGADO, A.; FERNANDEZ, A y PÁRRAGA, M. (1999) – *Cerro del Villar – I. El asentamiento fenicio en la desembocadura del río Guadalhorce y su interacción con el hinterland*. Sevilla: Junta de Andalucía.

BARROS, P. (2008) – Mértola durante os séculos VI e V a.C.. In JIMENEZ AVILA, F.J. coord. - *Actas do Colóquio. Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida, 24-26 de Maio de 2006, Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: C.S.I.C. 46, p. 399-414.

BARROSO, R. (2002) - Cuestiones sobre las cerámicas grafitadas del Bronce Final y I Edad del Hierro de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. 59:1, p. 127-142.

BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilisation protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*. Paris: E. de Boccard. 168 p.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V.; MONTEIRO, J. P. (1979) – *As estelas epigrafadas da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal*. Setúbal: M.A.E.D.S. Catálogo de Exposição. (Museu de Etnografia e Arqueologia do Distrito de Setúbal)

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Milfontes). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 207-266.

BEIRÃO, C. M.; GOMES, M. (1985) – Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispanicas (Lisboa, 1980)*. Salamanca: Universidad de Salamanca. p. 465-502.

BEIRÃO, C. de M.; SILVA, C; SOARES, J.; GOMES, V.; GOMES, R. (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 3, p. 45-135.

BERROCAL-RANGEL, L. (1992) – *Los Pueblos Célticos del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Complutense.

BERROCAL-RANGEL, L. (1994a) – *El altar prerromano del Castrejón de Capote: ensayo etno-arqueológico de un ritual céltico en el Suroeste Peninsular*. Madrid: Universidad Autónoma.

BERROCAL-RANGEL, L. (1994b) – El oppidum de Badajoz: ocupaciones protohistóricas en la Alcazaba. In BRAVO, A., M.; ALMAGRO GORBEA, M. eds. - *Castros y Oppida en Extremadura*. Madrid: Editorial Complutense. 4, p. 143-188.

BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA A. C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura): Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 6.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. (1975) – *Tartessos y los orígenes de la Colonización fenicia en la Península Ibérica*. Salamanca.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. (1993) - El enigma de la religión tartésica. In ALVAR, J. e BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. eds. - *Los enigmas de Tarteso* Madrid: Cátedra. p. 117-138

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.; RUÍZ MATA, D.; REMESAL, J., RAMIREZ SÁDABA, J.L., CLAUS, K. (1979) – Excavaciones en el Cabezo de San Pedro (Huelva). Campaña de 1977. In *Excavaciones Arqueológicas en España 102*. Madrid: Ministerio de Cultura.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.; VALIENTE MALLA, J. (1980) – Cerámicas grafitadas del poblado de la Muela de Castulo (Linares, Jaen). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 37, p. 399-418.

BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J.; VALIENTE MALLA, J. (1981) – *Castulo III*. EAE. Madrid: Ministerio de Cultura.

BRAGA, J.; SOARES, A. M. (1981) – Índicios de uma ocupação da Segunda Idade do Ferro no Castelo de Serpa. *Arqueologia*. Porto. 4, p. 116-123.

CALADO, M. (2002) – Povoamento Pré e Proto-Histórico da margem direita do Guadiana. *Al-Madan*. Almada. S. 2, 11, p. 122-127.

CALADO, M.; MATALOTO, R. (2008) – O Post-Orientalizante da margem direita do regolfo de Alqueva (Alentejo Central). In JIMENEZ AVILA, F.J. coord. - *Actas do Colóquio. Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida, 24-26 de Maio de 2006, Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid: C.S.I.C. 46, p. 185-218

CANALES CERISOLA, F.; SERRANO PICHARDO, L.; LLOMPART GÓMEZ, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid: Biblioteca Nueva.

CARRETERO POBLETE, P. (2004) – *Las ánforas tipo “Tiñosa” y la explotación agrícola de la campiña Gaditana entre os siglos V y III a. C.* Tesis doctoral. Universidad Complutense de Madrid.

CELESTINO PÉREZ, S. (1991) - Elementos de puerta en la arquitectura ibérica. *Archivo Español de Arqueología*. 64, p. 264-269.

CELESTINO PÉREZ, S. ed. (1996) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano V-VI-VII. Los sectores Oeste, Sur y Este*. Badajoz: Junta de Extremadura e B. Gil Santa Cruz.

CELESTINO PÉREZ, S. ed. (2003) – Cancho Roano IX. Los materiales arqueológicos. Mérida: Junta de Extremadura.

CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1993) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano I: El sector Norte*. Badajoz: Junta de Extremadura e B. Gil Santa Cruz. 261 p.

CELESTINO PÉREZ, S.; ZULETA DE LA IGLESIA, P. (2003) – *Los bronzes. Cancho Roano IX: Los materiales arqueológicos*. Mérida: Junta de Extremadura. 2, p. 9-124.

COSTA, T. (2010) – *O Castelo Velho de Safara (Moura): Elementos para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, exemplar policopiado.

CORREIA, V. H. (1988-1989) – A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja). *Portugalia*. Nova Série. Porto. 9-10, p.81-92.

CUADRADO, E. (1957) – Braserillos metálicos del mundo ibérico. *IV Congreso Nacional de Arqueología, Burgos, 1955*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales. p. 149-161

CUADRADO, E. (1961) – El momento actual de la cerámica de barniz rojo. In *VI Congreso Nacional de Arqueología, Oviedo, 1959*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales. p. 177-203.

CUADRADO, E. (1968) – Orígen y desarrollo de la cerámica de barniz rojo en el mundo tartésico. In VV. AA. ed. - *Tartessos y sus problemas. V symposium Internacional de Prehistoria Peninsular. Jerez de la Frontera, Septiembre 1968*. Barcelona: Universidad de Barcelona. p. 257-290.

DEUS, M.; ANTUNES, A. S.; SOARES, A. M. (2009) – Salsa 3 no contexto dos povoados abertos do Bronze Final do Sudoeste (Serpa). In MARTINS, A. ed. - *IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular. Aracena, 27-29 Noviembre 2008*. Aracena: Ayuntamiento de Aracena. p. 514-543

DIAS, M. A.; BEIRÃO, C. de M.; COELHO, L. (1970) – Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo Alentejo: Ourique (Notícia preliminar). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 175-219.

ELLERING, S. W. (1987-1988) – Consideraciones sobre la cerámica con decoración grafitada de la Península Ibérica. *Kalathos*. Teruel. 7-8, p. 185-194.

ENRIQUEZ NAVASCUÉS, J.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I. (2001) – *El Risco. Excavaciones de urgencia en Sierra de Fuentes (Cáceres) – 1991 y 1993*. Cáceres: Junta de Extremadura.

ESTRELA, E. (2010) - *Os níveis fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Os contextos arqueológicos na (re) construção do povoado*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada por Carlos Fabião. Policopiado.

FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena a a sua Romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa: [s.n.], 1998. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

FARIA, A. M. de; SOARES, A. M. (1998) – Uma inscrição em caracteres do Sudoeste proveniente da Folha do Ranjão (Baleizão, Beja). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1: 1., p. 153-160.

FERNÁNDEZ JURADO, J. (1988-1989) – Aspectos de la minería y la metalurgia en la Protohistoria de Huelva. *Huelva Arqueológica*. 10-11. 3, p. 177-214.

FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, M. (1988) – Estado actual de la investigación de la cerámica de barniz rojo en Castilla-La Mancha. In *I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha. Pueblos y Culturas Prehistóricas y Protohistórica*. Toledo: Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha. 3, p. 309-316.

- FERREIRA, O. V. (1971) – Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 9:3, p. 313-326.
- GAMITO, T. J. (1990) – O concelho de Moura na Proto-História. In *Moura na época romana*. Moura: Câmara Municipal. p. 7-30. Catálogo.
- GAMITO, T. J. (1990-1992) – A cerâmica de retícula brunida do Castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S.4. 8/10, p. 277-297.
- GRILO, C. (2006) – A rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. Lisboa: [s.n.], 2006. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada por Carlos Fabião. Policopiado.
- GOMES, M. V. (1983) – El “smithing god” de Azougada (Moura). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 40, p. 199-220.
- GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). In TAVARES, A.A. ed. - Actas do Encontro “Os Fenícios no território português”. Lisboa: *Estudos Orientais IV*. p. 73-107.
- GOMES, M. V. (2001) – Divindades e santuários púnicos, ou de influência púnica, no Sul de Portugal. In *Actas do Colóquio Internacional “Os púnicos no Extremo Ocidente: (Lisboa, 27 e 28 de Outubro de 2000)”*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 99-148.
- GOMES, F. (2012) – Aspectos do sagrado na colonização fenícia. Contextos de culto de influência oriental na Idade do Ferro do Sul de Portugal (séculos VIII-III a.C.). *Cadernos da UNIARQ*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. 8.
- GOMES, J.; DOMINGOS, J. (1983) – A “xorca” da serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 1, p. 287-299.

GUERRERO AYUSO, V. M. (1991) – El palacio-santuario de Cancho Roano (Badajoz) y la comercialización de ánforas fenicias indígenas. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. 19: 1, p. 49-82

HARRIS, E. C. (1979) - *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London: Academic Press.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1995) – Materiales protohistóricos de “El Turuñuelo” (Mérida, Badajoz). *Pyrenae*. Barcelona. 26, p. 131-151.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) – Los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana y su integración en el panorama del Hierro Antiguo del Suroeste Peninsular. In *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CSIC. p. 193-226.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2002) – *La toréutica orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Real Academia de la Historia.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009a) – El poblado de El Castañuelo (Aracena) y el Post-Orientalizante en la Sierra Norte de Huelva. In PÉREZ MACÍAS, J.A.; ROMERO BOMBA; E. eds. – *Actas do IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Huelva 2009*. Huelva. P. 3-33.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009b) – La construcción del poder en el mundo post-orientalizante. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid:C.S.I.C. 82, p. 69-95.

JIMÉNEZ ÁVILA, J. (no prelo) - En torno a los tornos: A propósito de una piedra de torno de alfarero de la I Edad del Hierro conservada en la Colección de Prehistoria de la Comarca de Mérida (Badajoz). *Actas del I congreso internacional de la SECAH*. p. 85-96.

JIMÉNEZ ÁVILA, J.; DOMÍNGUEZ DE LA CONCHA, C. (1995) – Materiales protohistóricos de “El Turuñuelo” (Mérida, Badajoz). *Pyrenae*. Barcelona. 26, p. 131-151

JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2004) - La Cerámica Griega en Extremadura. *Cuadernos Emeritenses*. Mérida. 28.

JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J.; LÓPEZ-GUERRA, M. (2005) - El poblado de "El Chaparral" (Aljucén) y el asentamiento del Hierro Antiguo en la comarca de Mérida. *Excavaciones arqueológicas*. Mérida. 8.

LIMA, J. F. (1984) – *Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura*. Moura: Biblioteca Municipal.

LIMA, J. F. (1988) – *Monografia arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal. Texto de 1942.

LOPES, M. C. (2003) – A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da *civitas* de *Pax Iulia*. *Anexos de Conimbriga*. Coimbra. 3.

LOPES, M.; CARVALHO, P.; GOMES, S. (1997) – *Arqueologia do Concelho de Serpa*. Serpa. Câmara Municipal de Serpa.

LORRIO ALVARADO, A. J. (1988-89) – Cerámica gris orientalizante de la necrópolis de Medellín (Badajoz). *Zephyrus*. Salamanca. 41-42, p. 283-314.

MACÍAS, S. (1992) – Moura – um projecto de investigação em arqueologia medieval e moderna. *Penélope*. 7, p. 127-134.

MACÍAS, S. (1994) – Escavações arqueológicas no castelo de Moura. Primeiros resultados. In CAMPOS CARRASCO, J.M.; PÉREZ MACÍAS, J.A.; GOMÉZ, F. eds. - *Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste. Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana (Huelva e Niebla, 25 a 27 febrero de 1993)*. Huelva: Universidad de Huelva. p. 673-705.

MAIA, M. G. (1987) – Dois larnakes da Idade do Ferro do Sul de Portugal. In GORROCHATEGUI, J.; MELENAM J.L.; SANTOS, J. eds. – *Studia Paleohispanica Actas del IV coloquio sobre Lenguas e culturas Paleohispanicas*, Vitoria-Gasteiz - 1985). *Veleia*. Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco. 2-3, p. 223-242.

MAIA, M. G. (1988) – Neves II e a facies cultural de Neves Corvo. *Arquivo de Beja*. Beja. 2ª Série. 3, p. 23-42

MAIA, M. G. (2008) – Reflexões sobre os complexos arquitectónicos de Neves-Corvo, na região central do Baixo Alentejo, em Portugal. In JIMENEZ AVILA, F.J. coord. - *Actas do Colóquio. Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante, Mérida, 24-26 de Maio de 2006, Anejos de Archivo Español de Arqueologia*. Madrid: C.S.I.C. 46, p. 353-364.

MAIA, M.; CORREA, J. (1985) – Inscripción en escritura tartésica (o del SO) hallada en Neves (Castro Verde, Baixo Alentejo) y su contexto arqueológico. *Habis*. Sevilla. 16, p. 243-274.

MAIA, M. G.; MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Castro Verde: Somincor.

MAIA, M. G.; MAIA, M. (1996) – Arqueologia do couto mineiro de Neves Corvo. In REGO, M. ed. - *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde. 2 vol.

MALUQUER DE MOTES, J. (1983) – *El Santuario proto-histórico de Zalamea de la Serena, Badajoz*. 2, 1982-1983. Barcelona: CSIC (Universidad de Barcelona).

MANCIBO DÁVALOS, J. (2000) - Análisis de los objetos metálicos en el Período Orientalizante y su conexión con el mundo fenicio. Los cuchillos afalcatados. In AUBET, M. E.; M. BARTHÉLEMY eds. - *Actas del IV Congreso internacional de Estudios Fenicios y Púnicos, Cádiz, 2-6 Octubre de 1995*. Cádiz. 4. 4 vol., p. 1825-1834.

MATALOTO, R. (1999) – As ocupações proto-históricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*. Guimarães. p. 333-362. Volume Especial – Actas do Congresso de Proto-História Europeia no centenário da morte de Martins Sarmento

MATALOTO, R. (2004) – *Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa - Ruralidade e povoamento no 1º Milénio a. C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 37)

MAYET, F.; SILVA, C. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul (Portugal) : Comptoir et sanctuaire*. Paris: E. de Boccard.

MOITA, I. (1965) – A carta arqueológica da margem esquerda do Guadiana e o Museu de Serpa (projecto). *Lucerna*. 4, p. 140-152. Actas do III Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 29-31 de Maio de 1964.

MONTEIRO, J. P.; CAEIRO, J. O.; AMORÓS, P. M. (1980-1981) – *Estudo arqueológico do Castelo de Moura*. Processo S-00152. Acessível no Arquivo do IGESPAR. Policopiado.

PARREIRA, R. (1983) – O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980. *O Arqueólogo Português*. S. 4, 1, p. 149-168.

PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipología y cronología de las anforas preromanas del Guadalquivir, segun el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla. p. 365-400.

PELLICER CATALÁN, M.; ESCACENA CARRASCO, J. L.; BENDALA GALÁN, M. (1983) – *El Cerro Macareno*. Madrid: Ministerio de Cultura. (Excavaciones Arqueológicas en España; 124).

PÉREZ MACÍAS, J. (1991) – *Castañuelo. Los orígenes de la Baeturia Celtica*. Huelva: Museo de Huelva.

PÉREZ MACÍAS, J. (1993) – Cerámicas prerromanas da la Pasada del Abad (Rosal de la Frontera, Huelva). *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 33: p. 19-26.

PÉREZ MACÍAS, J.; GÓMEZ TOSCANO, F. (1999) – Cronología y significación histórica del poblado de Castañuelo (Aracena, Huelva). In BALBÍN BERHMANN, R.; BUENO RAMIREZ, P. eds. - *II Congreso de Arqueología Peninsular. Primer milenio y metodología. Zamora, del 24 al 27 septiembre de 1996*. Zamora: Universidad de Alcalá. 4 vol., p. 467-476.

PIÇARRA, J. M.; OLIVEIRA, V.; SILVEIRA, A.B.; BARBOSA, B. (2007) – *Notícia explicativa da Folha 44-A Amareleja*. Carta Geológica de Portugal, Departamento de Gologia do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.

RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universidad.

RENFREW, C.; BAHN P. (2004) – *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Thames & Hudson. Fourth Edition.

RIBEIRO, E.; FERREIRA, O. (1971) – Acerca dos vasos com “janelas triangulares” do castro do Cerro Furado (Gadiana). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81, 3-4, p. 255-260.

RIBEIRO, O; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1988) – Geografia de Portugal. O ritmo climático e a paisagem. Edições João Sá da Costa. Lisboa. II.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A. ed. (2004) - *El edificio protohistórico de “La Mata” (Campanario, Badajoz) y su estudio territorial*. Cáceres: Universidad de Extremadura.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILLA, I. (1999) – *El Poblado protohistórico de Aliseda (Cáceres). Campaña de urgencia de 1995*. Cáceres: Ayuntamiento de Aliseda.

RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; DUQUE ESPINO, D.; PAVÓN SOLDEVILA, I. eds. (2009) – El caserío de Cerro Manzanillo (Villar de Rena, Badajoz) y la colonización agraria orientalizante en el Guadiana Medio. *Memorias de Arqueología Extremeña*. 12.

ROUILLARD, P. (1975) – Les coups attiques a figures rouges du IVe S. en Andalousie. *Melanges de la Casa de Velázquez*. Paris. 11, p. 21-49.

ROUILLARD, P. (1991) – *Les grecs et la Péninsule Ibérique du VIIIe au IVe siècle avant Jésus-Christ*. Paris: Diffusion de Boccard.

RUFETE TOMICO, P. (2002) – El final de Tartessos y el período turdetano en Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 17, p. 7-204.

RUIZ MATA, D. (1989) – Huelva: un foco temprano de actividad metalúrgica durante el Bronce Final. In *Tartessos. Arqueologia Protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell: AUSA. p. 209-243

RUIZ MATA, D.; FERNÁNDEZ JURADO, J. (1986) – El yacimiento metalúrgico de época tartésica de San Bartolomé de Almonte (Huelva). *Huelva Arqueológica*. Huelva. 7.

RUIZ MATA, D.; VALLEJO SÁNCHEZ J. (2002) – Continuidad y cambio durante el siglo VI a.C.: Las cerámicas del corte C del Cerro Macareno (La Rinconada, Sevilla). *Spal: Revista de Prehistoria y Arqueología*. 11. p. 197-218.

ROVIRA LLORENS, S.; MONTERO RUIZ, I.; ORTEGA BLANCO, J.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2005) – Bronce y trabajo del bronce en el poblado orientalizante de “El palomar” (Oliva de Mérida, Badajoz). *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 35, p. 1231-1240.

SANCHÉZ, C. (1992) – Las copas tipo Cástulo en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 42, p. 327-333.

SHEFTON, B. (1982) – Greeks and greek imports in the South of the Iberian Peninsula. In NIEMEYER, H. G. ed. –*Dier Phonizier im Western, Beiträge des Internationalen Symposions über die phönizische Expansion im westlichen Mittelmeerraum, Köln 24–27 April 1979*. Madrid: DAI, p. 337-367. (Madrider Beiträge; 8)

SILVA, A. C. (1999) – Salvamento Arqueológico no Guadiana: do Inventário Patrimonial à minimização de Impactes. *Memórias d’Odiva. Estudos Arqueológicos do Alqueva*. Beja: EDIA. 1.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C.M.; FERRER DIAS, L.; COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.

SILVA, A. C. F.; GOMES, M. V. (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.

SPARKES, A.; TALCOTT (1970) – *Black and plain pottery of the 6th., 5th. and 4th. centuries B.C. The Athenian Agora, 12*, Princeton, New Jersey: American School of Classical Studies at Athens .

SOARES, A. M. (1994) – Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja Velha de S. Jorge. (Vila Verde de Ficalho, Serpa). Resultados Preliminares. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 41-49.

SOARES, A. M. (1996a) – Povoado da Misericórdia (margem esquerda do Guadiana, Serpa). Ocupações humanas e vestígios metalúrgicos. *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 103-116.

SOARES, A. M. (1996b) – Datação absoluta da estrutura neolítica junto à igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 57-64.

SOARES, A. M. (2001) – O Castelo Velho de Safara. Notícia preliminar. *Vipasca*. Aljustrel. 10, p. 57-64.

SOARES, A. M. (2003) – O Passo Alto: uma fortificação única do Bronze Final do Sudoeste. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6, 2, p. 293-312.

SOARES, A. M. (2005) - Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 8,1, p. 111-145.

SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; CABRAL, J. M. P. (1985) – O Castelo Velho de Safara: Vestígios da Prática da Metalurgia. *Arqueologia*. Porto 11, p. 87-94.

SOARES, A. M.; BRAGA, J. (1986) – Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no castelo de Serpa. 1º Encontro de Arqueologia da Região de Beja, 17-19 de Janeiro de 1986. *Arquivo de Beja*. Beja, S. 2, 3, p. 167-198.

SOARES, A. M.; ANTUNES, A.S.; DEUS, M.; SOARES, R.M.; VALÉRIO, P. (2009) A ocupação sidérica do Passo Alto (V.V. de Ficalho, Serpa). In *IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular. Aracena. 27-29 Noviembre 2008*. Huelva: p.544-554

SOARES, A. M. ; MARTINS, J. M. (2010) – A cronologia absoluta para o Castro dos Ratinhos: Datas de Radiocarbono. In *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. O Arqueólogo Português. Lisboa. Suplemento, 6. p. 409-414.

SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.* Lisboa: [s.n.], 2011. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada por Ana Arruda. 2 vol. Policopiado.

STEINSTRA, P. (1986) – Systematic macroscopic description of the texture and composition of ancient pottery – some basic methods. *Newsletter*. Leiden. 4, p. 28-48.

VASCONCELOS, J. L. (1924) – Figuras de bronze antigas do Museu Ethnologico Português: Toiro de bronze de Safara. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, 26, p. 19-42.

VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR. 2 vol (Trabalhos de Arqueologia; 9)

Cartografia:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 513 [Material cartográfico] Serviços Cartográficos do Exército. - Escala 1:25000. – Lisboa: S.C.E., 2000.

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 502 [Material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército. - Escala 1:25000. – Lisboa: S.C.E., 1939.

Correspondência e Manuscritos:

HELENO, M. - *Caderno n° 2. Excursão a Moura, Outubro 1944*. [Manuscrito]. 1944. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

HELENO, M. - *Diário das escavações feitas no Castro da Azougada e Outeiro de São Bernardo (Moura) Outubro de 1946*. [Manuscrito]. 1946. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

LIMA, J. F. – *[Carta]. 1942 Maio 1 [a] Manuel Heleno*. [Manuscrito]. 1942 Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

LIMA, J. F. - *Cópia das notas tomadas no Castro da Azougada em Abril de 1943*. [Manuscrito]. 1943. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno

LIMA, J. F. – *[Carta] 1945 Outubro 4 [a] Manuel Heleno*. Acessível na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

MADEIRA, M. P. - *Diário das Escavações feitas no Castro da Azougada (Moura) no ano de 1944*. [Manuscrito]. 1944. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno

MADEIRA, M. P. - *Diário da Escavação no Castro da Azougada – 3ª campanha (Moura). Ano de 1946 – 1º semestre. 17 do 4 a 21 do 5/46*. [Manuscrito]. 1946a. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno

MADEIRA, M. P. - *Diário da Escavação no Castro da Azougada – 4ª campanha (Moura). Ano de 1946 – 1º semestre. 26 do 8 a 28 do 10/46*. [Manuscrito]. 1946b. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno

MADEIRA, M. P. - *Diário da Escavação no Castro da Azougada (Moura). Ano de 1947 – de 22 de Setembro a 1 de Novembro*. [Manuscrito]. 1947. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno

VASCONCELOS, J. L. - *Aquisições e inventário de peças - lista de peças compradas*. [Manuscrito] [s/d]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Fundo José Leite de Vasconcelos.